

DIAGNÓSTICOS
& PERSPETIVAS

Pensar o Território

Jean-Claude Chamboredon, uma abordagem sociológica pioneira

EDITORES

Luís Baptista
Sylvie Mazzella
Patrícia Pereira
João Pedro Silva Nunes

hnmus

 CICS.NOVA
CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS

 labex med

 LAMES

Luís Baptista é professor catedrático no Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, investigador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA) e actualmente vice-reitor da Universidade Nova de Lisboa. Possui uma longa carreira no ensino e investigação na área da Sociologia, com especial destaque para o estudo da Sociologia Urbana e do Território.

Sylvie Mazzella é directora de pesquisa em Sociologia do CNRS no Laboratoire Méditerranéen de Sociologie (LAMES) e directora do Institut Sociétés en Mutation en Méditerranée (Aix-Marseille Université). Foi doutoranda de Jean-Claude Chamboredon na École des Hautes Études em Sciences Sociales de Marselha, onde defendeu a sua tese em 1996.

Patrícia Pereira é investigadora e membro da direcção do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA). Co-coordena a Rede de Pesquisa em Sociologia Urbana (RN27) da Associação Europeia de Sociologia e a Rede de Etnografia Urbana – ETNOURB. Desenvolve pesquisa na área da Sociologia Urbana e do Território.

João Pedro Silva Nunes é professor auxiliar no Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e investigador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA). Lecciona e investiga na área de Sociologia Urbana e do Território, coordenando actualmente o projecto Lisbonds – Práticas, Significados e Contextos de Vizinhança na Grande Lisboa.

CICS.NOVA/EDIÇÕES

Editor: *Casimiro Balsa*, CICS.NOVA, FCSH, Universidade Nova de Lisboa
Editor-Adjunto: *Manuel Carlos Silva*, CICS.NOVA, Universidade do Minho
Editora-Adjunta: *Ana Romão*, CICS.NOVA, Academia Militar

Este livro foi submetido a um processo de avaliação cega por pares, de acordo com as normas da Academia, e é editado sob a responsabilidade científica do CICS.NOVA/Edições, CICS.NOVA, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade Nova de Lisboa.

CONSELHO EDITORIAL CICS.NOVA/EDIÇÕES

Ana Brandão, Polo do CICS.NOVA na Universidade do Minho
Ana Paula Gil, CICS.NOVA, Departamento de Sociologia, NOVA FCSH
Antônio Dimas Cardoso, PPGDS, Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil
Fernando Diogo, Polo do CICS.NOVA na Universidade dos Açores
Jack Barbalet, Hong Kong Baptist University, China
Jordi Estivill, CICS.NOVA e Economia Social e Desenvolvimento Económico, Univ. de Barcelona
José Carlos Laranjo Marques, Polo do CICS.NOVA no Instituto Politécnico de Leiria
Luís Baptista, CICS.NOVA, Departamento de Sociologia da NOVA FCSH
Luís Miguel Chaves, CICS.NOVA, Departamento de Sociologia da NOVA FCSH
Manuel Lisboa, CICS.NOVA, Departamento de Sociologia da NOVA FCSH
Marc-Henry Soulet, Politiques Sociales et Travail Social, Université de Fribourg
Maria José Roxo, CICS.NOVA, Dep. de Geografia e Planeamento Regional da NOVA FCSH
Renate Klein, Human Development & Family Studies, University of Maine, USA
Rui Pedro Julião, CICS.NOVA, Departamento de Geografia e Planeamento Regional da NOVA FCSH
Saudade Baltazar, Polo do CICS.NOVA da Universidade de Évora

<http://www.cics.nova.fcsh.unl.pt/>

CICS.NOVA, CENTRO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Universidade Nova de Lisboa
Instituto Politécnico de Leiria
Universidade de Évora
Universidade do Minho
Universidade dos Açores

LOCALIZAÇÃO E CONTACTOS

Colégio Almada Negreiros, Campus de Campolide – Lisboa
Tel.: +351 918 832 000
E-mail: cicsnova.edições@fcsh.unl.pt

Pensar o Território

Jean-Claude Chamboredon,

uma abordagem
sociológica pioneira

EDITORES

Luís Baptista
Sylvie Mazzella
Patrícia Pereira
João Pedro Silva Nunes



PENSAR O TERRITÓRIO:

JEAN-CLAUDE CHAMBOREDON, UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA PIONEIRA

Autor: Jean-Claude Chamboredon

Editores: Luís Baptista, Sylvie Mazzella, Patrícia Pereira e João Pedro Silva Nunes

Tradução: Joana Simão e Leonor Francisco, para a Alliance Française de Lisboa;
Patrícia Pereira (anotações de leitura do texto “Uma rua na cidade”, de Sylvie Mazzella)

Capa: António Pedro

Paginação: Margarida Baldaia

© EDIÇÕES HÚMUS, CICS.NOVA/EDIÇÕES, 2020

EDIÇÕES HÚMUS

End. postal: Apartado 7081

4764-908 Ribeirão, V. N. Famalicão

Tel. 926 375 305

E-mail: humus@humus.com.pt

CICS.NOVA, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais,

Universidade Nova de Lisboa

Colégio Almada Negreiros

UNL, Campus de Campolide – Lisboa

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Dezembro de 2020

Depósito legal: 477202/20

ISBN 978-989-755-561-9

Este livro teve o apoio científico e financeiro do Laboratoire d’Excellence LabexMed d’Aix-Marseille Université, do Laboratoire méditerranéen de sociologie (LAMES) e do Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA). É financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e no âmbito da Norma Transitória – DL 57/2016/ CP1453/CT0076.

Por decisão dos editores, este livro segue o antigo Acordo Ortográfico.

ÍNDICE

	Agradecimentos	11
<i>Introdução</i>	JEAN-CLAUDE CHAMBOREDON E A SUA SOCIOLOGIA DO TERRITÓRIO, de <i>Luís Baptista e Sylvie Mazzella</i>	13
	O sociólogo Jean-Claude Chamboredon	14
	A territorialidade: uma noção heurística da prática social	15
	A estrutura do livro	16
	Marselha-Lisboa: a experiência partilhada de uma Sociologia do Território	18
	Nota final	21
1.	UMA RUA NA CIDADE	23
	ANOTAÇÕES DE LEITURA, de <i>Sylvie Mazzella</i>	25
	UMA RUA NA CIDADE	29
	A inserção da rue de la République no espaço marselhês	31
	Bibliografia	34
2.	CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS POPULAÇÕES	35
	ANOTAÇÕES DE LEITURA, de <i>João Pedro Silva Nunes</i>	37
	CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS POPULAÇÕES	41
	Mecanismos de mercado ou processos institucionais?	42
	Heterogeneidade do povoamento	43
	Posição e trajetória	45
	Heterogeneidade interna dos grandes conjuntos habitacionais	46
	Produção das diferenças	46
	História natural dos conjuntos residenciais [<i>cités</i>]: promoção e desclassificação	50
	Agregação dos grupos sociais, cristalização dos estilos de vida	52

Individualização dos grupos no espaço	53
Mosaico social urbano	55
Reestruturação do orçamento	56
Mecanismos de relegação	56
Classes médias: novas e antigas	58
Coexistência e “luta de classes” quotidiana	60
Trajectórias e sociabilidade	61
Crítica dos grandes conjuntos habitacionais	63
Confronto das morais de classe	64
Os jovens	66
3. NOVAS FORMAS DA OPOSIÇÃO CIDADE-CAMPO	69
ANOTAÇÕES DE LEITURA, de <i>Luís Baptista</i>	71
NOVAS FORMAS DA OPOSIÇÃO CIDADE-CAMPO	75
O quadro “aldeão” e o <i>continuum</i> rural-urbano	76
A aldeia recomposta	80
O rural como cena urbana	86
Bibliografia	90
4. A DIFUSÃO DA CAÇA E A TRANSFORMAÇÃO DOS USOS SOCIAIS DO ESPAÇO RURAL	93
ANOTAÇÕES DE LEITURA, de <i>Luís Baptista</i>	95
A DIFUSÃO DA CAÇA E A TRANSFORMAÇÃO DOS USOS SOCIAIS DO ESPAÇO RURAL	99
Paradoxos da difusão	101
Crescimento dos efectivos	101
Distribuição geográfica	104
Funções sociais da prática e respectiva transformação	108
<i>Continuum</i> rural/urbano e simbolização da pertença	108
Direito de propriedade, direito de uso, direito de gestão	113
“Produção” das espécies cinegéticas	115
Funções expressivas da prática	117
Bibliografia	123

5. ESTILOS DE VIAGEM, MODOS DE PERCEPÇÃO DA PAISAGEM, ESTEREÓTIPOS REGIONAIS NAS NARRATIVAS DE VIAGEM E NOS GUIAS TURÍSTICOS. O EXEMPLO DA PROVENÇA MEDITERRÂNICA (FINAIS DO SÉCULO XVIII – INÍCIOS DO SÉCULO XX). ENSAIO DE SOCIOLOGIA DA PERCEPÇÃO TURÍSTICA	125
ANOTAÇÕES DE LEITURA, de <i>Patrícia Pereira</i>	127
ESTILOS DE VIAGEM, MODOS DE PERCEPÇÃO DA PAISAGEM, ESTEREÓTIPOS REGIONAIS NAS NARRATIVAS DE VIAGEM E NOS GUIAS TURÍSTICOS. O EXEMPLO DA PROVENÇA MEDITERRÂNICA (FINAIS DO SÉCULO XVIII – INÍCIOS DO SÉCULO XX). ENSAIO DE SOCIOLOGIA DA PERCEPÇÃO TURÍSTICA	131
Os tipos de viagem e a gênese da atitude de contemplação turística	133
A viagem “mundana”	134
A viagem do antiquário	138
A viagem do observador-filósofo	144
“Algumas observações filosóficas”	149
Referências bibliográficas	162
6. OBSERVAÇÕES A PROPÓSITO DA NOÇÃO DE TERRITORIALIDADE E DOS SEUS USOS ANALÓGICOS EM SOCIOLOGIA	165
ANOTAÇÕES DE LEITURA, de <i>João Pedro Silva Nunes</i>	167
OBSERVAÇÕES A PROPÓSITO DA NOÇÃO DE TERRITORIALIDADE E DOS SEUS USOS ANALÓGICOS EM SOCIOLOGIA	169
Morfologia social e territorialidade	169
O território urbano e o zonamento e a oposição cidade/campo	171
As armadilhas do naturalismo associadas ao uso da noção de territorialidade	172
Relação com o território: etologia e história social	173
Etologia erudita, etologia popular	173
“Desterritorialização”, “multiterritorialização” e reivindicação de uma identidade regional	173

A construção social dos esquemas de percepção do território e o problema da identidade regional	175
Complemento sobre Durkheim e o território	175
NOTA DE HOMENAGEM A JEAN-CLAUDE CHAMBOREDON (1938-2020), de <i>Luís Baptista</i>	179
JEAN-CLAUDE CHAMBOREDON EM MARSELHA, de <i>Sylvie Mazzella</i>	181
Vieille Charité – observatório do meio urbano envolvente	181
Jean-Claude Chamboredon, agregador	182
A escola na cidade	183
O gosto pelo inquérito colectivo	185
Prolongamentos de obra	189

Em homenagem a Jean-Claude Chamboredon,
falecido em Março de 2020.

[...]

Par-delà le concert
Des sanglots et des pleurs
Et des cris de colère
Des hommes qui ont peur
Par-delà le vacarme
Des rues et des chantiers
Des sirènes d'alarme
Des jurons de charretier
Plus fort que les enfants
Qui racontent les guerres
Et plus fort que les grands
Qui nous les ont fait faire

Il nous faut écouter
L'oiseau au fond des bois
Le murmure de l'été
Le sang qui monte en soi

Les berceuses des mères
Les prières des enfants
Et le bruit de la terre
Qui s'endort doucement.

“Il nous faut regarder”,
música de Jacques Brel,
interpretação de Barbara.

AGRADECIMENTOS

O nosso agradecimento vai, em primeiro lugar, para os filhos de Jean-Claude Chamboredon, Hélène e Julien, sem o apoio de quem não teria sido possível concretizar este projecto editorial.

Agradecemos também aos nossos colegas que participaram no projecto de investigação que enquadrou o trabalho de edição deste livro: “Transformações urbanas, gentrificação e mistura social: os casos dos centros históricos de Lisboa e Marselha” e nos seminários que, nesse âmbito, organizámos em Lisboa e Marselha, em 2017 e 2018.

Por fim, uma palavra de reconhecimento para as instituições que, em Portugal e em França, acolheram e apoiaram, financeira e cientificamente, o nosso trabalho de edição: o Laboratoire d’Excellence LabexMed d’Aix-Marseille Université, o Laboratoire méditerranéen de sociologie, o Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e a Campus France.

INTRODUÇÃO. JEAN-CLAUDE CHAMBOREDON E A SUA SOCIOLOGIA DO TERRITÓRIO

Luís Baptista* | Sylvie Mazzella**

O debate sobre o Território não teve historicamente visibilidade no *campo da Sociologia*. A pouca atenção que os sociólogos foram dando a esta noção advém de esta ser considerada pouco operativa porque vinda directamente da experiência quotidiana. Os sociólogos que o quiseram incorporar no seu universo interpretativo, por entenderem a sua riqueza – tem as características que também encontramos no conceito vizinho de Espaço, simultaneamente Acção e Forma, como enuncia Raymond Ledrut –, precisaram obrigatoriamente de o pensar num plano interdisciplinar e recorrendo a uma intensa interacção com os parceiros de outras disciplinas. O autor que aqui apresentamos fê-lo em vários momentos, com vários interlocutores (basta lembrar o seu envolvimento no número temático da revista *Enquête*, n.º 4, 1996, cujo sugestivo título “La ville des sciences sociales”¹ nos remete para essa visão de partilha pensada a partir de diferentes disciplinas).

Em concreto, Jean-Claude Chamboredon é um sociólogo pioneiro no que diz respeito ao tratamento da questão territorial: antecipa o que se foi firmando nos últimos trinta anos como categoria de pensamento nas Ciências Sociais mas também como categoria de acção no âmbito das políticas públicas, como é feito notar pelos autores da obra *Territoires*, publicada em 2016 na colecção *Actes de la recherche à l'ENS*². Hoje, a noção de Território é frequentemente

* CICS.NOVA, NOVA FCSH.

** AMU, CNRS, LAMES, SoMuM.

1. ‘La ville des sciences sociales’, *Enquête, anthropologie, histoire, sociologie*, 4 (1996) <<https://doi.org/10.4000/enquete.633>>.

2. Roncayolo, Marcel, ed., *Territoires* (Editions Rue d’Ulm, 2016).

mobilizada para enfatizar a fluidez dos laços sociais, das práticas e dos serviços globalizados em “contextos de circulação”, mas igualmente para evidenciar o aumento das tensões nacionalistas e dos conflitos geopolíticos em torno da administração e do controlo de fronteiras. É neste contexto, onde pontificam evidentes tensões e em que o “actor-território” parece ter vida própria, que se torna ainda mais importante conhecer os autores que examinam criticamente o conteúdo do conceito e a sua aplicabilidade às distintas realidades sociais.

O sociólogo Jean-Claude Chamboredon

Jean-Claude Chamboredon contribuiu de forma particularmente feliz para a constituição do que podemos designar como uma Sociologia do Território. Sociólogo francês, nascido em 1938, professor da École Normale Supérieure em Paris e depois da École des Hautes Études en Sciences Sociales em Marselha, Chamboredon participa activamente na renovação da Sociologia francesa que ocorre a partir dos anos 1960. É co-autor, com Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, do livro *Le Métier de sociologue*, de 1968³. Esta obra, publicada num momento em que os debates epistemológicos não se encontravam muito avançados, viria a orientar o trabalho de várias gerações de académicos na direcção de uma nova teoria da construção do objecto científico, baseada no questionamento das pré-noções e favorecendo a auto-reflexão sobre a prática sociológica.

Ciente da importância do rigor analítico e do diálogo interdisciplinar, Jean-Claude Chamboredon percorreu nos anos seguintes, nas décadas de 1970 e 1980, um caminho único na construção de uma visão rica e personalizada sobre a transformação dos territórios contemporâneos. Não esqueceu neste caminho a primordial relevância da análise processual e do debate conceptual, inovando – inspirado nas obras clássicas de Durkheim e Halbwachs – o modo de pensar as sociedades irreversivelmente urbanizadas e as suas manifestações físicas e sociais. Para tal serviu-se de forma explícita do modo de pensar desenvolvido na obra fundadora *Le Métier de sociologue*, mas prosseguindo em domínios, como o espaço e o território, que a equipa de investigação de que é originário não tomava como centrais.

É de salientar que, no seu percurso de investigação, J.-C. C. recorre desde muito cedo à abordagem construtivista na análise do mundo urbano e dos

3. Bourdieu, Pierre, Jean-Claude Chamboredon, e Jean-Claude Passeron, *Le Métier de sociologue. Préalables épistémologiques* (Paris: Mouton/Bordas, École Pratique des Hautes Études, 1968). Em português: Bourdieu, Pierre, Jean-Claude Chamboredon, e Jean-Claude Passeron, *A Profissão de Sociólogo. Preliminares Epistemológicas* (Petrópolis: Vozes, 1999).

seus territórios, o que o levou a afastar-se, logo a partir do final da década de 1960, da sociologia marxista em voga entre os autores de língua francesa – nomeadamente, através do exame empírico da construção e da socialização das populações dos grandes conjuntos habitacionais – e da sociologia rural então praticada, que considerava demasiado essencialista.

O seu legado para o desenvolvimento de um raciocínio sociológico complexo mas inteligível é, não só um importante ganho científico, dada a sua riqueza interpretativa, mas decididamente uma peça essencial do ponto de vista pedagógico para a formação de investigadores na área das ciências sociais. Pensar relacionalmente, articular múltiplas pistas oriundas de várias fontes e disciplinas académicas, é um exercício da maior pertinência para qualquer investigação que tome como relevante a dimensão morfológica da vida social.

A sua obra é preciosa para compreender o papel do espaço na estrutura social e, reciprocamente, o papel da estrutura social na transformação do espaço. Como sublinham Florence Weber e Gilles Laferté numa recolha de artigos do autor intitulada *Territoires, culture et classes sociales*, os seus textos encontram coerência num projecto geral que poderíamos qualificar como “sociologia crítica do espaço”⁴.

Todavia, não ignoramos a importância nem do percurso deste grande investigador noutras áreas do trabalho sociológico, nem das colaborações que foi desenvolvendo com vários outros autores, em distintas épocas. Para o leitor interessado, essas outras pesquisas focaram-se em temáticas como a cultura adolescente, a delinquência juvenil, o sistema escolar ou a arte. A nossa ambição com a publicação deste livro situa-se no plano da divulgação dos trabalhos decididamente orientados para as questões do Espaço, do Território, do Mundo Urbano e da sua relação com o Mundo Rural.

A territorialidade: uma noção heurística da prática social

A escolha dos textos de Jean-Claude Chamboredon para esta obra foi feita tendo em atenção que são da sua autoria exclusiva – há apenas uma excepção, o texto “Estilos de viagem, modos de percepção da paisagem, estereótipos regionais nas narrativas de viagem e nos guias turísticos...” –, permitindo uma aproximação mais personalizada ao seu pensamento, mas cobrindo a amplitude de pistas percorridas pelo autor, para lá do sentido estrito de noção de território.

4. Laferté, Gilles, e Florence Weber, eds., *Jean-Claude Chamboredon. Territoires, Culture et Classes Sociales* (Paris: Éditions Rue d’Ulm, 2019).

Assim, se por um lado o conceito de territorialidade estabelece uma relação matriz com os restantes conceitos que percorrem estes textos através de uma linguagem rigorosa e de uma notável agilidade de raciocínio, por outro lado, não é menos relevante pensar que o autor nos dá instrumentos para analisar outras dimensões que possam ser atribuídas à palavra *território*. Estas suas reflexões revelam-se como peças de uma obra em aberto ao dispor de quem queira dar-lhes continuidade.

Os raciocínios que Chamboredon desenvolve na sua obra valem não só pelo que expressam como também pelo que sugerem. Daí a sua actualidade. As questões que deixa em aberto, quer no âmbito de uma discussão teórica, quer na análise localizada em escalas micro, exercitam no leitor a possibilidade de múltiplas direcções na compreensão da realidade social. O seu contributo maior está na maneira de pensar sociologicamente: de modo complexo, mas sem se enredar em discursos inconclusivos ou num linguajar hermético. Este livro, que recolhe alguns dos seus trabalhos mais importantes dos anos 1980 e outros que vão até à década de 2000, abre horizontes sobre o seu método amplamente interdisciplinar de inquirir o território e de questionar de modo bem claro as ligações entre os campos e as cidades, caracterizando os modos de viver urbanos e a relação entre o edificado e o vivido.

A estrutura do livro

O livro é composto por seis textos do autor (seis capítulos), cada um antecedido por uma breve apresentação que sublinha o interesse científico e pedagógico dos temas e a sua actualidade. As temáticas vão das dinâmicas de povoamento dos grandes conjuntos habitacionais em redor das grandes cidades à relação cidade/campo e ao fenómeno da “re-urbanização”; à construção social de esquemas de percepção do território; ao recurso à noção de “multipertença” ou “multiterritorialidade” para colocar um fim à noção de “território de origem”.

Assim, por ordem de entrada, são examinadas, respectivamente nos Capítulos 1 e 2, a gentrificação à escala de uma rua e a construção social das populações pelas instituições públicas responsáveis pelo acesso à habitação.

Por opção de edição, não apresentamos neste livro o seu artigo mais referenciado, que tem já uma tradução em língua portuguesa⁵: o texto publicado

5. Chamboredon, Jean-Claude, e Madeleine Lemaire, 'Proximidade espacial e distância social. Os grandes conjuntos e sua população', *Antropolítica Revista Contemporânea de Antropologia*, 38 (2015), 107-145 <<https://doi.org/10.22409/antropolitica2015.0138.a339>>.

em 1970 com Madeleine Lemaire, “Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement”. Ao invés, seleccionamos como actualização daquele artigo e para figurar como Capítulo 2, um texto da sua exclusiva autoria, “Construction sociale des populations”, publicado em 1985 no volume editado por Georges Duby *L’Histoire de la France Urbaine*. A atenção prestada à escala local, de que é exemplo o Capítulo 1, bem como o estudo da construção e selecção de populações por actores institucionais no momento do acesso à habitação, desenvolvido nos anos 60 e apresentado no Capítulo 2, têm inspiração nos trabalhos dos historiadores próximos da *École des Annales* em Paris e da micro-história italiana. E deste modo se abre uma vastíssima janela de oportunidades analíticas que servirão de caminhos de pesquisa para as décadas de 1980, 1990 e seguintes.

Mas a obra de Chamboredon vai destacar-se na década de 1980 por um projecto de pesquisa por ele iniciado: o dos novos usos urbanos do espaço rural e a sua relação com os chamados “territórios peri-urbanos”, como veremos nos Capítulos 3 e 4. No final dos anos 1970, Jean-Claude Chamboredon inicia pesquisas colectivas em Sociologia Rural sobre a caça em França, com Michel Bozon, Florence Weber e Jean-Louis Fabiani. Foi uma oportunidade para destacar o trabalho de historiadores sobre o mundo rural, como os de Maurice Agulhon, e de retornar à efervescência esquecida dos estudos rurais em França na década de 1930.

No Capítulo 3, Jean-Claude Chamboredon recusa a postura sectária de pensar o fim do mundo rural, mas também recusa a sua glorificação, antes colocando metodológica e conceptualmente os termos dessa relação entre mundos que se aproximam cada vez mais, mantendo as suas diversidades. Este artigo demarca-se de uma visão dicotómica cidade/campo, ainda hoje exacerbada, destacando a fluidez da fronteira entre o rural e o urbano e dos espaços que se ligam funcional e socialmente.

O texto sobre a caça, Capítulo 4, não tem denúncia moral nem folclore regional. Adverte-nos contra uma visão naturalista e etológica do comportamento humano em que imperam critérios como os de autenticidade, terra de origem ou mesmo da existência de um habitante considerado primeiro e legítimo (a invenção de um eterno agricultor). O “campo”, lembra o autor, é um território organizado pelos homens ao longo do tempo, onde se contrapõem diferentes interesses, de acordo com os grupos sociais, e se pressupõem formas de regulação das relações sociais para sustentar o conflito.

O Capítulo 5 destaca a construção social de territórios turísticos, neste caso a Provença, no Sul de França, através de representações sociais veiculadas

por narrativas de viajantes e guias turísticos desde o século XVIII. Este texto contribui para alimentar toda uma área de investigação sobre o mundo rural “reinventado”, hoje em grande desenvolvimento, na época do turismo globalizado e massificado, cada vez mais à “procura de raízes”.

A questão da territorialidade é o tema do Capítulo 6. É uma questão desenvolvida frequentemente em artigos do autor. Com efeito, Jean-Claude Chamboredon examina a questão da pertença territorial como um princípio de classificação e identificação e enfatiza a sua construção a diferentes escalas nacionais, regionais ou locais⁶, com o objectivo de desconstruir o mito da autotonia. A estruturação social do território é sobretudo considerada na sua dinâmica e apreendida através de processos que lhe estão associados. É aqui muito claro que a abordagem fundamentalmente construtivista de Chamboredon cruza o legado teórico dos autores clássicos franceses da morfologia social (Durkheim, Mauss, Halbwachs) e a contribuição dos autores anglo-saxónicos do interaccionismo e da etnometodologia, que o próprio ajudou a divulgar em França, através da tradução de textos de autores destas correntes de pensamento. A sua abordagem posiciona o estudo das trajectórias, da socialização dos grupos sociais nos distintos contextos locais, tomando como base a dinâmica dos lugares e atendendo à duração histórica dos processos.

Marselha-Lisboa: a experiência partilhada de uma Sociologia do Território

A publicação em português de uma parte importante da obra de Jean-Claude Chamboredon foi possível concretizar através da colaboração desenvolvida entre as unidades de investigação CICS.NOVA, da Universidade Nova de Lisboa, e LAMES, da Universidade de Aix-Marseille Université e do CNRS, locais onde o trabalho deste sociólogo tem servido de inspiração a muitos investigadores.

Jean-Claude Chamboredon, que ensinou a partir de 1989 na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, em Marselha, depois de ter ensinado durante muito tempo na École Normale Supérieure, em Paris, fundou nesta Universidade um

6. Ver os artigos 'L'édification de La Nation. Naissance, diffusion, circulation de quelques motifs iconographiques', *Ethnologie Française*, XXIV.2 (1994), 187-197 e 'Carte, désignations territoriales, sens commun géographique : les noms de pays selon Lucien Gallois', *Etudes Rurales*, 109 (1988), 5-54. Ver também *Mobilité et appartenances locales, la re-définition de l'appartenance locale dans la société contemporaine* (com Yves Grafmeyer e Jean-Louis Fabiani, Laboratório de Ciências Sociais, ENS, 1985) sobre as transformações das profissões e a nova divisão do trabalho entre espaços de residência e locais de exercício da actividade profissional; e ainda 'L'appartenance territoriale comme principe de classement et d'identification' (com Jean-Philippe Mathy, Annie Mejean e Florence Weber), *Sociologie du Sud-Est*, 41-44 (1984-85), 61-85.

DEA em Ciências Sociais e aí sediou o Seminário “Território”. Entre 1993 e 1996, foi responsável pelo seminário sobre “Urbanidades de Marselha”, tendo neste âmbito supervisionado jovens estudantes de doutoramento. Este seminário foi depois rebaptizado “Atelier Marseille” (1998-2004). O autor lançou neste período as condições para uma reflexão aprofundada sobre a vida da cidade, a que não são alheias as discussões frequentes com o historiador Bernard Lepetit e com o geógrafo Marcel Roncayolo – no seguimento dos respectivos trabalhos sobre a contribuição de Maurice Halbwachs para os Estudos Urbanos.

Esta dinâmica permitiu incentivar uma pequena equipa de estudantes que, reunidos em seu torno, tiveram na perspectiva interdisciplinar, nomeadamente da Sociologia Histórica, uma pista muito profícua para a investigação. Essa equipa desenvolveu um questionamento completo sobre o processo de desclassificação/reclassificação local numa visão de longo prazo, como parte de uma longa pesquisa colectiva e multidisciplinar (1996-2004) na rue de la République em Marselha, por si apadrinhada.

Este programa de pesquisa deu origem ao livro *Marseille, entre ville et ports. Les Destins de la rue de La République*⁷, cujo posfácio, escrito por Chamboredon, é agora publicado em língua portuguesa. A análise da evolução da estrutura social de uma rua próxima do porto remete para uma das questões clássicas nos Estudos Urbanos, a da segregação espacial. Compreender esse fenómeno “ao nível do solo” permite examinar melhor a formação de diferentes territórios: i) o perímetro traçado pela acção pública (macro-escala); ii) o território de acção das associações (meso-escala); iii) o território mais discreto das áreas de proximidade (ou, inversamente, as áreas de evitamento), traçado pelo uso quotidiano (micro-escala).

A esta reflexão sobre a gentrificação dos centros antigos e a coexistência social à escala de uma rua foi dada continuidade a nível internacional, nomeadamente em dois outros programas de investigação colectiva por nós desenvolvidos. Um, levado a cabo por investigadores da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA) e da Universidade de Aix-Marseille (LAMES), intitulado “Transformações urbanas, gentrificação e mistura social: os casos dos centros históricos de Lisboa e Marselha”, encontra-se na origem da presente obra⁸.

7. Fournier, Pierre, e Sylvie Mazzella, eds., *Marseille, entre ville et ports. Les Destins de la rue de La République* (Paris: La Découverte, 2004).

8. Projecto Transformações urbanas, gentrificação e mistura social: os casos dos centros históricos de Lisboa e Marselha (CICS.NOVA-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e LAMES, CNRS, Universidade

O outro, centrado na Avenida Almirante Reis, uma avenida histórica no centro de Lisboa com mais de dois quilómetros de extensão, que tem a característica de atravessar quer áreas abastadas da cidade, quer bairros populares, reúne, entre outros, sociólogos e geógrafos da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA) e arquitectos da Universidade Autónoma de Lisboa (CEACT/UAL), assim como estudantes de várias formações; este último muito beneficiou da inspiração que alguns dos seus autores buscaram em *Marseille, entre ville et ports. Les Destins de la rue de La République*⁹.

Fica por esta via clara a actualidade que o trabalho de Chamboredon mantém na investigação que se faz em Lisboa e Marselha, cidades entaladas entre centros históricos turistificados e grandes conjuntos habitacionais segregados em seu redor. A sua visão permite uma leitura adequada para o desafio interpretativo das profundas mudanças vividas nos territórios contemporâneos. É uma perspectiva que não fica amarrada a posturas analíticas radicais, mas antes apela a uma visão das transformações urbanas como processo em continuidade em que as camadas temporais se ajustam e interpelam as variadas formas de viver a morfologia da cidade.

Sobre a cidade-metrópole de Lisboa encontramos alguns trabalhos directamente influenciados por esta perspectiva, nomeadamente dos organizadores deste livro-homenagem (é o caso dos livros *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o programa das Casas Económicas em Lisboa*, 1999; *Florestas de Cimento Armado. Os grandes conjuntos residenciais e a constituição da metrópole de Lisboa*, 2011, e *O Parque das Nações em Lisboa. Uma montra da metrópole à beira Tejo*, 2018). Também no plano do ensino, nos vários graus de formação em Sociologia na Universidade Nova de Lisboa, a obra deste autor está presente e conduz em grande medida o modo de abordar as realidades sociais nas unidades curriculares de Sociologia do Território e Sociologia Urbana.

Jean-Claude Chamboredon soube, inegavelmente, transmitir a toda uma geração de investigadores em França, mas também noutros países (como é o caso de Portugal), uma metodologia baseada em princípios fortes que continuam relevantes: a abertura disciplinar, o gosto pelo estudo dos textos, nomeadamente literários, como fonte de inesgotável inspiração, o rigor da pesquisa de

de Aix- Marseille), financiado pelo Programa Pessoa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia e Programa Herbert Curien, Campus France, 2016-2018.

9. Ramalhete, Filipa, Maria Tavares da Conceição e Inês Lobo, orgs., *Atlas Almirante Reis* (Lisboa: Tinta da China, 2020).

terreno combinando várias metodologias (entrevistas, observações, estatísticas, arquivos) e a riqueza da investigação colectiva, associando os estudantes.

Os textos que se seguem, seleccionados com a sua autorização, constituem um livro original a pensar no público de língua portuguesa, que dificilmente acederia a esta leitura e que ficaria privado de um clássico da sociologia francesa, que tanto contribuiu, sempre de forma discreta, para uma leitura compreensiva, a partir do caso francês, das transformações dos *habitats* em que vivem as populações contemporâneas.

De forma mais abrangente, pretendemos com este livro contribuir para a valorização de uma herança teórica de língua francesa nos Estudos Urbanos em Ciências Sociais e incentivar as gerações mais jovens de língua portuguesa a lerem os textos de sociólogos contemporâneos já clássicos, como meio indispensável para promover a cumulatividade e internacionalização do conhecimento.

Nota final

Com o falecimento de Jean-Claude Chamboredon durante o processo de conclusão do presente livro, decidimos incluir no seu final em modo de posfácio, como complemento a esta introdução, dois textos de homenagem que publicámos na ocasião.

1. UMA RUA NA CIDADE

CHAMBOREDON, Jean-Claude, 'Posface. Une rue dans la ville', in *Marseille, entre ville et ports. Les Destins de la rue de la République*, ed. por Pierre Fournier e Sylvie Mazzella (Paris: La Découverte, 2004), pp. 309-314.

ANOTAÇÕES DE LEITURA

Sylvie Mazzella*

Este texto foi inicialmente publicado como posfácio de um livro intitulado *Marselha entre Cidade e Portos. Os destinos da rue de la République (Marseille entre ville et ports. Les Destins de la rue de la République)*. O livro é o resultado de um programa de pesquisa colectiva (1998-2003) apadrinhado por Jean-Claude Chamboredon. Quinze investigadores e estudantes de doutoramento (sociólogos, antropólogos, historiadores e cientistas políticos) exploraram, ao longo de seis anos, uma rua central e histórica de Marselha, no Sul da França, a rue de la République. Esta rua, que data do Segundo Império (1862-1864), conecta dois portos da cidade (o Vieux Port e o porto criado no século XIX) e atravessa os bairros antigos do centro de Marselha. Apresenta a particularidade de ter conhecido dois grandes projectos urbanos nacionais: na época da sua criação, no século XIX, e actualmente, desde meados da década de 1990. Mais de 100 anos após sua criação, a rua é novamente objecto de um grande projecto urbano. Hoje, como no passado, trata-se de atrair quadros superiores para esta parte da cidade e de revitalizar a actividade empresarial terciária à escala euro-mediterrânica. A rua tem também a originalidade de 80% do seu parque habitacional (3000 habitações no total) serem geridos pela mesma empresa imobiliária há mais de um século.

O programa de pesquisa gerou dois grandes terrenos. Um primeiro terreno é focado no povoamento da rua, comercial e residencial, a partir da análise de arquivos administrativos (arrendamentos desde o início do século XX) da empresa imobiliária (senhoria única) que existe desde a criação da rua. A equipa do projecto conseguiu ter

.....
* AMU, CNRS,
LAMES, SoMuM.

acesso a fontes excepcionais: todos os contratos de arrendamento dessa empresa imobiliária de Marselha no período 1930-1980. Foi assim possível proceder à análise de dados estatísticos, em conjunto com a análise das entrevistas, das observações directas e dos arquivos. Um segundo terreno consistiu no estudo das duas grandes operações de ordenamento que tomaram a rua como perímetro de actuação: na época da sua criação, em 1862, e no final dos anos 1990. O resultado formal é uma variedade de questionamentos de terreno, sempre atentos à longa duração e esclarecendo diferentes dimensões da vida social dos praticantes deste espaço urbano (moradores, trabalhadores ou clientes e utilizadores): a abertura da rua no século XIX; o lançamento da operação de reabilitação *Euroméditerranée* em meados da década de 1990; a dimensão política (através da prática eleitoral e da actividade das associações de residentes, que são as *comissões de interesse* do bairro); a instalação residencial (graças a monografias de edifícios e ao estudo de dados censitários); a implantação do comércio; a força de trabalho presente. Outros temas foram objecto de abordagens com conteúdo ainda mais etnográfico, como os estabelecimentos de *fast food*, a análise comparativa do destino de comerciantes de origem estrangeira ou ainda a distribuição dos profissionais de saúde na rua, revelando os actores em processos de classificação social ou de resistência à desclassificação.

Esta pesquisa abre duas pistas de reflexão principais.

A primeira pista diz respeito à importância da acção pública na transformação social da cidade. Um grande número de trabalhos que se tornaram clássicos no campo de pesquisa da Sociologia Urbana¹ mostrou como a acção do poder público pode determinar, em parte e de muitas formas, o jogo das mobilidades no povoamento: pela estrutura do parque habitacional, pelos estatutos de ocupação propostos e pela reconfiguração de actividades e de empregos. Uma operação

1. Na década de 1950, Willmott e Young analisaram os efeitos sociais de um realojamento autoritário num bairro londrino com incidência na constituição da população, nos estilos de vida e nas sociabilidades (Young, Michael, e Peter Wilmott, *Family and Kinship in East London* (London and New York: Routledge & Kegan Paul, 1957)). Em França, na década de 1960, a pesquisa de Henri Coing sobre a renovação num bairro em Paris- XIII mostra que este processo produz uma reclassificação brutal dos modos de vida, ou mesmo uma desclassificação, sendo ao mesmo tempo um revelador de mudanças sociais das quais não é o único determinante (Coing, Henri, *Rénovation urbaine et changement social. L'Îlot N.º 4* (Paris 13e) (Paris: Les Éditions Ouvrières, 1966)).

voluntarista de ordenamento pode, de facto, ter como consequência a produção de distinções sociais: seja delimitando zonas de acção ou perímetros que se tornam espaços rotulados e alvos privilegiados de políticas económicas e sociais; seja criando insidiosamente formas de desconfiança mútua entre os habitantes. Esses trabalhos salientaram ainda modos de resistência dos habitantes à mudança imposta.

Embora esta pesquisa colectiva se inspire em alguns desses trabalhos, ela não se situa nos mesmos debates. A pesquisa não tentou medir os efeitos sociais de uma mudança repentina, mas entender como a temporalidade do projecto *rue de la République* se inscreve na longa duração da classificação social já em curso nesta parte da cidade. Como prova da orientação dada à investigação, a equipa interrompe a pesquisa de terreno no início de 2002, antes de poder observar os efeitos da reabilitação, ainda que apenas nas fachadas, e mesmo antes do sucesso das negociações.

O objectivo de descrever uma operação de ordenamento urbano é, acima de tudo, destacar o horizonte de incerteza da acção pública e as dificuldades com que se depara. Se hoje, e desde meados da década de 1990, o processo de desenvolvimento urbano da *rue de la République* no âmbito do programa *Euroméditerranée* cria efectivamente novas habitações e actividades económicas, é certamente esmagando parcialmente as dinâmicas sociais já estabelecidas. Mas apenas parcialmente. Faz-se sem que a nova dinâmica coloque completamente em causa a antiga, particularmente, porque certas características da morfologia social da rua – uma rua aberta, próxima da estação e da actividade portuária voltada para o Mediterrâneo, localizada entre dois bairros populares antigos – persistem e pesam bastante nas dinâmicas de transformação das condições socioeconómicas que a definem.

No momento em que é concretizado, o projecto compõe-se necessariamente de objectos urbanos que preexistem e de todos os outros projectos individuais e colectivos com que se confronta. A cidade é partilhada, é o produto sedimentado de múltiplas intencionalidades. As configurações socioespaciais resultam, portanto, do jogo combinado de múltiplas acções individuais e colectivas, privadas e públicas, e não coincidem directamente com o que os actores desejaram individualmente. O resultado deriva de lógicas interdependentes, e este será um elemento explicativo das dificuldades que a acção pública enfrenta.

A segunda pista de reflexão consiste em mostrar a inegável contribuição da monografia, desde que não seja estritamente localizante.

Neste posfácio, Jean-Claude Chamboredon enfatiza que o espaço urbano não deve ser concebido como um conjunto de pequenas unidades claramente demarcadas e individualizadas. Não se trata de considerar a abordagem monográfica como moderadora ou temperadora de ligações a fenômenos mais amplos. As virtudes heurísticas da monografia são, segundo ele, de outra ordem. Certamente a monografia torna possível apreender fenômenos sociais “ao nível do solo”, que as médias diluem demais ou neutralizam. Mas ela permite sobretudo a captura de uma *realidade em camadas*, passível de ser analisada em diferentes escalas (local, regional, nacional, internacional), tendo cada uma a sua manifestação a um nível muito localizado e cujo exame ao nível micro esclarece as condições de possibilidade e validade a uma escala maior. O interesse heurístico de uma monografia reside nessa ligação entre várias escalas.

UMA RUA NA CIDADE

Poderá parecer surpreendente, ou até absurdo, ter como objecto de um estudo de sociologia urbana uma rua, ainda que importante pela sua génese (por ser uma grande operação *haussmaniana* em Marselha), estratégica pela sua posição (entre o Vieux-Port e La Joliette; entre o centro – com os bairros a sul do lado de cá – e os bairros a norte) e pelos projectos urbanos em que se encontra inserida (a operação *Euroméditerranée*).

Aliás, seria um equívoco considerar os trabalhos aqui relatados como os vários elementos de uma “monografia de rua”. Como se extrair uma parcela da vida urbana fosse a forma mais directa de aceder às transformações da cidade. Como se o que se passa num sítio fosse revelador, a qualquer nível, do que se passa em todos os outros sítios. Tal faria de nós vítimas daquilo a que poderíamos chamar a ilusão monográfica, de acordo com a qual todos os fenómenos observáveis num microcosmo são reveladores dos fenómenos que afectam o macrocosmo que o contém. Pensar assim é, na realidade, atribuir com demasiada ligeireza uma continuidade entre um elemento e os vários contextos em que este se situa, e cuja continuidade não se ordena necessariamente num sistema integrado assente no modelo da correspondência do microcosmo ao macrocosmo. O que seria o macrocosmo urbano do qual a rue de la République é o microcosmo? O centro, os limites do centro, os bairros do centro-norte, o norte, a cidade no seu conjunto? O modelo da monografia de aldeia como introdução ao quadro de uma região é, na realidade, enganador e gerador de ilusões, quando se trata de descrever situações urbanas, mesmo se se pode encontrar um recrudescimento de credibilidade nas recentes tentativas de elaboração de uma sociologia do “local”¹.

1. Cf. *L'Esprit des lieux. Localités et changement social en France*, Paris, CNRS, 1986, 352 p.

A questão da definição dos contextos pertinentes para situar a porção de universo social estudado, as interações específicas observadas ou os dispositivos institucionais apreendidos é, na verdade, decisiva, não sendo possível economizar decidindo, pura e simplesmente, puxar todos os fios heurísticos que este fragmento de universo social oferece. Seria possível uma abordagem do universo social de Paris através do estudo dos viajantes de um comboio da estação de Paris Saint-Lazare²?

Às aporias clássicas da monografia, aguçadas pela natureza deste objecto como parte do universo urbano, acresce a dificuldade de um universo que [...] revela colecções de sujeitos sociais em fronteiras incertas, com consistência e estabilidade muito variáveis, com relações de interacção muito flutuantes, associadas aos diferentes momentos do dia. O que é a rue de la République: o conjunto dos seus habitantes, o conjunto daqueles que, não morando lá, aí exercem uma actividade profissional ou aí têm uma “fachada social”³, o conjunto dos que a frequentam e percorrem, dos que são seus fregueses ou transeuntes? No caso das artérias do centro da cidade, diferentemente dos conjuntos residenciais e dos bairros habitacionais, a multifuncionalidade é tal, que não é possível decidir *a priori* se a caracterização social de um sector é dada por aqueles que o habitam ou aqueles que o frequentam regularmente, independentemente dos motivos (trabalho, passeio, hábitos de compras ou de lazer). A rue de la République comporta mesmo como função social acolher e proporcionar uma abertura para a vida urbana, densa e valorizada, aos residentes de ruas adjacentes menos prestigiadas ou até degradadas⁴.

Os diferentes aspectos da vida social na rue de la République aqui analisados têm, efectivamente, contextos de pertinência diferentes, que se inserem na análise das transformações morfológicas da população do centro da cidade (e podemos então dizer que o estudo de um segmento do centro se insere na análise fina das reestruturações do centro urbano), ou que remetem, como

2. Desde a tradição literária inaugurada por *Le Diable à Paris* (um olhar sobre a coexistência de diversas vidas que uma cidade, um bairro ou um prédio encerram) até *A Vida Modo de Usar*, de Georges Perec, que as tentativas romanescas de reconstituir a totalidade dos acontecimentos que ocorrem em paralelo numa porção do universo urbano precederam, há muito, o que poderia ser a miragem de uma sociologia da reconstituição integral das micro-histórias reunidas num local.

3. Esta fachada social pode ser o café – ou o snack-bar – no qual os frequentadores habituais têm um ponto de ligação, e onde amigos e conhecidos sabem poder encontrar-se.

4. A função dos cafés e dos estabelecimentos de restauração rápida, frequentemente “exóticos” devido à comida e ao pessoal que aí trabalha, e que em Marselha se chamam “snacks”, é, precisamente, a de dar aos seus clientes habituais uma fachada e um direito de permanência na grande rua valorizada pela arquitectura e pela frequência.

simples amostra da vida de Marselha, para o funcionamento de um sistema político local (as comissões de moradores, designadas CIQ – *Comités d'intérêt de quartier*, e as formas de clientelismo aí exercidas) ou de um aparelho de planeamento e de programação em matéria de ordenamento urbano (projecto *Euroméditerranée* e seus vários actores). Distintos aspectos através dos quais escapamos à alternativa da monografia e da generalização.

A inserção da rue de la République no espaço marselhês

O estudo desta artéria de estatuto incerto, entre avenida residencial desvalorizada e via circular de ligação, alameda-passeio à saída de bairros densos com ruas estreitas, via “de comércio” onde ainda se vislumbram alguns vestígios de lojas de “qualidade”, rua com implantações do sector terciário (escritórios de corretores ou de empresas de armadores, sedes de associações e de partidos políticos, etc.), tem como primeira virtude fazer com que nos interroguemos sobre a divisão das áreas espaciais no interior do centro de Marselha e, de maneira mais vasta, à escala da cidade. A descrição, tão erudita quanto profana, do espaço urbano marselhês parece, com efeito, funcionar entre duas oposições utilizadas, na maior parte dos casos, de forma mecânica e simplista – o simplismo naturalmente nostálgico que tende a ser atenuado pelo esquematismo por vezes catastrófico. Mas será que podemos corrigir o esquematismo da oposição do *norte popular* ao *sul burguês* através do simplismo, simultaneamente utópico e nostálgico – de um passado, além do mais, fictício –, da oposição dos “núcleos aldeãos”, descritos como o coração antigo de cada um dos “bairros” da periferia, opondo-os aos espaços anómicos e massificados dos “grandes conjuntos”, verrugas urbanas numa Marselha genuína que se representa num passado idealizado e sem inscrição temporal precisa⁵, como se estivesse organizada em aldeias de opereta ou descrita numa canção marselhesa: praça à sombra de plátanos, café, campo de petanca?

Seria possível citar inúmeros exemplos, tanto na literatura de viagem e de memórias como na literatura histórica e sociológica, do “enquistamento” desta oposição, que se tornou num *cliché*, na descrição social e geográfica de Marselha. No entanto, a oposição norte-sul só funciona perfeitamente no

5. Por afinidade com o universo simbólico do presépio de Natal, celebrado nas pastorais, peças de teatro cantadas, muito presentes na cultura popular provençal e tocadas na época do Natal, no tempo em que se confeccionavam os presépios de figurinhas, portadores da mesma nostalgia do mundo aldeão (desta vez rural) e caracterizado pela mesma inserção no passado sem idade da tradição.

final do século XIX, momento de transferência, aliás parcial, de uma parte do *habitat* burguês para as encostas da colina de Notre-Dame de la Garde e para Saint-Giniez [Roncayolo, 1996; Zalio, 1999]. Estas representações devem-se também certamente à especificidade do território marselhês, à sua vasta extensão, ao facto de este incluir grandes porções de território natural, não urbanizadas, com secções dedicadas à agricultura (horticultura, pecuária⁶), bem como ao facto de abranger partes em que se inserem propriedades para actividades de rendimento e de recreio (quintas provençais designadas por “campagnes” e “bastides”⁷). Tudo isto confere à cidade o carácter singular de incluir no seu território alargado porções campesinas e, de certa forma, um mundo geográfico completo, que integra a oposição entre cidade e campo, permitindo, conseqüentemente, as variações imaginárias sobre a “cidadinidade” e a “aldeanidade”⁸. É um cosmos geográfico, com os seus contrastes internos cidade/campo, mar e instalações costeiras de pescadores/porções rurais, porto industrial e comercial/pequenos portos de pesca... que se desenha por trás da fachada da grande cidade portuária de Marselha. Estes contrastes geográficos devem certamente parte do seu significado e da sua carga emocional (e o princípio da sua função na integração de recém-chegados a esta cidade) às origens predominantemente rurais dos migrantes, do interior de França (Baixos Alpes, Vaucluse, Languedoque, Var...) e de outros países (Itália, nomeadamente Piemonte) que engrossaram a população marselhesa durante o século XIX e a primeira metade do século XX, bem como os do Magrebe, que vieram substituí-los na segunda metade do século XX.

Por fim, estes contrastes de maior destaque, especialmente o contraste norte/sul em que se observa o fenómeno de maior relevo da evolução recente, têm como efeito ocultar a interrogação sobre as divisões internas do centro da cidade: fazemo-las depender da oposição mais visível e mais

6. As figuras dos fazendeiros oriundos dos Baixos Alpes ou de Piemonte, simultaneamente lavradores e produtores de leite para os marselheses citadinos, cujo testemunho perdura ainda em lojas antigas, depósitos de leite ou pontos de venda no centro da cidade, são a marca desta forma económica ainda existente, embora no estado de vestígio: um herdeiro e prossecutor destes fazendeiros tem, assim, uma loja (venda de leite cru, requeijão e ovos) no bairro comercial de Noailles, grande centro popular de aprovisionamento.

7. Vide catálogo da exposição *Une ville à la campagne*, 1992.

8. A instituição “cabanons” (pequenas casas de campo provençais), com o estilo de vida que as acompanha, como residências secundárias privadas, por vezes só para passar o dia, é aqui de salientar. As *cabanons* também se encontram no território marselhês. A. Young [1794], já no fim do século XVIII, ficou impressionado com o número de casas disseminadas pelos arredores da cidade.

recente⁹ quando se insiste na bipolaridade de um centro dividido entre centro-sul e centro-norte, à custa de uma cegueira em relação às divisões herdadas de um passado longínquo, que não são apenas vestígios aos olhos dos historiadores. Os “bairros” do centro (ainda que o termo designe realidades sociais extremamente diversas) apresentam características muito diferentes, e a posição da rue de la République em relação a estes bairros confere, em parte, o sentido que esta artéria adquire no centro da cidade. Em relação a sectores como o da Opéra (bairro de instalação de populações de isolados, migrantes de instalação recente para uns, fracções desclassificadas das classes populares (clientes das pensões da zona) para outros [Pierre, 2001]) ou como o de Belsunce (que tem inúmeras ruas ou áreas consideradas como preponderantemente povoadas por imigrantes), a rue de la République representa um espaço urbano intermediário, aberto à reivindicação de respeitabilidade e autorizando-a. Assim, numa trajectória residencial, a instalação na rue de la République surge como acesso a uma zona “neutralizada” e respeitável, em contraste com os bairros populares do centro, e como acesso ao direito de “cidadinidade”, por oposição aos bairros populares da periferia, considerados lugares relegados.

Num outro plano, a grande diversidade do povoamento permite-nos aceder a “estratos de tempos sociais” que testemunham a história da ocupação da rua. É o que ocorre quando, ao acaso do inquerito aberto e sem população predefinida, se encontram fracções que testemunham momentos da história colonial e do recente período de descolonização: assim sucede com o comerciante que viveu a Guerra da Indochina, que tem como vizinhos comerciantes chineses e vietnamitas e imigrantes do Magrebe. A idealização retrospectiva da rue de la République, situada, num passado incerto, como grande artéria residencial, local de residência de camadas sociais prestigiadas (uma burguesia mítica, a aristocracia dos “navegadores”, as grandes profissões do negócio marítimo, de acordo com as pessoas questionadas), testemunha mais o sentido que os habitantes dão à sua trajectória residencial, vivida como ascensão, do que a sua apropriação da história real da rua. Deverá esta leitura encantada e valorizante alguma coisa ao que é dado a ver na simbologia da iconografia das fachadas e das portas – à glória do comércio e das conquistas? Esculturas e relevos nas fachadas dos prédios, especialmente os mais “ornamentados”, exibem uma promessa de abundância e prosperidade trazidas pelo Segundo Império francês

9. Uma oposição entre um centro popular e um centro mais burguês, cuja fronteira se deslocaria progressivamente para sul, como se o centro popular se fosse estendendo sobre o outro, ao ritmo da degradação urbanística desses sectores.

e celebram o novo porto, a vocação marítima de Marselha que a colonização favorece e a glória das armas.

Com as imagens da rua, alcançamos a memória da cidade, na sua dupla relação com os projectos e as empresas de reabilitação urbana (em diversos períodos) e com a socialização cidadina dos habitantes (antigos ou recentes). Sabe-se que a construção da rua é a origem da descoberta, por parte da opinião burguesa (distante, curiosa ou simpatizante), dos bairros populares antigos e da emergência de uma atitude “arqueológica” [Fabre, 1867] e, ao mesmo tempo, de uma ruptura na continuidade destes bairros (Panier, Grands-Carmes) ou no seu desaparecimento parcial [Richard, 1988]. As várias empresas de reabilitação do centro da cidade, na complexidade resultante de arbitragens e de transacções, podem também ser questionadas sobre a sua função no trabalho social de esquecimento e de apagamento (material, na construção, e simbólico, na memória) que acompanha – e, por vezes, torna possíveis – os projectos urbanos.

Bibliografia

- COLLECTIF (1986). *L'Esprit des lieux. Localités et changement social en France*. Paris, CNRS, 352 p.
- FABRE, A. (1867). *Les Rues de Marseille*. Marseille, E. Camoin, 5 vols.
- PIERRE, M. (2001), *Le Carré de l'Opéra à Marseille. Usages et négociations des espaces dans une aire de transit, mémoire pour le DEA de Sciences sociales de l'EHESS Marseille*, 97 p.
- RICHARD, E. (1998). “Le percement de la rue Impériale”. In *Histoire de Marseille en treize événements*. Marseille, Jeanne Laffitte, p. 163-177.
- RONCAYOLO, M. (1996). *Les Grammaires d'une ville. Essai sur la genèse des structures urbaines à Marseille*. Paris, Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, 507 p.
- YOUNG, A. (1794). *Voyage en France pendant les années 1787-1788-1789, entrepris plus particulièrement pour s'assurer de l'état de l'agriculture, des richesses, des ressources et de la prospérité de cette nation*. Paris, Buisson, 520 p.
- ZALIO, P.-P. (1999). *Grandes familles de Marseille au XXe siècle. Enquête sur l'identité économique d'un territoire portuaire*. Paris, Belin, coll. Socio-histoires, 315 p.

2. CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS POPULAÇÕES

CHAMBOREDON, Jean-Claude, 'Construction sociale des populations', in *Histoire de la France urbaine 5: La Ville aujourd'hui. Mutations urbaines, décentralisation et crise du citoyen*, ed. por Marcel Roncayolo (Paris: Éditions du Seuil, 1985), pp. 467-501.

ANOTAÇÕES DE LEITURA

João Pedro Silva Nunes*

Publicado em 1985 no quinto tomo da *Histoire de la France urbaine*, o capítulo “Construção social das populações” é uma elaboração teórica central para entender os processos de urbanização contemporâneos. As populações urbanas, argumenta Jean-Claude Chamboredon, são construídas socialmente e os seus efeitos apresentam amplitude e estruturação muito consideráveis. O texto é uma extensão e actualização do artigo “Proximité spatiale et distance social. Les grands ensembles et leur peuplement”, assinado em coautoria com Madeleine Lemaire e publicado em 1970 na *Revue française de sociologie*, XI, 3-31¹. Recentemente, o sociólogo Paul Pasquali reconstituiu a génese do artigo posicionando os autores e o seu trabalho de pesquisa no campo da sociologia francesa, em particular no Centre de Sociologie Européenne, então dirigido por Pierre Bourdieu².

Através de uma densa teia de itinerários e de objectos de pesquisa, de posições e oposições, Pasquali analisa o trabalho de investigação no seu contexto de produção, mostrando como o artigo de Chamboredon e Lemaire emerge no seio de uma complexa constelação de agentes – “académicos, peritos e tecnocratas”, na expressão de Pasquali –, situados em diversas de estruturas do Estado, que à época ofereciam oportunidades de investigação. Entre os diagnósticos de

.....
* CICS.NOVA,
NOVA FCSH.

.....
1. Em português: Chamboredon, Jean-Claude e Madeleine Lemaire, ‘Proximidade espacial e distância social. Os grandes conjuntos e sua população’, *Antropolítica Revista Contemporânea de Antropologia*, 38 (2015), 107-145. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2015.0i38.a339>, traduzido por Jorge de la Barre.

2. Pasquali, Paul, ‘Deux sociologues en banlieue. L’enquête sur les grands ensembles de Jean-Claude Chamboredon et Madeleine Lemaire (1966-1970)’, *Genèses*, 87.2 (2012), 113-135.

crise de alojamento e as lógicas de intervenção estatal, os autores revelam como à produção dos grandes conjuntos enquanto destino residencial correspondia a elaboração institucional de agregados populacionais de famílias destinatárias. As manifestações da tensão entre proximidade espacial e distância social resultavam da construção administrativa destas populações co-residentes, o que acentuava não só o desaparecimento da vizinhança como instância de organização da memória e do controlo social, como uma imagem negativa da condição popular. Nos grandes conjuntos [*grands ensembles*], a edificação de habitação e a pré-construção das populações encorajavam entre os grupos mais privilegiados aspirações à mobilidade residencial e tendiam a legitimar uma visão do mundo social na qual os esforços de mobilidade social eram recompensados, traduzindo-se num progresso medido pela intensidade como se efectivava a distância social.

Do artigo ao capítulo, Chamboredon estende e reforça o argumento: os processos de povoamento são engendrados pela acção formal ou informal de agentes e instituições públicas ou privadas, que assim tomam parte na elaboração, composição e distribuição dos estratos e categorias populacionais identificados pelos territórios destinados à sua instalação. A noção de construção social das populações enquanto aproximação morfológica ao processo de urbanização abrange e articula o controlo sobre o solo e sua afectação à edificação e destinação social, a demografia, as trajectórias sociais e as “carreiras residenciais” de famílias e grupos, com as condições de coexistência tensa e conflitual do espaço. Esta abordagem constitui um novo horizonte para a morfologia social, assim dotada conceptualmente de meios para explicar a relação entre urbanização e modos de espacialização dos grupos sociais – modos esses que o autor apreende e interpreta com notável sistematicidade e detalhe. Esta leitura construtivista do povoamento urbano permite a compreensão e explicação *relacional* das lógicas de produção social das diferenças e das distâncias sociais no espaço urbano, a reconstituição das desigualdades e das posições dos grupos, e a atenção para as (des)classificações sociais e apropriações espaciais. Neste plano, a “construção social das populações” é um texto programático da sociologia urbana francesa. Aliás, é aqui que a actualidade do capítulo publicado em 1985 se patenteia. A propósito do destino dos grandes

conjuntos habitacionais públicos, Jean-Claude Chamboredon conclui: os “[processos] objetivos de declínio económico dos grupos (com um movimento cumulativo de depauperação-degradação), de desgaste e degradação física destes conjuntos habitacionais e de desqualificação social conduzem a um efeito de gueto facilmente associado à etnicidade. A marginalidade espacial torna mais difícil (distância física e estigma moral aos olhos dos empregadores, insucesso escolar e efeitos de ‘instabilidade’ da cultura dos adolescentes) o acesso ao mercado de trabalho regular” (neste volume, p. 57). Já ao examinar o destino metropolitano das antigas e novas classes médias, o autor avança uma leitura abrangente da inscrição no espaço urbano de práticas cujos sentidos exprimem a individuação engendrada pela urbanização e a diversificação das posições ocupadas pelas diversas *fracções* de classe e suas lógicas de apropriação no espaço metropolitano.

Assim, em “Construção social das populações”, Chamboredon estabelece um léxico e uma gramática para o estudo de processos de marginalização e desclassificação urbana e social, de guetização e estigmatização que evidenciaram notável desenvolvimento nas décadas seguintes com o trabalho de Loic Wacquant. E em paralelo, elabora uma via para a compreensão e explicação relacional da constituição dos grupos sociais e seus modos de espacialização nas grandes cidades contemporâneas, via essa que o autor cruza com linhas clássicas da sociologia urbana desenvolvidas por Georg Simmel e pelos autores da Escola de Chicago. Em suma, a construção social das populações é uma fórmula teórica *à la fois* robusta e fina de uma sociologia das populações enquanto linha de análise do processo de urbanização.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS POPULAÇÕES

Uma das características da história urbana recente é a originalidade dos mecanismos sociais de construção das populações. Os processos institucionais, formais ou informais, através dos quais ocorre uma afectação de um espaço a determinados usos e o confinamento de certos grupos sociais a certos sectores do espaço são, de facto, novos pela sua amplitude e pela importância dos seus efeitos, conduzindo a uma nova qualificação social do espaço.

A análise destes fenómenos de morfologia urbana afigura-se-nos uma forma privilegiada de abordar a evolução recente das cidades. Desenvolver esta intenção até às suas consequências permitirá relativizar e situar, reportando-as às suas causas sociais, as “verdades” pré-concebidas que o discurso sobre a urbanização pode apresentar, nas suas três variantes: discurso sobre a mutação e a emergência de uma nova sociedade, de novos “sujeitos”, de situações radicalmente originais; discurso mecanicista, de referência marxista, o qual repete que, na ordem urbana e na esfera da reprodução, se encontram as mesmas relações de classes observadas na área do trabalho e na esfera da produção; discurso “crítico” ou “genealógico”, que distingue, nos mecanismos da urbanização e da distribuição no espaço, uma máquina (montada por um génio mau e repressivo) para “normalizar” os comportamentos e as relações entre os grupos e regular insidiosamente os espíritos e as aspirações.

Não está em causa constituir uma região da morfologia como uma zona autónoma para melhor escapar a estes diagnósticos. Trata-se antes de tentar sistematicamente a análise do que os grupos devem aos processos sociais pelos quais são divididos, recompostos e agregados no espaço urbano, e aos modos de ordenação da sua coexistência.

Levar a sério a existência de estruturas sociais locais não é reduzir a totalidade das relações sociais a esta interacção real e actual entre grupos sociais próximos, como se as classes estivessem completamente definidas no microcosmo da sociedade local. No entanto, o local exerce uma mediação entre as relações de classes e a sua actualização nas interacções e percepções quotidianas. As formas localmente concretizadas contribuem para a formação da consciência de classe; a coexistência diária no espaço de residência pode reforçar ou contradizer as oposições constituídas no espaço de produção. Destacar esta pertinência do local não leva a afirmar a existência de uma unidade local circunscrita e constante, qualquer que seja o comportamento considerado. Não sugerimos que esta entidade seja considerada como uma *essência*: um universo social, bairro, sector ou zona, que seria o único contexto pertinente em relação a todas as condutas, à semelhança da aldeia da etnologia rural. Tal seria ceder excessivamente às representações da sociabilidade e às utopias que os movimentos de animação do “quadro de vida” desenvolvem. Pelo contrário, os primeiros analistas das aglomerações e das metrópoles (Simmel, no fim do século XIX, na Alemanha, e a Escola de Chicago, na década de 1920, nos Estados Unidos) realçaram a fragmentação das cenas urbanas e o cosmopolitismo alimentado pelas grandes cidades.

O espaço local do bairro ou da zona é sem dúvida, ele próprio, determinado pela sua inserção em espaços englobantes – freguesia, área metropolitana –, não existindo como compartimento estanque. Esta descrystalização dos locais de produção e dos locais de consumo ou de residência é mesmo uma característica da urbanização recente. O desaparecimento dos bairros clássicos do século XIX, simultaneamente operários e industriais, é apenas um aspecto desta evolução. O local permanece o território privilegiado das escolhas de residência e de consumo, de contacto entre grupos sociais. E é também aqui que se forma a consciência de pertença social (incluindo nos primeiros anos a socialização do indivíduo).

Mecanismos de mercado ou processos institucionais?

Para não ceder ao prestígio fácil do discurso sobre a mutação, é necessário marcar a especificidade da história recente da construção das populações urbanas em relação às situações em que esta ocorria essencialmente através do mercado amplamente assente em “escolhas” económicas individuais. Na verdade, desde o início do século XIX, pelo menos, que os mecanismos de distribuição dos grupos no espaço urbano têm um carácter massivo, não se deixando reduzir à agregação de decisões individuais independentes umas das

outras. Em todo o caso, o que é novo, desde o pós-guerra, é que a distribuição dos grupos no espaço da cidade decorre sobretudo de mecanismos institucionais diversos, que produzem populações simultaneamente homogeneizadas nas suas subdivisões internas e diversificadas no seu conjunto. Entre as causas deste fenómeno, temos de considerar tanto as práticas institucionais de afectação do espaço (o “zonamento”), como os procedimentos de produção dos terrenos para construção, de ordenamento e de controlo do uso do solo, assim como os mecanismos sociais de atribuição das habitações e de regulação do acesso às mesmas. É uma espécie de mosaico social que é assim construído, do qual descrevemos as origens e as formas para caracterizar plenamente a originalidade das estruturas sociais urbanas. Será então possível atribuir aos seus determinantes certas características da sociedade urbana que os comentários precipitados isolam e constituem como singularidades da situação contemporânea. Uma vez estabelecidas as características morfológicas da população, poderemos analisar a transformação das relações sociais que habitualmente imputamos directamente à novidade das formas urbanas. Na verdade, é possível que muitas das particularidades das relações sociais em situação urbana – que por vezes ampliamos para aí discernirmos os indícios de uma transformação dos modos de vida característicos da sociedade de massa ou que atribuímos a mutações da sociabilidade ou a alterações “eto-psicológicas” produzidas exclusivamente pelo quadro de vida – decorram da forma que adquirem as oposições e as divisões sociais determinadas pelas condições de formação da população.

Estes mecanismos de formação das populações ocorrem por todo o lado, mas sobretudo nas unidades urbanas de crescimento recente e rápido, sendo particularmente complexos nos “grandes conjuntos habitacionais” [*grands ensembles*], em que, na maior parte dos casos, a população resulta da implementação de definições jurídicas e institucionais de direitos, bem como de mecanismos económicos e sociais de atribuição das habitações. O efeito acumulado destes mecanismos consiste num corte em relação às categorias diversificadas que são aproximadas no espaço destes conjuntos habitacionais, ao passo que o jogo dos mecanismos de mercado “comuns” teria podido conduzir à sua dispersão no espaço urbano.

Heterogeneidade do povoamento

A composição social dos bairros suburbanos de desenvolvimento recente, em especial, deve muitas das suas características à política de habitação e à história da construção urbana. As divisões sociais adquirem aí um novo cariz,

tornando-se as diferenças entre bairros, e sobretudo no interior do mesmo bairro, mais nítidas. Por um lado, a construção de conjuntos habitacionais semelhantes, destinados a uma clientela relativamente homogénea, conduz à justaposição de bairros claramente diferenciados, diferenciação essa que depende do tipo e do custo de edificação (e, até certo ponto, do preço do terreno), resultante em grande parte da data de construção – o que acontece nos primeiros anos da urbanização; em seguida, esta diferenciação evolui em função da renovação da população que ocupa os vários tipos de imóveis. Os contrastes sociais transcrevem no espaço urbano, sob a forma de sectores urbanos ou de bairros com estruturas sociais distintas, momentos diferentes da história urbana. Em 1968, era possível observar num determinado município dos arredores de Paris¹ a proximidade de um bairro de habitações unifamiliares (moradias) e de um grande conjunto habitacional, ou seja, de dois universos sociais muito contrastantes (devido à sua composição social, às características demográficas da população, à sua “história” específica), inscritos em estilos de vida, atitudes face à existência e expectativas quanto ao quadro de vida e “à moralidade”. O complexo do grande conjunto habitacional, em que a percentagem de população operária é forte, é vizinho de um bairro de pequenas moradias construídas cerca da década de 1930 e ocupadas principalmente por pessoas da classe média, na maior parte reformados (68% têm 41 anos e mais, contra 50% com menos de 40 anos entre os chefes de família do grande conjunto habitacional). Não serão algumas percepções muito desfavoráveis do grande conjunto habitacional possíveis de explicar pela proximidade de populações muito diferentes que se opõem em termos de valores e de estilos de vida?

Outro exemplo: em 1977, num município da periferia de Nantes, o grande conjunto do Sillon, com 50,5% de operários e de pessoal de serviços na população activa (e 9,1% de grandes empresários da indústria e do comércio, profissionais liberais e quadros superiores), “destaca-se” claramente em relação ao bairro onde está implantado, composto essencialmente por prédios em regime de condomínio (para as duas categorias acima referidas, 28,5% e 17,7%² respectivamente).

1. Antony (nos arredores de Paris), parte do grande conjunto habitacional Massy-Antony (cf. Jean-Claude Chamboredon e Madeleine Lemaire, *art. cit.*, 1970).

2. O Sillon, cuja concepção foi inspirada por uma filosofia social-cristã, é um exemplo dos efeitos de desagregação social produzidos por certos mecanismos de formação da população e de organização do quadro material de coexistência (cf. M. Pinçon, “Habitat et modes de vie. La cohabitation des groupes sociaux dans un ensemble HLM”, *Revue française de sociologie*, n.º XXII, 4, Outubro-Dezembro de 1981, pp. 523-547).

Posição e trajectória

Semelhante diversidade social surge em grande medida como resultado dos ritmos de construção, das formas institucionais de acesso à habitação, da distribuição espacial dos tipos de habitação (simultaneamente forma arquitectónica – casa unifamiliar ou prédio e regime de ocupação – arrendamento e habitação própria, com os seus diversos tipos e níveis). Mais à frente, tentaremos descrever os seus efeitos globais na “recomposição” social do espaço; por ora, atentemos apenas que foi sobretudo nas zonas periféricas, as que receberam a maior parte da população urbana nova nos anos de crescimento rápido, que a urbanização e a política de habitação produziram estes efeitos de diversificação social do espaço.

As unidades administrativas ou estatísticas (municípios ou áreas habitacionais, subdivisões dos municípios definidas para efeitos de recenseamento) nem sempre estão muito próximas dos “bairros” reais, como unidades sociais funcionais com estruturas diferenciadas e como produtos de uma micro-história urbana específica: é o bairro, enquanto objecto de uma operação de renovação, o local onde foram implantados os mesmos prédios em regime de condomínio; e o loteamento de casas unifamiliares, que é necessário isolar para termos a justa ideia dos contrastes sociais que marcam o espaço urbano.

Para descrevermos os grupos que se aproximam e se opõem no espaço urbano e para podermos avaliar todas as suas diferenças, temos de adicionar à pertença socioprofissional e às características demográficas todos os traços da trajectória (social e geográfica) que conferem o seu sentido à presença no bairro e estruturam a relação com o pequeno espaço social da área de residência (nomeadamente através de “projectos” residenciais, “projectos” de mudança ou de instalação duradoura). Existe, na verdade, uma “carreira residencial”, enquanto série dos locais de habitação e dos regimes de ocupação desses locais. Os movimentos ligados à urbanização, a diversidade dos regimes de ocupação e, em especial, dos níveis de renda e de acesso ao crédito, que definem uma fina gradação de estatutos, contribuem para a definição destas trajectórias ou carreiras residenciais e inserem-nas no ciclo de vida familiar. Realçamos aqui que, na descrição de estruturas sociais urbanas, é necessário reconstituir para cada grupo ou categoria a relação com o local de residência resultante do período desigual de permanência e das diferentes perspectivas de mudança. O aprofundamento temporal deve fazer parte da descrição.

Heterogeneidade interna dos grandes conjuntos habitacionais

Conhecemos a importância dos grandes conjuntos habitacionais no urbanismo da década de 1960: é frequentemente a primeira experiência de habitação urbana para os migrantes provenientes do campo, das vilas [*petites villes*] ou do estrangeiro. As mudanças da sociabilidade, que por vezes atribuímos indistinta e massivamente ao carácter repentino das mudanças de residência, à novidade do quadro espacial e arquitectónico, à originalidade da aproximação a que são obrigados os habitantes beneficiários, ao eventual gigantismo das dos conjuntos, devem primeiro ser relacionadas com os mecanismos de composição das populações que aí se encontram reunidas.

Antes de mais, é necessário assinalar a diversidade dos grupos aproximados, diversidade essa que não é atenuada nem reduzida por um processo progressivo de agregação: é de uma só vez, para centenas, ou até, nos empreendimentos de maiores dimensões, para milhares de famílias, que a construção destes conjuntos habitacionais vai colocar o problema da coexistência e, conseqüentemente, o confronto de estilos de vida.

Produção das diferenças

Por outro lado, as diferentes categorias sociais também são representadas por “amostras” específicas, constituídas de acordo com regras diferentes em cada caso e não apenas porque as habitações novas atraem mais casais e uma população em média mais jovem. O tipo de organismo e o tipo de fileira através dos quais se acede a estes grandes conjuntos habitacionais são condições determinantes da formação da população, e sabemos que a maior parte dos grandes conjuntos habitacionais é administrada por várias entidades, podendo cada uma dispor de uma parte dos edifícios ou das habitações. Conseqüentemente, são diferentes “clientelas” que são atraídas por diferentes fileiras. Assim, de acordo com um estudo de Paul Clerc, de meados da década de 1960, a clientela dos organismos HLM (*Habitations à Loyer Modéré*) da área metropolitana de Paris era constituída por 46% de operários, 26% de empregados e 22% de quadros médios e superiores, ao passo que a clientela da Société Centrale Immobilière de la Caisse des Dépôts (SCIC) era composta por 23% de operários, 31% de empregados e 46% de quadros médios e superiores³. Existem fileiras de acesso no seio dos próprios programas de habitação social (HLM), os quais correspondem à diversidade das partes envolvidas: Segurança Social, entidades patronais

3. Paul Clerc, *op. cit.*, 1967.

e municípios; cada uma dessas entidades tem uma “clientela” específica e regras de atribuição diferentes, daí a extrema diversidade da composição interna da população dos grandes conjuntos habitacionais. Duas séries de factores produzem esta diversidade: as fileiras jurídico-institucionais que definem o acesso aos vários tipos de habitações (variação no regime de ocupação, por exemplo arrendamento ou acesso à propriedade, e variação nos níveis de renda e nos tipos de habitação) e as práticas formais e informais de atribuição resultantes da função e da finalidade das entidades gestoras (por exemplo, instituições de solidariedade social “privilegiando” as famílias em situação económica difícil ou entidades de incentivo ao investimento imobiliário privilegiando as fracções superiores das classes populares e as classes médias) e dos seus critérios de atribuição (critérios demográficos, económicos, etc.). Embora estas práticas variem muito de organismo para organismo, a sua tradução ao nível de cada grande conjunto habitacional (tendo em conta a diversidade dos tipos de habitações propostos em cada um e a multiplicidade das entidades que gerem, cada uma, uma parte do parque imobiliário) tende a “clivar” as classes populares, de acordo com uma polaridade que podemos descrever mais ou menos assim: por um lado, fracções superiores da classe operária e operários qualificados, que, na maior parte dos casos, trabalham em grandes empresas (e têm acesso a este parque imobiliário por intermédio do financiamento em virtude da contribuição de 1% da entidade patronal), com uma grande estabilidade de emprego, na maior parte dos casos alojadas em habitações de qualidade ou em empreendimentos programados para acesso à propriedade; por outro, em sentido oposto, camadas inferiores da classe operária, operários qualificados, serventes ou trabalhadores pouco qualificados de administrações públicas ou locais, frequentemente com um maior número de filhos (simultaneamente título de acesso à habitação e critério de atribuição através do abono de família), também frequentemente *ai realojadas no seguimento de uma “peregrinação”* que as retirou dos bairros centrais antigos e degradados, votados à reabilitação, e as impeliu para a periferia.

As formas concretas que esta estrutura social “polarizada” assume variam sem dúvida consoante os períodos da história urbana recente. O fenómeno de marginalização das fracções inferiores ocorre nas décadas de 1950 e 1960, sobretudo nos programas de alojamento em “inferiores” nas habitações de tipo HLM; inversamente, o fenómeno de “promoção” e de “estabilização” de uma “aristocracia” operária viu-se reforçado com a melhoria no que diz respeito aos empreendimentos de habitações subsidiadas de topo, por exemplo, HLM para

acesso à propriedade. No entanto, mais recentemente, estas duas tendências fundamentais agiram em conjunto para moldar a composição dos bairros sociais [*cités*] destinados à habitação popular. Começámos por destacar, a partir de 1957, a exclusão das fracções inferiores das classes populares das habitações sociais HLM, decorrente da preocupação das entidades gestoras em equilibrar as suas contas e garantir inquilinos solventes, com recursos estáveis⁴. Ao mesmo tempo, o fenómeno de acolhimento de fracções do subproletariado acentuou-se com a degradação progressiva de determinados conjuntos habitacionais; com a política de redução ou supressão dos bairros de transição [*cités de transit*] ou, de um modo geral, das formas de habitação social inferiores às do tipo HLM; por fim, com a política de urbanismo “de combate à segregação social”.

Veremos melhor, através de um exemplo dos subúrbios de Paris (bairro de Massy-Antony, estudado em 1968⁵), a série de diferenças que os vários mecanismos acima analisados produziram. Enquanto as habitações distribuídas de acordo com os mecanismos comuns do mercado atraem uma clientela bastante homogénea, devido ao facto de este ter de corresponder às mesmas condições económicas e, na maior parte dos casos, ser recrutado numa área (social e geográfica) bastante definida, os organismos de repartição recrutam os ocupantes em áreas diferentes e de acordo com regras diferentes. Por exemplo, os apartamentos atribuídos pela Segurança Social vão, preferencialmente, para as pessoas alojadas em condições precárias, para as famílias numerosas, para as famílias em vias de despejo, enfim, sobretudo para habitantes pertencentes a uma franja inferior da classe operária, que fornecem uma grande parte dos “casos sociais”. Em contrapartida, os apartamentos obtidos em virtude da contribuição da entidade patronal para a construção (1% patronal) são atribuídos a quadros ou a empregados ou, frequentemente, a operários com uma estabilidade específica na empresa, um emprego seguro, um nível de qualificação elevado. Assim se explica, nomeadamente, a diferença entre a dimensão média das famílias de serventes e a das famílias de outras categorias: 3,77 filhos em média para os serventes, 3,03 para os operários qualificados, 2,20 para os quadros médios e pequenos empresários/comerciantes, 2,45 para os quadros superiores e profissionais liberais. A combinação entre as razões

4. G. Malignac, “Le logement des faibles : évincement progressif et formation d’un sous-prolétariat”, *Population*, 12 (2), Abril-Junho de 1957, pp. 237-259.

5. O estudo assenta na análise específica de dados do recenseamento de 1968 e num inquérito realizado através de entrevistas e observações (*vide* nota 1, p. 471).

humanitárias – que conferem às famílias mais carenciadas a prioridade para os apartamentos atribuídos pela Segurança Social – e as regras económicas – que pretendem que se garanta que a renda não seja uma despesa excessiva em relação aos recursos das famílias – confere mais oportunidades de obtenção de um apartamento às famílias numerosas das camadas carenciadas, que, em parte graças ao abono de família e ao subsídio de alojamento, dispõem de recursos relativamente mais elevados do que os das outras famílias da mesma categoria. Se é verdade que o número médio de filhos por família é mais elevado num grande conjunto habitacional do que na cidade em geral, e isto para todas as categoriais sociais, com excepção das classes superiores, é porém de notar que a diferença é muito maior no respeitante aos serventes e aos empregados: a diferença entre o número médio de filhos por família em todo o município e no “conjunto” passa de 0,53 no caso dos quadros médios e dos pequenos empresários/comerciantes para 1,51 no tocante aos empregados, 1,01 no que respeita aos operários qualificados, 1,26 no atinente aos operários não qualificados e 2,31 no caso dos serventes.

A estas diferenças, directamente relacionadas com os princípios em que se baseou a “selecção” dos ocupantes, acrescem diferenças secundárias, produzidas de acordo com os mesmos mecanismos, que acentuam e qualificam as diferenças decorrentes da pertença a categoriais sociais diferentes. Assim, os operários qualificados, dos quais muitos acedem à habitação social através da entidade patronal, distinguem-se da categoria de origem por um nível de qualificação mais elevado, ao contrário dos empregados, que são mais carenciados do que a média da sua categoria de origem. Em relação aos operários e aos quadros médios, respectivamente, os serventes e os empregados, categorias imediatamente inferiores, surgem na maior parte dos casos em “fim de carreira urbanística”: com mais idade, mudaram de residência mais vezes. Com efeito, mais de metade dos serventes (52,5%) e cerca de um terço dos empregados (34%) têm 51 anos ou mais, ao passo que mais de três quartos dos operários não qualificados e qualificados (80%), dos quadros médios (83%) e dos membros das classes superiores (84%) ainda não atingiram essa idade. Os operários qualificados e os quadros médios são mais novos, com mais estudos e têm um nível de vida mais elevado do que os serventes, os operários não qualificados e os empregados. Para estes, o “grande conjunto” é uma etapa provisória ao longo de uma trajectória ascendente e, frequentemente, uma etapa antes da compra de um apartamento, no fim ou no meio da carreira. Em contrapartida, para os serventes e para os empregados, o “grande conjunto” é o *terminus*, sendo

mais difícil para estes do que para os outros esperarem aceder a uma residência de tipo superior à HLM: com efeito, as razões económicas e, conjuntamente, demográficas interditam que as categorias mais desfavorecidas acedam às habitações HLM antes de uma certa idade (isto é, antes de terem alcançado um certo nível de recursos) e antes de a sua família atingir uma certa dimensão (isto é, direitos específicos a este alojamento e, simultaneamente, graças ao abono de família, um nível de recursos mais seguro). Cada categoria encontra-se então, em relação à categoria inferior, num ponto diferente da sua trajectória e caracteriza-se não só por uma situação social superior, mas ainda por oportunidades de mobilidade (geográfica e social) muito mais fortes. Dentro de uma mesma classe social, o “destino” social cria subcategorias fortemente opostas, e a coexistência no espaço exprime o encontro momentâneo de trajectórias sociais extremamente diferentes. É a heterogeneidade extrema de categorias produzidas pelos mecanismos de selecção que constitui o traço específico da população dos grandes conjuntos habitacionais, mais do que apenas o volume da população ou a aproximação súbita de grupos de origens diversas.

História natural dos conjuntos residenciais [cités]: promoção e desclassificação

Esta descrição de um exemplo é válida para o início da década de 1970 e realça diferenças pontuais. Se restituirmos, na sua profundidade, os movimentos e as trajectórias que o inquérito imobiliza, uma vez que os apreende num determinado momento, há três fenómenos a destacar: a velocidade de rotação, muito desigual nas várias categorias socioprofissionais, conduz a uma renovação da população de um tipo específico; na óptica dos imóveis, há uma história específica do povoamento, eventualmente um processo de especialização social ou uma espécie de desqualificação social relacionada com a “evasão” das camadas superiores da população; por fim, na óptica dos grupos sociais, o “confinamento” em certos imóveis socialmente desqualificados conduz a um processo de marginalização e de estigmatização, processo esse que contribui para que certas fracções inferiores da classe operária sejam constituídas em subproletariado. É necessário, então, contar com o tempo de permanência no “grande conjunto”, associado aos projectos e às possibilidades de partida, através daquilo a que podemos chamar a “carreira” urbana, que domina a relação com o grande conjunto habitacional e a coexistência que este impõe; em última análise, é o princípio explicativo da sociabilidade local. De um modo geral, o resultado global dos fluxos de chegada e de partida conduz a uma forte “evasão” por cima das

categorias mais ricas e mais jovens e a uma eliminação por baixo, menos significativa em termos de quantidade, das categorias com uma situação económica mais precária, relegadas para formas de habitação inferiores. Este movimento está relacionado com a política global de habitação, em especial com a oferta considerável de edifícios para habitação própria, em regime de condomínio, no parque imobiliário de construção recente: as classes médias, para as quais as habitações HLM eram pelo menos uma etapa na década de 1960, acederam massivamente às fórmulas de aquisição de habitação, deixando assim o lugar a fracções inferiores das classes médias (trabalhadores com baixos salários) e das classes populares (operários não qualificados e serventes). O resultado é uma espécie de desclassificação social dos conjuntos habitacionais habitacionais [cités], agora ocupados por categorias para quem, outrora, o acesso ao grande conjunto habitacional era mais difícil: nas décadas de 1970 e 1980, uma das formas deste fenómeno foi o aumento significativo da percentagem de imigrantes na população dos grandes conjuntos habitacionais. Devido à história da imigração e à alteração das suas formas, estes correspondem, mais do que no início da urbanização deste período, aos critérios de atribuição: antiguidade de residência no município, reagrupamento familiar e número elevado de filhos. A “desclassificação” social (que, para categorias das classes populares outrora votadas a habitações de estatuto inferior, também pode ser analisada como um fenómeno de “promoção” na hierarquia das formas urbanas) associa-se à obsolescência dos edifícios que, cerca de vinte anos após a sua construção, devido ao carácter precipitado, medíocre e por vezes negligenciado da mesma, se encontram frequentemente num estado de degradação avançada. Assim, na altura em que necessitam de mais manutenção (com a conseqüente tendência para aumentar as rendas), são ocupados por uma população para quem a renda dificilmente pode aumentar sob pena de desequilíbrio do orçamento familiar. A degradação física, a desclassificação social e a crise económica da gestão unem-se, assim, numa espiral descendente.

Devemos interrogar-nos sobre o destino e os resultados do urbanismo voluntarista, frequentemente movido por um pensamento de engenharia social, que inspirou parcialmente a política da habitação social. Com efeito, esta não obedeceu apenas às enormes condicionantes materiais e económicas (reconstituir e desenvolver um parque imobiliário), mas também à preocupação de moldar a comunidade social produzida pelas formas urbanas. Ideologias e utopias de formas e referências diversas (catolicismo social, socialismo, etc.) inspiraram a concepção dos programas de construção: os planeadores não

podiam desconhecer a dimensão de demiurgia social envolvida na composição dos programas urbanísticos, nem ignorar os resultados sociais das várias fórmulas institucionais de recrutamento dos habitantes. Tal foi constituído, com diferentes graus de intensidade e de importância, como critério explícito da política imobiliária e do planeamento urbano. Sobretudo, ao que parece, imediatamente após a guerra, sob influência de um optimismo reconstrutor, e reconstrutor também do “tecido” social; e, posteriormente, na década de 1970, sob influência da crítica, produzida em parte pelas ciências sociais, da “segregação” social. Estas preocupações reflectiram-se, nomeadamente, nos grandes programas de construção de conjuntos HLM e nos programas das “cidades novas”, que conduziram a práticas de “mistura” das fórmulas jurídicas e institucionais imobiliárias, destinadas a diversificar e a miscigenar as categorias sociais. Tendo em conta os mecanismos de produção e de acentuação dos contrastes acima descritos, podemos questionar-nos se estes não levaram à produção, não de uma população simultaneamente homogénea e diversa, mas de um mosaico social, amálgama de subcategorias “seleccionadas” de acordo com regras diferentes nos seus vários universos sociais de pertença.

Agregação dos grupos sociais, cristalização dos estilos de vida

Os processos de distribuição dos modos e dos tipos de habitação no espaço urbano conduzem a uma requalificação social do espaço e contribuem para uma redefinição dos grupos. A distribuição no espaço cristaliza as diferenças, privilegiando algumas das variações que existem de uma categoria social para outra, conferindo-lhes visibilidade, transformando-as eventualmente em marcas e em símbolos. A agregação de famílias caracterizadas por trajectórias e atributos sociais e familiares comparáveis (desde a categoria socioprofissional à idade, ao número de filhos ou à posição no ciclo de vida) favorece a constituição e a definição de grupos que tomam consciência da sua especificidade, de algumas das suas semelhanças, através da aproximação espacial, como se o espaço urbano fosse mais propício à afirmação das diferenças estatutárias do que à afirmação das diferenças de classe produzidas e actualizadas nos locais de trabalho. Estes modos de percepção e de descrição sugerem um quadro das diferenças sociais no espaço urbano que individualiza apenas dois grupos: uma burguesia tradicional concentrada e visível no espaço dos bairros chiques e fracções inferiores das classes populares isoladas em bairros degradados e casas insalubres, existindo entre os dois grupos a representação nostálgica do bairro popular das canções e dos romances populistas. Existe, pois, uma inércia

das imagens sociais do espaço urbano, sendo que estas pesam na descrição sociológica. A rapidez das alterações urbanas recentes agudiza ainda mais este atraso das representações e das imagens em relação à realidade.

Individualização dos grupos no espaço

A distribuição no espaço vai além da tradução e da inserção espacial de diferenças sociais, contribui para produzir divisões sociais e permite a afirmação de subgrupos com estilos de vida originais de duas formas: negativamente, quando a deslocação no espaço subtrai uma parte da população aos controlos que contribuem para reforçar os modelos de uma cultura partilhada por uma comunidade local – é frequentemente um dos efeitos da migração dos bairros operários tradicionais para bairros periféricos; positivamente, porque a posição no espaço e o efeito da habitação conduzem a relações diferentes com os meios de consumo e com os instrumentos de reprodução. Com efeito, a habitação como projecto social determina uma certa estrutura do orçamento e, conseqüentemente, uma certa organização da família e da sua actividade (nomeadamente, a questão da actividade remunerada da mulher), especialmente quando se trata do acesso a uma habitação moderna; implica também uma certa posição em relação a um mercado de trabalho e a uma oferta local de equipamentos colectivos (meios de consumo e, sobretudo, meios de reprodução, nomeadamente através da rede escolar). Assim, consoante a qualidade e a localização, a habitação implica oportunidades de vida, diferentes nos diversos mercados, cujo acesso é sempre parcialmente ditado por uma mediação espacial.

No espaço urbano moderno, alargado e como que dilatado pela expansão das cidades, o papel da distância aumentou. Distância em relação a um determinado mercado de trabalho: conhecemos os efeitos, por exemplo, para as mulheres das fracções inferiores das classes populares, da distância em relação aos empregos domésticos – existentes nos bairros burgueses – associados à residência na periferia das cidades; ou os efeitos da desindustrialização da cintura norte e este de Paris no mercado de trabalho acessível aos operários que residem nesses subúrbios; ou, ainda, o efeito do desfasamento de implantação entre a oferta de trabalho terciário e a residência das famílias operárias, cujas mulheres e filhas constituem uma boa parte da procura como empregadas de escritório. Distância em relação a um determinado mercado de consumo: os grandes armazéns dos centros urbanos ou os hipermercados dos novos centros periféricos, frequentemente longe dos novos conjuntos habitacionais e inacessíveis sem carro. Distância em relação a diversos equipamentos colectivos,

nomeadamente a importância determinante da estrutura e da qualidade da oferta escolar local (cuja qualidade, por efeito circular, é amplamente determinada pela qualidade dos utentes).

Desta primeira série de determinações, devemos distinguir as que resultam da reestruturação do orçamento e das necessidades decorrentes do acesso a uma habitação moderna. Com efeito, devido à importância acrescida da rubrica “habitação” no orçamento, a instalação numa habitação moderna implica uma reestruturação da economia doméstica: alteração da parte relativa às várias rubricas do orçamento, eventual alteração dos recursos e da sua aplicação. A instalação numa nova habitação, especialmente se tiver sido adquirida a crédito, determina estas “decisões” e estas condicionantes, a médio e a longo prazo. A escolha imobiliária envolve assim, também, um “projecto” social (perspectivas de carreira, previsões económicas sobre o património, recursos da família e sua aplicação). A habitação é ainda portadora de uma certa definição “objectiva” (isto é, socialmente constituída) dos seus usos: não se vive da mesma maneira num apartamento antigo de um bairro operário e num apartamento moderno de um grande conjunto habitacional periférico, nem, no caso das classes médias, numa habitação de um edifício burguês de um bairro residencial e numa casa unifamiliar, numa localidade-satélite da grande cidade vizinha. A nova residência interfere no mobiliário, no equipamento, nos hábitos de consumo, na economia doméstica, no estilo de vida e na divisão do trabalho doméstico entre os sexos.

São passados sociais, trajectórias sociais, estilos de vida que se agregam e se cristalizam em determinados sectores urbanos, constituindo subculturas específicas e individualizando grupos sociais (incluídos no choque que a coexistência pode agudizar). Neste espaço social renovado, a transformação dos estilos de vida é facilitada, antes de mais, pelo desaparecimento dos controlos através dos quais se mantém uma cultura tradicional (modos de socialização, estilos de consumo, hábitos de lazer, práticas culturais). Acrescem ainda os factores positivos da difusão das necessidades e dos gostos, a qual não se efectua através do contágio numa sociedade de massa indiferenciada, mas sim num espaço estruturado pela variação social dos grupos que o ocupam, ou seja, das subculturas que o integram. Esta difusão envolve processos de empréstimo e de recusa, de reafirmação reactiva dos valores próprios, fenómenos de assimilação e fenómenos de distinção.

Mosaico social urbano

Seguindo certos analistas, isolemos por exemplo alguns grupos neste caleidoscópio que compõe o universo urbano. A remodelação do espaço urbano acelera a transformação das culturas operárias. A ruptura de uma forma de comunidade característica do bairro operário tradicional é sem dúvida um dos efeitos mais relevantes do período de urbanização recente. Tal abriu um processo de evolução interna e de diferenciação, com evolução para cima ou para baixo, das várias camadas que compõem a classe operária. A conjugação das operações de reabilitação dos centros e da urbanização periférica afasta os operários para longe do centro urbano, fenómeno novo pela sua generalização a todas as grandes cidades. Do mesmo modo, as reestruturações morfológicas põem fim a uma certa simbiose entre o mundo produtivo e o *habitat*, característica tanto de certas cidades que vivem sob o regime da mono-indústria, como de certas cidades ou regiões com uma estrutura industrial feita de um sem-número de pequenas fábricas ou oficinas dispersas no tecido urbano. Quando o *habitat* se afasta da fábrica ou da oficina, as determinações do mundo do trabalho industrial pesam menos directamente na cultura operária, já que não estão presentes em todos os instantes no horizonte da existência diária. A nova importância adquirida pela habitação, a inexistência de lugares e espaços de sociabilidade nos novos bairros (cafés, praças, etc.) e a ruptura da homogeneidade social que tornava possíveis estas formas de sociabilidade fomentam uma maior focalização no universo privado da família: trata-se de mais uma alteração relevante nos valores da cultura operária tradicional, facilitada pela mudança de *habitat*. Suscitando novas necessidades, perspectivas de ascensão numa hierarquia finamente graduada de condições inscritas no espaço e na qualidade da habitação, a reestruturação do *habitat* foi um dos factores da penetração nos valores operários de valores próprios das classes médias.

No entanto, os efeitos mais espectaculares e mais decisivos da reestruturação urbana são certamente exercidos nas fracções inferiores da classe operária. A deslocação espacial transcreve e produz uma relegação social, antes de mais, através da ruptura dos equilíbrios frágeis nos quais podia assentar a economia da família: aumento da distância em relação ao mercado do trabalho doméstico e aos recursos que a mulher pode, assim, adicionar ao orçamento familiar; desaparecimento de uma rede de entajuda (guarda de crianças, serviços domésticos, pequenas ajudas financeiras temporárias), mais difícil de reconstituir no novo bairro, de modo que alguns serviços que eram proporcionados por uma economia informal passam a ter de ser adquiridos junto de entidades

especializadas ou através das instituições de solidariedade social; aumento das rendas, como contrapartida da instalação num alojamento mais confortável; necessidades adicionais diversas decorrentes do “desafio” da modernização e das novas condições de habitação.

Reestruturação do orçamento

Um inquérito do INSEE, o instituto de estatística francês (C. Van Gravelinghe), indica o esforço económico que representava o acesso a uma habitação nova no início da década de 1960, devido ao peso fortemente acrescido da rubrica “despesas de habitação” no orçamento⁶. A comparação do orçamento de famílias a viver numa habitação antiga ou numa habitação nova mostra que as despesas de habitação são, em média, mais elevadas para as últimas (3624,00 FRF por ano contra 2703,00 FRF); a parte destas despesas é muito elevada para as famílias cuja despesa total é mais reduzida (20% e mais da despesa total, contra cerca de 10% para as famílias com um orçamento mais elevado). A comparação dos orçamentos de famílias de uma mesma categoria social mostra que, em todas as categorias, à excepção da dos quadros superiores e dos profissionais liberais, as despesas que não as da habitação são mais reduzidas para as famílias que moram em prédios novos. A soma destas despesas é, assim, de 14 675,00 FRF (nova) e de 15 762,00 FRF (antiga) para os quadros médios e para os empregados, de 12 895,00 FRF (nova) e de 13 923,00 FRF (antiga) para os encarregados e para os operários qualificados e de 12 416,00 FRF (nova) e de 13 414,00 FRF (antiga) para os restantes operários e para os trabalhadores auxiliares. As rubricas em que a diferença é maior são, de um modo geral, o vestuário, os transportes próprios, a higiene, a saúde, os serviços domésticos e as férias.

Mecanismos de relegação

O aumento da proporção da renda nas despesas, o acréscimo das despesas com a habitação e com os transportes, as despesas de manutenção, de transformação e, sobretudo, de decoração, de equipamento e de mobiliário, de certo modo “exigidas” por um apartamento novo, têm repercussões muito diferentes nos orçamentos. A instalação numa habitação nova constitui uma espécie de prova da aptidão ou da incapacidade de aceder a outro modo de vida: as classes médias podem concretizar as suas aspirações, desenvolver um estilo de vida adequado

6. C. Van Gravelinghe, “Étude comparée de la situation des budgets de ménages habitant logements neufs et anciens”, *Études statistiques*, n.º 4, 1961.

às exigências objectivas do apartamento; por seu lado, uma vez que é difícil reconstituir de imediato a totalidade de expedientes e de equilíbrios frágeis sobre os quais frequentemente assentava o seu orçamento, as categorias menos favorecidas podem encontrar-se numa situação ainda mais precária, em que a aproximação e o confronto com outros alimentam o sentimento de relegação e a impressão de não se estar à altura das exigências da nova habitação. A instalação tem, então, um efeito de ruptura para os grupos mais desfavorecidos, embora permita nos outros o desenvolvimento de um estilo de vida próprio e, em especial nas categorias mais favorecidas da classe operária, o acesso ao estilo de vida das classes médias, facilitado pela aproximação espacial com os grupos de referência e pela ruptura com os controlos através dos quais, numa comunidade integrada, são pautados os consumos e os modos de vida.

Para as famílias que não conseguem satisfazer estas novas exigências, é a eliminação e a passagem para tipos de *habitat* inferiores, bairros de realojamento, de trânsito ou de emergência, de nomes diversos (as denominações foram variando de acordo com fórmulas jurídicas e, sobretudo, ao ritmo, extremamente rápido, do desgaste dos eufemismos bem-intencionados através dos quais são designados). Vão-se juntando a outras famílias aí alojadas no seguimento de operações de reabilitação ou de deslocações diversas. Os conjuntos habitacionais [*cités*] segregados agregam fracções inferiores da classe operária; contudo, devido às diversas fileiras de atribuição, os critérios de acesso ou o enquadramento transformam-se em desvantagens, atributos socialmente definidos, designados pela percepção comum, verdadeira desvantagem. Estes conjuntos reúnem num mesmo lugar um subproletariado que, devido à lógica das instituições de assistência social, se fragmenta numa série de problemas sociais e de subcategorias. A concentração espacial e o contraste com a vizinhança cedo conduzirão à estigmatização do lugar. Processos objectivos de declínio económico dos grupos (com um movimento cumulativo de depauperação-degradação), de desgaste e degradação física destes conjuntos habitacionais e de desqualificação social conduzem a um efeito de gueto facilmente associado à etnicidade. A marginalidade espacial torna mais difícil (distância física e estigma moral aos olhos dos empregadores, insucesso escolar e efeitos de “instabilidade” da cultura dos adolescentes) o acesso ao mercado de trabalho regular. Daí, a entrada num círculo de marginalização-depauperação-estigmatização conduz a um efeito de marginalização de um subproletariado tido por indesejado, que é redobrado pelo facto de se abrirem, para cima, para as fracções superiores da classe operária, perspectivas de acesso a um modo de vida superior: carro,

férias, equipamentos e consumos diversos. A entrada na sociedade de consumo e a economia de crédito fazem com que as camadas inferiores sejam consideradas como grupos retardatários (efeito da mobilidade dos grupos próximos, cujos modos de vida descrevem um movimento ascendente) e traduzem em indignidade a incapacidade económica de dar resposta às novas normas que a habitação moderna define. A história recente e a política de eliminação dos bairros-de-lata e dos bairros de transição [*cités de transit*] não acabaram verdadeiramente com estes mecanismos, tendo antes sido transferidos para as categorias inferiores e desclassificadas dos HLM.

Classes médias: novas e antigas

Processos análogos de individualização estão em curso nas classes médias. A “visualização”, a cristalização de estilos de vida através da aproximação ou da separação no espaço e a “concretização” espacial das escolhas imobiliárias contribuem para desenhar e acentuar os contornos de determinados subgrupos. O efeito de construção de uma imagem social, materializada no espaço, inscrita em sinais estatutários e funcionando como critério de percepção, eventualmente como modelo de referência, permitiu em numerosos casos, em que conjuntos habitacionais ou bairros de moradias o permitiram, a reunião de categorias homogêneas. Assim, a cidade-nova de Parly II, com a homogeneidade dos seus edifícios destinados a uma clientela desafogada, com o estilo de consumo proposto através do seu centro comercial, com o seu jogo com as imagens sociais na publicidade e nos anúncios (referências à excelência social, aproveitando a proximidade da cidade de Versalhes, a ideia da modernidade e de uma nova classe, nomeadamente através das conotações de uma “nova cidade” não periférica, de um estilo de vida à americana – apogeu do entusiasmo pelo automóvel e pelas auto-estradas) contribuiu, no início da década de 1960, para criar, na área imobiliária, uma imagem de identificação com fracções das classes médias que se reconheciam no rótulo de “jovens quadros”, conferindo consistência e visibilidade a uma categoria “produzida” pela evolução do mercado de trabalho terciário.

Mais tarde, e para outras categorias, as “novas aldeias” residenciais permitiram a cristalização do estilo de vida de uma média ou pequena burguesia. A concentração de famílias com recursos comparáveis e sensivelmente no mesmo momento do ciclo de vida (família constituída, crianças a estudar), os factores de homogeneização associados às condições de existência e de instalação (o problema das deslocações, a definição do papel feminino – importância

da função de cuidar dos filhos e de os acompanhar, de supervisionar a sua escolaridade, de organizar e gerir o calendário dos tempos livres e dos momentos de convívio familiar), a importância do militantismo do quadro de vida como esforço de ordenamento e de controlo da qualidade social da área de residência (qualidade dos equipamentos colectivos, nomeadamente preocupação quanto à qualidade da oferta escolar), a aquisição do segundo carro e os seus efeitos no estilo de vida, a aprendizagem de formas novas de lazer e de modos específicos de interacção com as mesmas (fenómeno do ténis): tudo contribui para fixar um estilo de vida e particularizá-lo. É algo diferente e mais do que um simples modo de habitar, trata-se de uma adaptação a um novo ambiente e de uma nova relação com a cidade. A constituição de uma nova sociabilidade familiar, a “privatização” da cultura e a distância em relação às práticas culturais clássicas da burguesia são favorecidas pela emergência destes novos grupos.

Noutros sítios e para outras categorias, a *renovação* dos centros históricos das cidades constituiu uma oportunidade de apropriação de certos símbolos históricos: uma nova burguesia intelectual encontra aí, simultaneamente, títulos de nobreza e a oportunidade de um consumo mais assíduo da oferta cultural da cidade. Podemos notar que estes movimentos urbanos traduzem assim um contraste: algumas fracções das classes médias (nova pequena burguesia de quadros executivos) afastam-se da cidade na procura do espaço, do conforto privado num ambiente liberto da vizinhança popular, ao passo que fracções superiores voltam a ocupar o centro das cidades.

Outro contraste, em que o espaço e o edificado reflectem as diferenças entre grupos sociais, é o que resulta da comparação entre os novos habitantes de moradias suburbanas e os antigos, os que, da década de 1930 à de 1950, foram ocupando os arredores próximos de Paris, em loteamentos projectados para uma clientela da classe popular (empregados, classes superiores dos operários⁷). A antiga cultura de habitação em moradias, assente em referências rurais, na aspiração à autarcia, na focalização no universo privado, no ideal da independência e no culto da poupança, opõe-se às referências actuais da nova cultura da casa unifamiliar marcada pelo ideal de uma classe média “americanizada”; oposição também ao nível dos estádios do ciclo de vida: de um lado, o fim da carreira; de outro, o momento da instalação e do apogeu da maturidade.

A comparação destes modos de espacialização dos grupos também revela a alteração dos modelos de ascensão e evasão da classe operária: pelo menos nas

7. Jean Bastié, *op. cit.*, 1962; Nicole Haumont, *op. cit.*, 1966.

idades de maior dimensão (nas cidades pequenas e vilas, o modelo de acesso à casa unifamiliar continua a predominar), passa-se do sonho de independência associado à moradia (articulado com virtudes de poupança e de esforço) para um ideal de acesso à propriedade imobiliária (em edifícios “respeitáveis”, superiores aos HLM), um ideal indissociável de virtudes de racionalidade e de previsão (gestão da carreira, planeamento financeiro do investimento).

Determinismo morfológico (as classes são constituídas através do seu modo de implantação espacial) ou simples epifenómeno, retradução espacial de diferenças pré-existentes? Procurámos sugerir uma superação desta alternativa simplista. Os processos de urbanização contribuem para a divisão e para a individualização de grupos, de três maneiras pelo menos, como mostram os exemplos acima: através da produção de categorias de percepção; através da determinação de elementos do modo de vida em traços distintivos de um estilo de vida; através da inscrição no espaço, como grupos de contorno definido, conjuntos sociais “divididos” pela política da habitação (modos de financiamento, fileiras de acesso, etc.): trajectórias, orçamentos, opções económicas e decisões de investimento retraduzem-se, projectam-se no espaço, inscrevem-se nele sob a forma de quase-grupos, mais do que categorias estatísticas e menos do que grupos integrados, com perfis particularizados e específicos. Tendo como pano de fundo esta homogeneidade prévia, a “vida” do bairro e o desenvolvimento de uma sociabilidade (“trabalho” social de integração, de luta para a definição e melhoria da qualidade social do espaço, com todos os atributos que o qualificam) poderão conduzir à emergência de grupos claramente individualizados.

Coexistência e “luta de classes” quotidiana

É a partir dos novos modos de composição da população dos conjuntos habitacionais e, em especial, da heterogeneidade social assim produzida, que temos de questionar as transformações da sociabilidade e das relações sociais quotidianas. Algumas transformações essenciais na interacção e na consciência social serão aqui associadas à sua condição, à morfologia dos grupos ou, mais precisamente, dos agregados locais; esta análise destacará as situações mais recentes produzidas pelas novas urbanizações, as dos grandes conjuntos habitacionais, cuja estrutura social foi acima analisada. O cruzamento e a intersecção momentânea, no espaço do *habitat*, de trajectórias extremamente diversas explicam as particularidades e as dificuldades de coexistência, que foram, porém, objecto de percepções e de diagnósticos variáveis ao longo do tempo. Partiremos de uma análise da situação no fim da década de 1960 antes de considerarmos as suas

variações, a montante e a jusante desta data, e a diversidade dos prognósticos sociais, utopias ou profecias que a mesma possa ter originado.

Trajectórias e sociabilidade

Longe de proporcionar uma aproximação das condições de vida e uma homogeneização dos diferentes grupos, a instalação nos novos conjuntos habitacionais [*cités*] actua como uma espécie de revelador das potencialidades económicas dos diversos grupos e duplica a diferenciação inicial operada pelas condições de constituição da população, produzindo assim uma divisão entre os grupos que aproveitam integralmente as potencialidades da sua situação e acedem à condição pequeno-burguesa e os que permanecem na condição popular. Entre os primeiros, encontram-se certas categorias das classes médias e as camadas superiores da classe operária, com uma vida doméstica totalmente marcada por estas transformações. Da mesma forma que o orçamento tende a reestruturar-se em torno da habitação, a vida social tende a organizar-se em torno da vida familiar. A decoração do apartamento consolida a integração da família: o trabalho de decoração – conversas, compras em comum e bricolage – proporciona um centro de interesse comum e actividades comuns, mas também a oportunidade de verificar ou de realizar o acordo sobre as escolhas estéticas. Além disso, a ruptura com as antigas relações, a aproximação a categorias com quem nem sempre se deseja conviver e a fragilidade geral da integração, devida à heterogeneidade da população, favorecem a concentração da vida da família em torno do lar e das actividades de tempos livres consumidas na intimidade familiar (especialmente a televisão – percentagem de equipamento de 70% contra 55% para a totalidade das famílias urbanas, segundo um inquérito realizado por P. Clerc em 1960). Esta transformação, assumida voluntariamente pelos grupos cujo sistema de valores permite a definição de um estilo de vida adequado a estas condições e cuja situação económica possibilita este estilo de vida, é, pelo contrário, frequentemente sentida como relegação pelos membros das classes populares. Estes opõem-se aos grupos superiores, para quem o grande conjunto habitacional é uma passagem, antes do acesso a um apartamento num condomínio ou a uma moradia. Os projectos de partida, como indicação de possibilidades, de um nível social de aspiração, portanto, distinguem claramente as categorias de habitantes. Para as camadas superiores *destes* habitantes, a rejeição e a condenação do conjunto habitacional [*cité*] são apenas o outro lado da aspiração à mudança para uma habitação superior. Destes, é necessário distinguir os que, destinados a uma longa permanência, se adaptam

ao bairro, recusando nomeadamente os estereótipos desfavoráveis do grande conjunto habitacional. Por fim, abaixo destas duas categorias, a franja inferior dos habitantes, a que lá chegou através das fileiras de assistência social e que aí permanece com dificuldade, com risco de passar para formas de habitação inferiores, em posição de relegação: esta pode exprimir o seu ressentimento através de formas diversas de rejeição e de recusa (negligência, vandalismo). Assim, as trajectórias, as “carreiras urbanas” objectivas dominam a relação das diferentes categorias com a coexistência espacial e com as imagens sociais desfavoráveis do grande conjunto habitacional: construiu-se um discurso estereotipado sobre o grande conjunto habitacional, a sua patologia e respectiva etiologia, discurso esse que prolonga, deformando-os, certos diagnósticos pseudo-sábios sobre o novo *habitat*, o qual sofreu variações na sua forma, nomeadamente de acordo com a história da habitação. Após um período dominado por temas optimistas e progressistas, na fase em que a urbanização moderna deu resposta à crise da habitação, nas décadas de 1960 e 1970, destacou-se a mutação social proporcionada pela nova urbanização, em que as profecias da modernização levaram a melhor; antes de se chegar, a partir de meados da década de 1970, à afirmação mais clara das preocupações perante a degradação material e social dos grandes conjuntos habitacionais.

É necessário ter em consideração as condicionantes objectivas que definem, para cada grupo, o possível e o impossível em matéria de habitação. O significado do *habitat* e das proximidades espaciais que este impõe depende da trajectória em que se inscreve para cada grupo. Em suma, paradoxalmente, a atitude em relação ao grande conjunto habitacional depende das possibilidades de se sair dele, ou seja, do grau de liberdade em relação às condicionantes que definem as condições de habitação. Alguns habitantes valorizam os grandes conjuntos habitacionais como solução para a crise da habitação, da qual sentiram pessoalmente as consequências, e não aprovam de todo os estereótipos hostis difundidos pela comunicação social e que encontramos com frequência no discurso dos indivíduos de classe média ou superior: “A mim, não me chocam estas pessoas todas. Nunca pensei nisto como uma gaiola ou um galinheiro, como dizem” (operário qualificado, proprietário); contrapondo-se a: “Para mim, um grande conjunto habitacional é uma caserna, um lugar sinistro, um dormitório” (quadro médio, proprietário). Quanto mais alta é a posição na hierarquia social, mais as intenções de mudança são referidas nas respostas aos inquéritos, pelo que a crítica não passa do reverso da aspiração a subir alguns degraus na hierarquia das “classes” de habitação.

Crítica dos grandes conjuntos habitacionais

Como forma urbana e unidade sintomática mais espectacular do crescimento urbano das décadas de 1950 a 1970, o grande conjunto habitacional concentrou a atenção e polarizou a crítica da urbanização, tanto ao nível do público como ao nível dos analistas e dos comentadores – um exemplo dos diagnósticos e das profecias em confronto no período de “descoberta” desta forma urbana, simultaneamente habitação e modo de habitar e de viver. “A presença de famílias de categorias sociais muito diferentes nas mesmas unidades habitacionais marca uma viragem na história da civilização industrial [...]. Nos laboratórios improvisados que são os novos bairros [*cités*] [...], são elaboradas, sob pressões opostas, as estruturas sociais do futuro”⁸. “A experiência dos novos bairros [*cités*] [...] permite distinguir as necessidades no estado espontâneo, nativo, quase bruto. Ainda não estão revestidas de motivações, facticidades, ideologias e justificações. Expressam-se”⁹. Sociedade pequeno-burguesa ou sociedade de massa, por um lado, homem novo arrancado às ideologias, por outro: estes diagnósticos-previsões deviam muito à filosofia social dos analistas. Num momento de “esgotamento” da sociologia do trabalho, o domínio urbano revelou-se um laboratório onde era preparada a sociedade futura, advento de uma sociedade homogeneizada e democrática ou advento de um homem novo (nem burguês, nem proletário alienado por aspirações burguesas). O mito de um homem novo foi consolidado pelo sentimento da geração espontânea destas formas urbanas, da rapidez da sua emergência, da eficácia das mutações sociais que produziam, bem como pela ilusão da sua permanência (como se as unidades assim produzidas estivessem definitivamente fixadas, votadas a aglutinarem-se em comunidades, sem grandes movimentos de população após o período inicial de constituição). Por vezes, a percepção comum reproduz estes diagnósticos eruditos, em especial o discurso optimista sobre o advento de uma nova sociedade mais igualitária – seja o sonho reformador de uma aprendizagem social decorrente do contacto com camadas superiores, seja a ideia de uma pedagogia exercida através da habitação, prolongamento discreto das utopias urbanísticas que os arquitectos cultivam, seja ainda a utopia de uma sociedade sem classes: “É um edifício operário em que o operário subiu um degrau; é um edifício burguês em que a burguesia se fragmentou, tomou consciência do

8. P.-H. Chombart de Lauwe, *op. cit.*, 1965, p. 123.

9. Henri Lefebvre, “Les nouveaux ensembles urbains”, *Revue française de sociologie*, I (2), Abril-Junho de 1960, pp. 186-201, 198.

operário; [...] esta mistura faz-se; há de tudo e isso não choca ninguém [...] já não há diferenças nítidas, fez-se a síntese” (empregado – inquirido de H. Coing¹⁰).

No entanto, independentemente destas filosofias sociais, foi como lugar de fixação de uma patologia urbana e como projecção de um diagnóstico sobre a urbanização que os grandes conjuntos habitacionais foram objectos privilegiados de análise. Após o optimismo inicial, antes da década de 1960, há que distinguir duas fases fundamentais: na primeira, a descoberta das condições práticas de existência nos grandes conjuntos habitacionais, especialmente dos maiores e dos mais isolados, conduz a críticas que apontam para o isolamento, a ruptura dos vínculos de sociabilidade, a distância até aos equipamentos e aos centros, lugares de vida social (o termo “sarcellite”, que deriva do nome do bairro social de Sarcelles, fixou, primeiro na linguagem jornalística e depois na língua comum, este diagnóstico); no segundo período, a inquietação social resultante da coexistência de camadas sociais distintas, do sentimento de potencial degradação social (focalizado numa camada “pária”), dos perigos das más companhias para as crianças, da presença de um pequeno banditismo, especialmente nos jovens, compõem um *pathos* dominado pelo tema do perigo social (ressurgimento inédito do tema mais que secular das classes perigosas, mas com uma especialização demográfica, pois são os jovens das classes populares que estão no centro deste imaginário). Passámos de um sentimento de mal-estar psicológico, articulado com uma etiologia que questiona o ambiente e o quadro edificado, para o de um perigo moral e social associado à presença de grupos sociais decadentes, de marginais, de camadas mal controladas, insuficientemente acompanhadas e socializadas. Estas críticas e estes diagnósticos foram uma das origens da inflexão do urbanismo oficial em França em 1973 (circular Guichard); a segunda vaga de críticas e de preocupações está na origem da política social de acompanhamento dos jovens, de prevenção da delinquência, de animação dos bairros, tendo também conduzido à inflexão das missões do movimento dos bairros HLM, que adiciona às suas funções jurídica, financeira e imobiliária de gestor uma função de animação e de engenharia social.

Confronto das morais de classe

Quando a heterogeneidade social resultante dos mecanismos acima descritos é extrema, multiplicam-se os terrenos de oposição e as oportunidades de conflitos. As relações entre os grupos heterogéneos são dominadas pela oposição

10. Henri Coing, *op. cit.*, 1966, p. 202.

da moral pequeno-burguesa à condição popular. A moral popular não tem aqui a integridade, nem a garantia ética que apresentaria num bairro popular integrado. A cultura popular degrada-se frequentemente em miserabilismo sob o efeito conjugado da condição de subproletário e do sentimento de rejeição que o bairro alimenta nas categorias mais carenciadas da classe operária. É nos conflitos relacionados com os jovens que melhor podemos apreender todas as críticas contra os costumes populares e as manifestações de “desvios”. As relações entre adultos estão mais bem protegidas contra os conflitos, pois estão mais limitadas e são mais pautadas por convenções que definem as formas de se abordarem (ou de se evitarem) e de se falarem. Ao invés, a relação entre jovem e adulto tem sempre uma dimensão pedagógica; a interacção implica um juízo de valor sobre os métodos de educação e sobre os pais. A condenação, em nome do ascetismo pequeno-burguês, dos costumes populares, que abandonam à natureza o que deveria ser um projecto reflectido de educação levado a cabo com razão e método, surge na acusação, muito frequente, de “deixar as crianças entregues a si próprias”. A oposição ética expressa neste terreno é particularmente forte, na medida em que, para os grupos sociais em mobilidade, a educação é o maior dos valores: as crianças e a educação que lhes é dada são muito importantes num sistema de valores centrado na família; por outro lado, e sobretudo, é através da educação dos filhos que os pais podem realizar mais completamente o seu projecto de ascensão. É na adolescência que esta oposição é mais aguda. A pertença de classe deve então manifestar-se para marcar os gostos e as atitudes que são formados duradouramente nesta idade, como se crê, ao mesmo tempo que o monopólio da família sobre a socialização é atenuado, sendo a acção da família substituída, completada ou rivalizada por outras instâncias que podem comprometer a aprendizagem adequada dos valores de classe. “Não há problemas [aqui no grande conjunto] porque os miúdos são pequenos; quando forem todos adolescentes, aí, sim. Preferia que os meus filhos contactassem com crianças que conhecessem num movimento, no liceu por exemplo; assim, teriam amigos fora daqui” (mulher de operário qualificado, 35 anos – inquérito de 1968). As dificuldades de coexistência são agudizadas pelo estatuto indefinido de numerosos espaços intermédios entre o público e o privado. Por questões de higiene e por vontade de escapar a certas condicionantes arquitectónicas impostas pela rua, os conjuntos habitacionais são construídos à margem das vias de comunicação, com praças, parques infantis, parques de estacionamento e tantos outros espaços “intersticiais” de estatuto mal definido (dos quais cada grupo pode ter definições variáveis e

tentar apoderar-se dos mesmos) e aos quais crescem os espaços colectivos: escadas, *halls* de entrada e patamares. Abundam os conflitos de definição de fronteiras, mal geridos pela autoridade contestada dos porteiros, que têm de fazer respeitar um regulamento minucioso e todo um sistema de regras instituído para fazer face a estas novas situações. Com efeito, surgiu uma nova personagem nas relações sociais outrora dominadas pela polaridade senhorio/inquilino: o porteiro, representante contestado do poder impessoal da administração do prédio, figura simultaneamente impotente e desprezada, de uma autoridade repressiva.

Os jovens

Não é possível compreender a quantidade e a gravidade dos conflitos em que estão envolvidos adolescentes, nem o carácter específico dos comportamentos e da imagem deste grupo nos novos conjuntos habitacionais [*cités*], sem referência à morfologia da população, nomeadamente, à estrutura específica da pirâmide de idades. Retomando o exemplo acima referido do grande conjunto de Massy-Antony em 1968, o estudo da distribuição da população por idade não mostra a mesma diversidade (idade dos pais e idade dos filhos) que a existente nos bairros em que a renovação da população é progressiva. Devido à quase inexistência de gerações idosas, a estrutura da população tende a polarizar-se numa estrutura com dois termos opostos (pais e filhos), em vez de uma estrutura com três termos (avós, pais e filhos). Além do mais, são algumas gerações apenas que, devido à velocidade irregular da pirâmide de idades, formam cada um destes termos: por exemplo, as idades dos pais não vão dos 25 aos 55 anos, situando-se, na maior parte dos casos (38,5%), entre os 31 e os 40 anos; do mesmo modo, a maior parte dos filhos tem entre 5 e 15 anos (51% entre 5 e 14 anos), sendo os jovens entre os 19 e os 25 anos especialmente pouco numerosos. Estes contrastes demográficos têm como consequência agudizar a sensibilidade em relação às diferenças demográficas. É a categoria dos jovens que mobiliza a atenção. Como são o grupo menos controlado, o que escapa à socialização exclusiva da família e da escola, e também o mais visível nestes conjuntos habitacionais [*cités*] (dos quais muitas vezes, durante o dia, são, juntamente com as mulheres que não trabalham, os ocupantes quase exclusivos), os adolescentes polarizam a atenção prestada aos jovens em geral. No entanto, as diferenças demográficas devem a sua intensidade ao facto de serem sobre-determinadas pelas diferenças entre os grupos sociais heterogéneos que coexistem no grande conjunto habitacional. Como consequência das diferenças de idade

de um grupo social para o outro e das diferenças no número médio de filhos de uma categoria para a outra, a estratificação social ao nível dos adolescentes não é apenas a reprodução da estratificação ao nível dos adultos. O peso das classes populares é mais forte ao nível dos jovens do que dos adultos. Assim, ao passo que a percentagem das famílias de classe popular é de 56,5%, a percentagem dos jovens de meio popular no seu grupo etário é de 60% para a faixa etária dos 0 aos 9 anos, 66% para a faixa dos 10 aos 14 anos, 62% para a dos 15 e 16 anos e 68% para a dos 17 e 18 anos. Assim, é na idade em que as diferenças entre jovens se afirmam com maior nitidez e no momento considerado como o mais crítico que os adolescentes de classe popular têm o maior peso na sua classe etária. Deste ponto de vista, o grande conjunto habitacional opõe-se claramente ao resto do município: ao passo que o primeiro é dominado pelos adolescentes de classe popular (66% de filhos de operários entre os 10 e os 18 anos), os restantes bairros são dominados por adolescentes de classe média e superior (57,5%, ou seja, 31,5% de filhos de quadros médios e 26% de filhos de quadros superiores e profissionais liberais, contra 32,5% de filhos de operários entre os 10 e os 18 anos). O “peso” estatístico é redobrado pela presença física no bairro. Enquanto as companhias dos adolescentes de classe média e superior se organizam numa base que não a da vizinhança, mas a da escola, os adolescentes de classe popular, mais confinados ao bairro, “ocupam” as ruas da vizinhança, constituindo grupos ou bandos entre vizinhos, impondo-se ainda mais em termos de percepção. A configuração das diferenças de idade no espaço local contribui para delimitar os contornos de “classes de idade” produzidas sobretudo pela evolução do sistema de formação.

A conjugação da estrutura demográfica com a estrutura social conduz à agudização e à intensificação dos simples conflitos etários e geracionais: são adultos de classe média ou de fracções superiores das classes populares que se opõem a adolescentes provenientes das fracções inferiores das classes populares. É este tipo de conjugação, em que uma diferença consolida e reforça a outra, que explica a intensidade dos conflitos de dimensão racista que opõem grupos de adolescentes, na maior parte dos casos filhos de imigrantes mediterrânicos e magrebinos, e adultos, na maior parte dos casos brancos e franceses “de gema”. Nestes conflitos, estão patentes: crise da socialização (através do sistema escolar e do sistema laboral); crise da transmissão e das relações intergeracionais (relação difícil – porque atravessada pelas diferenças de aculturação – entre pais, primeira geração de imigrantes, e filhos), para os jovens; crise da desclassificação e do receio da rejeição espacial e social, para

os adultos. As variações da idade de acesso ao grande conjunto habitacional e a duração da permanência no mesmo fazem com que as oposições sociais sejam frequentemente acompanhadas por diferenças de idade e, de um modo geral, por diferenças demográficas, opondo-se as famílias de quadros médios jovens, por exemplo, às famílias de serventes mais velhos e, frequentemente, pais de famílias numerosas. Estas condições reforçam as oposições de classe, contribuindo simultaneamente para as ocultar em termos de percepção.

São fenómenos de composição e de confronto de diferenças do mesmo tipo que constituem o fundo sobre o qual se desenvolvem os conflitos de vizinhança que opõem, por exemplo, habitantes dos bairros de moradias e bandos de jovens dos grandes conjuntos habitacionais vizinhos. Além de um aumento conjuntural da pequena delinquência, o desenvolvimento de uma ideologia “securitária” (reivindicação de protecção, reivindicação de repressão) traduz a fraca integração dos grupos sociais miscigenados e recompostos no espaço urbano, a crise dos dispositivos de acompanhamento e de socialização (sistema escolar e sistema laboral), a dissolução e o fraccionamento de uma cultura popular relativamente unificada em torno dos valores da classe operária, deixando lugar à afirmação de subculturas de comunidades étnicas e de categorias etárias: o espaço urbano é também o lugar onde se inscreve a crise da identidade profissional como modelo e factor de socialização.

3. NOVAS FORMAS DA OPOSIÇÃO CIDADE-CAMPO

CHAMBOREDON, Jean-Claude, 'Nouvelles Formes de l'opposition Ville-Campagne', in *Histoire de la France urbaine 5: La Ville aujourd'hui. Mutations urbaines, décentralisation et crise du citoyen*, ed. por Marcel Roncayolo (Paris: Éditions du Seuil, 1985), pp. 556-573.

ANOTAÇÕES DE LEITURA

Luís Baptista*

Este notável texto dá-nos pistas de grande pertinência para entendermos as novas realidades territoriais que emergem nas sociedades contemporâneas. Encaminha-nos para a descodificação das enganadoras leituras acerca da oposição cidade/campo, seja a que a interpreta como duas dimensões sociais autónomas, seja, num outro extremo, a que a nega como se já não houvesse nenhuma diferença entre a vida nos campos e nas cidades. O texto de Chamboredon constitui um enorme avanço conceptual, mesmo não esclarecendo com rigor a forma como usa os conceitos que tão criativamente desenvolve: não aprofunda quando devemos recorrer à visão tipológica urbano/rural e/ou à perspectiva dicotómica cidade/campo (as unidades sócio-ecológicas, como as designa Placide Rambaud). A sua análise esclarece sobretudo a relevância do cruzamento entre as dimensões histórica e morfológica no estudo da urbanização: há uma evidente diferença na forma como se estruturavam as sociedades agora denominadas urbana e rural, ou se quisermos a cidade como o lugar da emergência do processo urbanizador e os campos como reduto da vida camponesa. Falamos, claro está, da experiência europeia e de como esses mundos se foram aproximando, graças precisamente aos factores que o autor analisa e que têm duas consequências muito relevantes: 1. Os campos organizados numa lógica camponesa e estruturados em aldeias com uma autonomia relativa são progressivamente integrados na lógica urbana, constituindo um cenário secundário da urbanização, atraindo novas populações de urbanitas ou servindo para contexto de regresso dos que haviam emigrado para as cidades; isto é, os campos urbanizam-se e passam a constituir uma realidade

.....
* CICS.NOVA,
NOVA FCSH.

integrada, no âmbito do que hoje designamos processo de globalização; 2. Esta integração no mundo urbano não elimina a chamada especificidade rural que persiste na própria forma como o território é usado e vivido, na ligação ao “quadro natural”, não anulando as diversidades pré-existentes nesse mundo rural, visíveis consoante as regiões, a proximidade das grandes cidades e a própria estrutura social, económica e demográfica dos lugares em causa.

Trabalho publicado em 1985, “Novas formas de oposição cidade/campo” mantém a actualidade pelo modo rigoroso e estimulante como apresenta as questões e como lhes dá resposta através de conceitos frutuosos para os investigadores e outros interventores que queiram escapar às interpretações simplistas que o jargão habitual neste domínio exacerba. Permite esclarecer que não há Sociologia Urbana sem o conhecimento dos campos em torno das cidades e dos lugares mais longínquos que também são tocados pelos processos de urbanização. O desaparecimento quase total da Sociologia Rural (que não é substituível pela Sociologia do Ambiente, mas que se pode integrar numa leitura mais ampla e enquadradora de uma Sociologia do Território) reforça a relevância desta abordagem. A análise da persistência de certas práticas e formas de relação herdadas do mundo camponês, reconvertidas em realidades rurais, e a sua incrustação em certos territórios, é conciliável, segundo o autor, com o tratamento que se pode dar aos territórios ditos urbanos, através do aprofundamento da história dos processos que os trazem ao presente e os modos como o autóctone e o estrangeiro se misturam.

A compreensão dos processos de inovação territorial, de que tanto se fala, só fica completa se se atender a como se produzem estas “novas formas de oposição cidade/campo”, num quadro de complementaridade e renovada subalternização dos campos resultante das novas “funções sociais e económicas” que estes mundos exteriores às cidades não param de ganhar. Efectivamente, e apesar do seu dinamismo, o estudo destes territórios é alvo de uma desvalorização analítica e intelectual por uma vasta parte da produção científica das Ciências Sociais.

Do ponto de vista do método de exposição, o autor procura exaustivamente dar conta das particularidades que os processos de transformação territorial implicam. Através de uma densa descrição, enuncia e explica como se estruturam estes processos e como são envolvidos

os diferentes grupos sociais, identificando ainda o modo como as lógicas que vêm do passado persistem e coexistem com o que chega de novo. Chamboredon combate a visão simplista de que há um antes e um depois – primeiro o mundo dos camponeses e depois o mundo dos agricultores modernos –, porque é falseadora da realidade, visto encontrarmos estes protagonistas existindo, por vezes longamente, “lado a lado”. Esta constatação de realidades historicamente coincidentes num tempo e num espaço ajuda a explicar uma parte dos conflitos em torno da apropriação dos territórios, nomeadamente os rurais, que de outro modo parecem inexplicáveis. Inclusivamente a forma como os diferentes grupos sociais em presença se interinfluenciam e o modo como são produtores de dinâmicas imprevisíveis são pistas da análise que J.C.-Chamboredon tão vibrantemente destaca.

Uma última nota para salientar o que, sendo óbvio, nem sempre é relevado na investigação sobre os processos de urbanização. O mundo rural, tal como o mundo urbano, com o qual este se articula e complementa, é marcado por uma mesclagem de populações em processo de reconversão e adaptação, o que deriva do facto de os *campos de hoje* serem compostos por espaços abertos e percorridos por múltiplos utilizadores. Concretamente, o que pareceria ser uma característica específica das grandes cidades toma no caso do mundo rural um sabor próprio. A desvinculação progressiva da *aldeia nova* do sistema produtivo, assumindo uma condição tipicamente urbana, por um lado, reforça a subalternidade dos campos modernos enquanto espaços eminentemente destinados a formas variáveis de lazer, mas, por outro lado, serve múltiplas populações que a eles recorrem como destino de desvinculação do mundo urbano e das obrigações de um trabalho racionalizado e intenso em velocidade acelerada. O debate sobre o futuro sustentável dos sistemas urbanos passa por aqui. E visto que o mundo rural funciona como escapatória utópica e conciliadora em linha com as necessidades progressivamente mais valorizadas pelos urbanitas de *ritmos mais naturais*, podemos dizer que este texto constitui uma nítida antevisão da centralidade da questão da sustentabilidade dos territórios. Progressivamente ameaçado pela autofagia produtivista, baseada na circulação global de populações e nas reconversões territoriais para consumo, o quadro natural que serve de contexto ao mundo rural apresenta-se como um capital decisivo para equacionar o futuro deste mundo plenamente urbanizado.

NOVAS FORMAS DA OPOSIÇÃO CIDADE-CAMPO

Cada vez menos podemos considerar “sociedade urbana” e “sociedade rural” como dois universos sociais claramente distintos. A transformação dos intercâmbios entre um e o outro mundo e a sua crescente integração (social e económica) conduzem a uma redefinição da oposição cidade/campo e, paradoxalmente, a uma divisão do trabalho acrescida (do ponto de vista das funções sociais e culturais) entre os dois universos.

Não entraremos aqui na análise das transformações da sociedade rural – transformações tão importantes que fazem duvidar da existência e da autonomia de uma “sociedade rural”. Esse estudo levar-nos-ia, sem dúvida, a encontrar uma história social parcialmente autónoma, mas também nos faria interrogar sobre as transformações desta sociedade, do ponto de vista das funções novas (ou renovadas) que lhe são conferidas por relação com a “sociedade urbana”.

As várias evoluções observadas podem ser reunidas em duas séries de transformações, cujos traços e tendência destacaremos para fins de análise: a sociedade aldeã torna-se, para um número cada vez maior de sujeitos, uma cena social secundária, complementar da cena urbana; o campo, redefinido como quadro “natural”, é cada vez mais concebido como uma espécie de equipamento urbano. A “multiterritorialidade” (a distinguir desta forma específica relacionada – nos séculos XVIII e XIX, por exemplo – com as migrações laborais temporárias), outrora privilégio aristocrático e ainda recentemente apanágio burguês, difunde-se a classes que não tinham essa experiência, como uma espécie de fenómeno complementar da urbanização (e como o reverso desta). “Democratização”, portanto, da “multilocalidade”, por assim dizer, que afecta necessariamente a imagem das classes, organizada tradicionalmente em torno da oposição entre o cosmopolita e o local. Por outro lado, o espaço rural, em

consequência da crescente especialização do espaço propriamente agrícola e da racionalização das técnicas de exploração, escapa, em diversos aspectos, às condicionantes que pesavam sobre a terra como instrumento de produção e ao recuo de uma economia rural antiga que exercia uma influência difusa sobre largas áreas, *libertando* espaços que escapam, assim, à definição tradicional do *terroir* e da área agrícola e que ficam disponíveis para outros empregos sociais do espaço; ou seja, e de um modo geral, a acessibilidade crescente deste espaço para os urbanitas, a complementaridade acrescida em relação ao espaço urbano e as inúmeras transições de um espaço para o outro, as quais atenuam a sua oposição, tornam possível a emergência de outras atribuições e de outros usos. Todas estas alterações permitem a redefinição do espaço rural como quadro natural, do campo como natureza a preservar e a conservar: duplo movimento de “naturalização” e de “museificação”. A relação com a natureza “recriada”, que o parque aristocrático do século XVIII exprimia, difunde-se entre as classes médias e populares urbanas, para as quais é uma novidade. O quadro natural provavelmente substitui, na sua função de ordem, uma certa imagem da sociedade rural e do camponês, formada no século XIX.

O quadro “aldeão” e o *continuum* rural-urbano

As transformações da sociedade rural, numerosas e diversas, fazem com que nela se possam preencher novas funções sociais e culturais destinadas aos urbanitas, agora que a instalação na cidade implica cada vez menos uma ruptura completa com a sociedade rural e uma conversão total aos valores urbanos. Decerto que nunca foi tão claro o que pode ter de enganador e de excessivo a dicotomia rural/urbano. Em vez de distanciarmos e de imobilizarmos estes termos numa oposição esquemática, é mais útil considerá-los como os dois pólos de um eixo ao longo do qual se desenvolve um *continuum* de posições, as quais caracterizam indivíduos e já não sistemas sociais, micro-sociedades ou culturas. Com efeito, há toda uma série de factores que contribuem para atenuar a rigidez da cisão entre sociedade rural e sociedade urbana; daí que, em numerosos casos, seja necessário substituir a imagem da urbanização e do êxodo rural pelas noções de urbanização parcial ou temporária e de “desruralização” gradual. As estatísticas migratórias registam movimentos pontuais, sem mostrarem a história ou o destino dessas migrações (ruptura definitiva com a sociedade rural ou, pelo contrário, migração temporária ou sentida como tal, que será, a mais ou menos longo prazo, compensada por um movimento de regresso à aldeia abandonada durante o período de vida activa); não mostrando

também os fenómenos complementares ou compensatórios (pertenças mantidas, frequência a tempo parcial, etc.) que equilibram a “urbanização” através de um movimento inverso. Será essa uma das maiores originalidades do movimento de urbanização recente: o facto de ter decorrido, diferentemente das migrações que alimentaram o crescimento urbano do século XIX e início do século XX, numa relação de complementaridade com a aldeia, sem envolver obrigatoriamente as características de ruptura que a imagem clássica do êxodo rural implica. Os principais factores do surgimento deste novo modelo de urbanização devem ser procurados, sobretudo, ao nível das estruturas de migração e da facilidade dos intercâmbios cidade/campo; ao nível dos modos de relação com a herança e com as formas do êxodo agrícola; por fim, ao nível do modo de urbanização (modo de instalação na economia urbana, modo de “conversão” à economia moderna). A migração não é necessariamente efectuada através da passagem da aldeia para a metrópole; pelo contrário, conhecemos a importância da rede de pequenas e médias cidades como etapa migratória. No século XIX, estas situavam-se no início da migração; actualmente, encontramos-as em fases mais tardias da urbanização. O discurso planificador acompanhou ou retraduziu, como sucede frequentemente, um movimento real. Este é movido, negativamente, pelo fantasma da sociedade de massas e dos riscos de “perda” nas megalópoles e, positivamente, pela preocupação, técnica e social, de utilizar os equipamentos existentes e de respeitar estruturas de sociabilidade acolhedoras. De facto, o êxodo rural, chegado quase ao seu termo, deixou de alimentar preferencialmente o crescimento das grandes cidades para sustentar um tecido urbano de pequenas e médias cidades (revivescência de uma rede urbana antiga). A migração nestas cidades, migração de reduzida amplitude, que permite instalar-se à distância de um trajecto de automóvel inferior a um dia da aldeia de origem, implica uma relação com a sociedade rural completamente diferente da que os migrantes do século XIX podiam manter, transferidos para uma grande cidade, a uma longa distância (em quilómetros e em tempo de trajecto) da sua aldeia natal: pensemos nas migrações de bretões para Paris, de alpinos para Marselha, etc.

No entanto, a acessibilidade física não é o único factor deste modo específico de êxodo rural, que podemos por definir como uma desruralização parcial. A rapidez e a forma do êxodo agrícola (redução da percentagem da população activa a trabalhar na agricultura), as transformações da agricultura (concentração das explorações, abandono de terras e de edifícios de apoio à actividade agrícola), assim como um certo regime de herança e, sobretudo, certas práticas

de transmissão (a da partilha igual da herança é menos frequentemente neutralizada por práticas camponesas que tinham por função combater a divisão das explorações) têm como consequência a criação de patrimónios parcelares que, para as camadas sociais recentemente urbanizadas, são um vínculo profundo com a sociedade rural. Por analogia, devemos ter em mente anteriores análises sobre a relação, na Europa, entre as estruturas de migração, os modos de transmissão da herança (privilégio do primogénito ou partilha equitativa) e a industrialização: os sistemas com deserdação dos mais novos produzem uma mão-de-obra industrial mais disponível e parecem relacionados, nas várias regiões em que são observados, com uma industrialização mais precoce e, sobretudo, mais profunda; pelo contrário, os sistemas com partilha equitativa de herança entre todos os filhos não “libertam” definitivamente uma mão-de-obra disponível para o mercado de trabalho industrial e estão relacionados com zonas de fraca industrialização. O que podemos reter da analogia é que, por mais pequeno que seja, o património retém de certa forma o emigrante e impede-o de romper completamente com a sociedade aldeã. Ora, as transformações da agricultura (acumulação e concentração das explorações, endividamento dos agricultores) foram fomentando cada vez mais a multiplicação dos micropatrimónios, formados a partir de um capital de exploração desclassificado: parcelas com pouca possibilidade de exploração, edifícios agrícolas obsoletos, casas antigas e pouco funcionais para uma exploração moderna. É sobretudo destes factores que se alimenta o crescimento do número de residências secundárias. Quando a exploração rural desclassificada se torna menos um capital (que deve estar concentrado nas mãos do agricultor) do que um património (valor económico de entesouramento e valor simbólico), mais facilmente divisível, permite a multiplicação, em favor das heranças e das aquisições, dos proprietários parcelares: fenómenos de retenção parcial ou de atracção de novos residentes. O mecanismo social da “descampesinação” gradual (combinado com os fenómenos de concentração, de reestruturação das explorações e de abandono de certas terras) tem efeitos económicos no mercado do solo: toda uma série de terras, pertencentes a autóctones “descampesinados” ou a residentes secundários, escapam assim parcialmente às leis de um mercado de terras, tal como funcionaria se estas estivessem definidas apenas como meios de produção.

Por fim, a estas razões positivas acrescem razões negativas, que poderíamos subsumir sob a noção de aculturação urbana parcial ou incompleta. Será necessário falar do fim de um mito urbano, o qual pode ser explicado pelas dificuldades de inserção económica e pelas reduzidas oportunidades de mobilidade

social nas grandes aglomerações para os antigos rurais? Deveria realçar-se o fim da expansão das grandes administrações ou entidades públicas – caminhos-de-ferro, rede eléctrica, rede telefónica, serviços alfandegários, etc. –, a desqualificação do trabalho administrativo subalterno, o crescimento do trabalho com pouca estabilidade e poucas garantias de carreira (a oferta de carreiras estáveis e regulares em empregos subalternos e médios, atractiva para rurais em vias de desruralização, esgotou-se). Deverão também ser destacadas as dificuldades económicas, sociais e psicológicas de inserção no contexto urbano imperfeito (ou, mais precisamente, periurbano, ou seja, na maior parte dos casos, infra-urbano) decorrente da urbanização acelerada dos anos 1960. É ainda necessário ter em conta, desde pelo menos meados dos anos 1970, o sentimento de crise e de precariedade dos empregos que o mercado do trabalho urbano proporciona: este já não é o Eldorado que os migrantes podiam vislumbrar no início dos anos 1950 e 1960; é mais uma razão para salvaguardar preciosamente as ligações com a pequena garantia económica (talvez amplamente ilusória) que um património aldeão representa, com as solidariedades activas da rede de parentesco e de amizades local, com os vestígios de uma economia de subsistência que deve a sua renovação à sua oposição à economia de mercado urbana, que se tornou mais dura.

O modelo da urbanização temporária e parcial também se insere de outro modo no ciclo de vida: devido ao alongamento da esperança de vida e à disseminação da posse de um património, a sociedade rural, como local privilegiado para passar a reforma, é cada vez mais o destino de uma migração no fim da existência. A actual oposição entre o rural e o urbano é a oposição entre a velhice, a juventude e a maturidade, entre a inactividade (como estatuto) e a actividade. No contexto da sociedade rural, é necessário adicionar todos os factores de desruralização parcial. O abandono da agricultura (ou de um estabelecimento comercial na aldeia) pode ocorrer sem alteração de residência ou à custa de um afastamento sentido como temporário. A emigração laboral é acompanhada por ligações mantidas com a aldeia; esta pode ocorrer a uma distância-tempo tão curta que permite regressos frequentes. Por outro lado, a generalização da reforma e do estatuto de reformado (relacionado com a evolução do funcionalismo público e dos regimes de Segurança Social) e a experiência do regresso contribuem, para alguns, a relativizar o período da vida urbana e, no limite, a torná-lo como que um parêntesis. Estas relações de certas categorias de urbanitas com a sociedade aldeã são susceptíveis de fortes variações regionais, nomeadamente de acordo com os equipamentos, as formas de *habitat* e de

sociabilidade, a armadura urbana (importância de uma rede de pequenas vilas em estreitas relações de intercâmbio com o campo) e as estruturas e fileiras da migração (distância da migração que afasta da sociedade aldeã, duração cronológica desta migração e seu carácter individual ou “familiar”).

A aldeia recomposta

Esta nova sociedade aldeã, esta aldeia “recomposta”, cuja população é constituída por camponeses parcialmente “desruralizados” e por urbanitas em parte “re-ruralizados”, tem duas características essenciais do ponto de vista que aqui estamos a tratar: o carácter minoritário do grupo camponês na população e a multitude de categorias sociais para quem a aldeia é um local de residência, um espaço de reprodução, de diversão, de espectáculo e já não um espaço de produção. Esta evolução deve, claro está, ser qualificada historicamente (o momento da inflexão da evolução é variável consoante as regiões) e geograficamente (o fenómeno é tanto mais nítido quanto as aldeias em questão se inserem mais claramente na *hinterland* das médias ou grandes cidades); de acordo com o tipo de agricultura (que determina em grande parte o ritmo e a forma do êxodo agrícola); de acordo, por fim, com a dimensão. O que estamos a descrever é válido para aldeias de uma certa dimensão – variável conforme as regiões, naturalmente –, intermediárias entre a aldeia despovoada e o burgo ou a pequena cidade, que constituem uma escala importante da armadura urbana da França contemporânea, cujo dinamismo recente pudemos observar. Se, seguindo os trabalhos de B. Kayser, esboçarmos uma tipologia para situar a sociedade aldeã renovada que aqui descrevemos, será necessário distinguir, nos dois extremos, as micro-aldeias camponesas, compostas sobretudo por agricultores idosos ou reformados, e as vilas [*petites villes*] de estrutura social diversificada, que oferecem vários serviços e actividades industriais. É entre estes dois extremos que se situam os compromissos da aldeia definidos por uma nova simbiose com a sociedade urbana: comunidades camponesas dominadas por um grupo de agricultores diferenciado; comunidades rurais com uma estrutura social diversificada, devido à presença de actividades não agrícolas relevantes; comunidades rurais em vias de urbanização residencial, nas coroas periurbanas ou nas zonas com vocação turística. Vemos que não se trata apenas de aldeias que entraram plenamente na área de expansão das cidades, que derivam simplesmente de um estudo dos efeitos da urbanização. O fenómeno que aqui observamos afecta o espaço rural francês praticamente na sua totalidade.

Abundam os testemunhos e os estudos que mostram a diversificação da estrutura social das aldeias e a passagem do grupo dos agricultores, ele próprio caracterizado por uma homogeneização progressiva (por “eliminação” dos agricultores menos bem apetrechados para a competição económica), ao estatuto de categoria minoritária. As transformações recentes da estrutura social fazem emergir a importância da categoria dos grandes empresários da indústria e do comércio, que aumenta de novo após uma longa diminuição à custa de alterações internas: comércios tradicionais, tais como as mercearias, substituídos por lojas de artesanato ou de electrodomésticos; artesãos ligados às actividades agrícolas suplantados por construtores civis e por artesanato “artístico” (olaria, trabalho da madeira, etc.); operários, frequentemente ligados aos agricultores por relações de filiação ou de aliança (divisão interna da classe operária, que temos tendência a negligenciar); empregados e quadros médios, categorias principalmente “urbanas”, profissionais liberais e quadros superiores (é certamente o crescimento destes últimos grupos que melhor traduz a transformação da estrutura social aldeã). É de salientar que este crescimento quantitativo é acompanhado por uma transformação interna: novas profissões (por exemplo, arquitectos, médicos e farmacêuticos, notáveis tradicionais, e profissões da área da saúde – enfermeiros, fisioterapeutas – ou técnicos, ao lado dos quadros médios de presença mais antiga, como professores primários e funcionários das administrações locais) e profissões “renovadas” (“novos” professores primários que substituem os professores “à moda antiga”). Os efeitos de dois movimentos combinam-se para conduzir à emergência de novos grupos, suplantando, na sua posição de liderança política e de legitimidade social, a média burguesia (comerciantes, profissionais liberais, agricultores abastados) que, tradicionalmente, fornecia os notáveis da aldeia. Verificam-se, por um lado, alterações da composição interna dos grupos (por exemplo, arquitectos e engenheiros com maior importância do que as antigas profissões da categoria farmacêuticos ou médicos; ou, ainda, nos quadros médios, trabalhadores administrativos de empresas ou de serviços públicos vizinhos) e, por outro, a renovação e alteração da posição da profissão que, para lá de uma simples deslocação histórica dos gostos, transforma profundamente o comportamento e as atitudes dos seus membros.

O próprio grupo dos agricultores é alvo de transformações complexas. Aí se esboça uma homogeneização a prazo, reestruturando-se o grupo em torno de uma categoria central, os agricultores “modernos”, devido ao desaparecimento progressivo dos grandes proprietários (sabe-se que, nos últimos vinte anos,

se verificou um aumento considerável da parte da superfície agrícola detida por agricultores) e à erosão rápida das categorias de “pequenos” agricultores. No entanto, a transformação sociológica é mais complexa do que a tendência económica de evolução indica. A homogeneização a prazo é acompanhada por um dualismo: agricultores modernos e modernizados/camponeses residuais subsistindo amplamente fora do mercado. Este duplo fenómeno, da modernização e do seu reverso residual, o tradicionalismo, está na origem da transformação das imagens do mundo camponês e rural para os urbanitas e para os camponeses tradicionais, bem como das complexas relações de afinidade e de oposição entre agricultores e camponeses “parciais”.

Sem aqui analisarmos o que significa a mutação modernista dos agricultores, do ponto de vista da transformação da agricultura e do mundo camponês, pretendemos reter o significado dos novos valores que estes representam na nova estrutura social. Camada média de empresários modernistas, conquistados pela racionalidade, pelo espírito empreendedor e de aventura, mas também pela negociação e pela mobilização colectivas (podendo a dosagem variar consoante as fracções deste novo campesinato); forçados pelo endividamento, pela crise e pela necessidade de reconversões permanentes a intensificar incessantemente o seu esforço de racionalização, os seus investimentos e o seu tempo de trabalho, estes empresários são conduzidos a levar ao paradoxo o discurso modernista-racionalizador, ocultando, na híper-adesão, as dúvidas que as consequências da sua aposta poderiam suscitar. É o início dos conflitos no mundo rural, com fracções não modernizadas de camponeses, que se exprimem sobretudo a propósito do espaço e do ordenamento da área agrícola, dos modos de cultura e das formas de consumo. Com efeito, face a estes agricultores modernizados (que cada vez mais se definem como técnicos de um tipo de agricultura, ou seja, por profissões comparáveis às profissões dos urbanos – é-se criador, avicultor, produtor de cereais –, e já não por uma *condição*, a de camponês), toda uma série de grupos vai fazer crescer o que podemos definir como camponeses tradicionais ou, melhor, que se tornaram “tradicionais” pela sua posição à margem da evolução técnica e económica central. Camponeses a tempo parcial, camponeses de fim de existência ou reformados, urbanitas “recampesinados” ou, ainda, agricultores que não puderam acompanhar as exigências da conversão modernista e saídos da espiral da reconversão-racionalização – todos têm pelo menos em comum, ainda que levados por trajectórias diferentes, representar uma recriação recente de uma agricultura “à antiga”, com todas as novidades que, naturalmente, um tradicionalismo implica. A sua

mobilização pode evoluir para a revolta populista, antitecnocrática, que constitui uma das componentes de um novo regionalismo. É o que se verifica sobretudo em certas regiões de policultura, devido à debilidade económica deste tipo de agricultura, e que explica, paradoxalmente, a sua capacidade de resistência. Já marginalizada e definida tendencialmente como de sobrevivência, esta agricultura é de certa forma protegida contra as crises económicas. A “adaptação” ocorreu sob a forma da relativização da actividade agrícola que, em última análise, se tornou actividade complementar ou anexa, numa relação complexa com os mercados de trabalho urbanos vizinhos (trabalho industrial, administrativo): aqui, naturalmente, a distância em relação às cidades e o tipo de oferta de trabalho que daí advém desempenham um papel decisivo. Nas suas expressões extremas, este campesinato residual pode rever-se bastante, pela sua recusa do “modernismo”, na utopia campestre que (a título de ideologia de fim-de-semana) algumas camadas médias, ou até populares, parcialmente “re-ruralizadas”, desenvolvem. É, designadamente, possível observar esta convergência da tendência renovada para definir a actividade agrícola como arte de viver, ou até rito, nos antípodas da profissão em que se torna a actividade do agricultor modernizado; esta definição é produzida, tanto pelos urbanitas, como pelos agricultores marginalizados. Para muitos proprietários, burgueses compradores de residências secundárias ou herdeiros urbanizados, as terras que possuem, se não tiverem a função de meio de produção (ou se a tiverem muito secundariamente), têm uma função económica muito importante de reserva, de acumulação de capital não produtivo à espera de outras utilizações. É com base nesta relação económica que é possível desenvolver uma relação “lúdica” com a actividade agrícola, como utilização da terra parcialmente libertada das exigências da rentabilidade económica, definida pela sua função de manutenção no estado em que se encontra, de ocupação do tempo; a actividade agrícola praticada por estes quase-camponeses tem o estatuto de uma ocupação, de um passatempo, de um costume, não de um trabalho submetido às leis do mercado. Podemos distinguir duas formas: uma, a dos “burgueses *farmers*”, que acentua o significado de lazer da actividade e de entretenimento diletante com a actividade camponesa; a outra, pequeno-burguesa, é antes a característica dos herdeiros libertados do campesinato, mas cultivando nostalgicamente a actividade agrícola na sua forma antiga, como tradição, no limite da arte de viver. Esta prática pode alimentar desprezo, reservas ou ressentimento face aos agricultores que se submetem excessivamente às exigências da modernização e da rentabilidade, e contribui antes de tudo para a revisão da actividade rural,

tornada passatempo e arte de viver, enfim, negando-a como condição, com a sua lógica e as suas condicionantes. O modelo neo-rural da excelência campestre arcaica define-se por uma dupla oposição ao tradicionalismo da miséria (camponeses “atrasados”) e ao progressismo penetrado por valores capitalistas (grandes agricultores modernos).

Através de um curioso vaivém, algumas novas fracções das classes médias demonstram afinidade com um campesinato marginalizado (estabelecendo, eventualmente, alianças com ele) no que toca à definição dos usos do espaço rural e das formas de cultura, aliando-se na condenação de certas formas extremas de racionalização da produção (emparcelamentos desrespeitosos das paisagens, desflorestação excessiva, utilização intensiva de adubos e de produtos químicos), na definição dos modos desejáveis de relação com a natureza e no consumo de determinados produtos da agricultura. Talvez seja nesta conjunção paradoxal que se encontra a base social de certas ideologias naturistas (que se desenvolvem em matéria de alimentação).

No longo tempo da história secular, este fenómeno representa certamente a inversão de um extenso movimento paralelo à urbanização iniciado em meados do século XIX, e talvez antes, se tivermos em conta o movimento de desindustrialização e de “campesinação” da aldeia. Esta foi-se esvaziando progressivamente das suas camadas pequeno-burguesas (comerciantes, artesãos) e proletárias (operários rurais, jornaleiros e trabalhadores agrícolas, e depois pequenos camponeses) e, portanto, fortemente homogeneizada em torno de uma condição de referência. Esta transformação da estrutura social da aldeia (sobretudo com o desaparecimento do proletariado rural), a extinção ou mitigação das lutas de classes rurais, bastante acesas até meados do século XIX, tinham possibilitado progressivamente que a aldeia alcançasse a utopia, formada pelos literatos – em parte, eco ideológico deste movimento de transformação; em parte, reacção à evolução urbana –, da pequena sociedade convival ou agitada por querelas pueris, fantasma da política do “bom filho” oposta à luta de classes, ao confronto entre a burguesia e a classe operária que ocorre na cidade. Do mesmo modo, as transformações internas do campesinato permitiram que os agricultores se fossem aproximando do mito do camponês e do homem do campo elaborado no século XIX. É esta imagem idílica da aldeia, afirmada no fim do século XIX e primeiro terço do século XX no romance rural e regionalista, que alimenta os manuais de leitura da escola primária até aos anos 1950; é ela que define o contexto social de grande parte dos folhetins populares da televisão. Esta cena aldeã unanimista ou atravessada por conflitos fantasiosos

ou meramente verbais é a chave da popularidade de Pagnol; é o início da atenção divertida dos turistas ou dos residentes temporários para com os anfitriões que os recebem. A aldeia nova, onde os conflitos relacionados com a produção se tornam secundários em relação aos que decorrem de definições opostas do quadro de vida, aproxima-se aparentemente desta ficção literária.

A aldeia nova, espaço de reprodução (de recriação e de recreação) para a maioria dos seus habitantes e de produção para uma minoria, é o lugar de “contactos de cultura” originais ou de conflitos novos para a definição dos lugares e da sua utilização. A diferenciação essencial é a que vai do camponês “a tempo inteiro” ao aldeão fortuito “a tempo parcial”. Entre os aldeões de fim-de-semana ou de férias encontram-se os pequeno-burgueses ou os médio-burgueses urbanos, comerciantes ou intelectuais estranhos à aldeia, que compraram, como consumidores racionais, o bem económico (a quinta) e o acesso aos bens simbólicos (a paisagem e o universo social da aldeia), cuja invenção resulta em grande parte dos “urbanitas”. Ao lado, encontram-se operários ou trabalhadores urbanizados (de primeira geração) que mantiveram as terras (nas quais constroem ou mandaram construir uma casa de férias) ou remodelaram a casa de família para uso de lazer.

De entre estes não-camponeses não podemos deixar de referir (para dar um exemplo do interior da Provença), por um lado, os herdeiros urbanos dos camponeses, que pretendem fazer uma agricultura de entretenimento, mantendo as terras ou as plantações com uma preocupação de rentabilidade económica muito secundária (os aspectos simbólicos do produto obtido ou da actividade cultivada têm tanto valor como a sua utilidade económica: produzir o próprio vinho, mesmo que através da cooperativa, como o pai ou o avô; cultivar, desta vez como estilo de vida, a referência a uma moral camponesa, etc.); por outro lado, os compradores burgueses (na realidade, médio-burgueses nesta região) que, por razões muito diversas (preocupação em proteger o seu sossego cercando a propriedade com uma “mancha” agrícola, vontade de manter a paisagem “tradicional”, ligação à terra como compensação estética da expropriação económica dos camponeses de quem são os agentes, retoma dos modelos aristocráticos da relação com a terra, incluindo a cobrança da renda predial, interesse em fixar alguns camponeses na terra para evitar a desertificação e aproveitar os pequenos serviços prestados pelos locais), vão também mantendo as explorações agrícolas. A todos estes se opõem os consumidores urbanos do campo (preferencialmente pequeno-burgueses), que, não sendo herdeiros dos camponeses, nem possuindo meios para jogar o jogo dos burgueses *farmers*

amigos da terra, compram parcelas “mesquinhas” que cercam e “obstruem” com plantações demasiado densas, cultivadas a tempo e a contratempo (ao sabor dos ritmos de frequentação do campo). Entre os ornamentos disseminados por este tipo de jardinagem difusa, encontramos os sinais da “provençalidade”, os atributos do jardim distinto ou exótico. Camponeses desenraizados que querem manter as suas “raízes” ou burgueses que fazem um regresso lúdico semanal ou sazonal à terra têm em comum o desejo de negar a definição da terra como meio de produção e definir tendencialmente o campo como paisagem.

São assim postas em causa a definição tradicional e a divisão campesina do espaço, através desta redistribuição interna do espaço agrícola (o emparcelamento e todos os processos que este traduz e que o acompanham) e da nova competição pelo uso do espaço como terreno imobiliário. A comunidade política local adquire uma nova importância devido ao controlo que exerce sobre o solo e à influência que mantém na respectiva distribuição entre uso imobiliário (de diferentes tipos e destinados a diferentes clientelas) e uso agrícola. A definição negociada do *Plano de Ocupação dos Solos* é um momento essencial da vida política das aldeias. Do mesmo modo, na ordem temporal, a “dessincronização” dos calendários e dos tempos sociais resulta desta diversificação social da aldeia. Os conflitos em torno da definição do quadro de vida, em última análise conflitos entre definições camponesas (na sua variante tradicional ou moderna) da terra e da área agrícola e definições urbanas do espaço da aldeia, são outra das consequências.

O rural como cena urbana

Para os rurais parcial ou temporariamente urbanizados e para os “urbanos” em vias de “ruralização” parcial, a sociedade aldeã é, assim, um espaço social secundário em relação à cena urbana. Esta experiência da “multilocalidade” não é uma inovação radical; a novidade reside, por um lado, na sua extensão a grupos muito mais amplos do que a aristocracia do século XVIII ou a burguesia do século XIX e primeira metade do século XX e, por outro, na natureza específica do espaço social, que se torna um complemento da sociedade urbana para certas camadas sociais; ou seja, do ponto de vista da sociedade rural na sua especificidade, esta é mais uma marca do esmorecimento da sua autonomia, uma vez que está votada a servir de cena complementar em relação à cena urbana. A metáfora dramática tem como função fazer com que nos interroguemos sobre a distribuição das acções entre as diferentes cenas, permitindo questionar o carácter global ou unitário excessivo de certas abordagens,

em especial na área das situações de aculturação: a multiplicidade das cenas sociais, dos espaços institucionais e culturais e, por conseguinte, das “zonas” de comportamento permite atribuir a devida consideração à diversidade dos sistemas de valores que podem coexistir no mesmo agente, nos mesmos grupos ou nas mesmas classes.

A partilha do trabalho entre os vários lugares de pertença para os sujeitos, cada vez mais numerosos, que se situam nas posições intermédias no espectro das condições que vão do rural ao urbano tem formas variáveis. A cena aldeã pode ser o local de uma participação ou ambição políticas, de uma vida económica parcial, de um culto da linhagem (a ligar à continuidade patrimonial; conhece-se a importância das “migrações” que ocorrem por altura do dia de Todos os Santos, momento privilegiado, juntamente com as férias de Verão, do regresso às origens locais), e por fim, se calhar sobretudo, de uma afirmação estatutária complementar da posição social e de uma cena urbana, da reivindicação de uma identidade territorial. O movimento de urbanização produziu, como seu inverso, um reforço da identidade territorial e regional como princípio de identificação, mesmo quando os sociólogos do século XIX, e especialmente Durkheim, prognosticavam o desvanecimento das distinções territoriais em benefício das distinções funcionais, através da actividade ou da profissão. Ao nível da sociedade aldeã, um dos efeitos é a atenção extrema dada aos sinais de pertença, à exibição, em certos terrenos, de uma simbolização do autóctone e do “estrangeiro” (sendo a condição indesejada a de “simples” residente secundário sem relações de afiliação ou de aliança na região). Além da fenomenologia da “dupla vida” e do estatuto de “reserva cultural” de certos espaços sociais, lugares de actualização e de remanescência de valores desclassificados noutros espaços (por exemplo, certos valores de honra das sociedades mediterrânicas em contradição com o universo burocrático e racionalizado), temos de nos questionar sobre os efeitos sociais desta partilha. Como lugar de afirmação estatutária, a sociedade aldeã oferece um prolongamento, uma compensação, em todo o caso um princípio concorrente da estratificação definida no mercado urbano e que lhe atenua os veredictos: qualquer situação é susceptível de uma dupla leitura – pelo menos, nos limites de uma geração; a ambiguidade talvez seja mais difícil de manter com a escolarização e a escolha profissional dos filhos. Não será a coexistência de várias cenas sociais um factor poderoso que poderá explicar os limites da influência da cultura urbana? A cidade não é, nem sempre, nem necessariamente, o lugar e o agente da conversão modernista, do abandono do tradicionalismo. Empresários racionais e operários metódicos

ou empregados-modelo durante a semana e camponeses ao fim-de-semana: as figuras deste dualismo são múltiplas e podem explicar *ethos* industriais ou urbanos “a tempo parcial”. A acumulação metódica pode ser posta ao serviço do consumo ostentatório na cena aldeã. De um modo geral, não se verificará aqui o princípio da remanescência de certas éticas camponesas em determinadas fracções das classes médias urbanas?

É ainda nesta situação que encontramos as condições favoráveis para a afirmação de um regionalismo de tipo novo, fortemente distinto do regionalismo dos urbanitas recém-urbanizados do século XIX e também muito diferente do federalismo político defendido por certas fracções de classe tradicionalistas, e vivaz até meados deste século [XX]. À “multilocalidade” (“bilocalidade”) pequeno-burguesa, ou até popular, corresponde uma “plurilocalidade” burguesa, especialmente desenvolvida ao sabor da extensão das actividades de lazer e da revolução dos transportes. É a diversidade dos lugares de residência e dos contextos sociais e culturais que as férias permitem frequentar que contribui para a museificação das culturas tradicionais, na sua “autenticidade”, como objectos de consumo.

A frequência do espaço rural por um número crescente de utilizadores, para os quais este está desprovido de finalidade produtiva, encontra-se na origem de uma transformação da definição social do espaço, constituído como “pura natureza”, através de um distanciamento em relação à definição camponesa do espaço campestre e de uma atribuição da sua frequência ao tempo da vida fora do trabalho. Os factores económicos, sociais e culturais desta transformação são múltiplos, desde a reestruturação do espaço produtivo agrícola até ao desenvolvimento do consumo inteligente do quadro natural, definido como bem comum, científico e estético. Esta nova definição do quadro natural insere-se em práticas de frequência e de utilização, em instituições (por exemplo, os parques regionais e nacionais) e práticas jurídicas, que, aliás, determinam em parte a sua forma: verificámos, por exemplo, que as áreas protegidas se tinham desenvolvido a partir do enquadramento jurídico elaborado para a protecção dos monumentos, que é uma invenção urbana. É um factor, a par de muitos outros, daquilo a que poderíamos chamar “museificação” da natureza como património científico e estético, face de um processo complexo de transformações do qual a outra face é uma “naturalização”.

Este movimento insere-se certamente no quadro geral da divisão do trabalho, cada vez mais definida entre regiões de agricultura modernizada e regiões de agricultura estagnada ou decadente. Estas últimas conhecem uma espécie

de involução que, se inserida no tempo longo, faz suceder à desindustrialização (característica da industrialização do final do século XVIII e início do século XIX: recuo da produção industrial doméstica e das pequenas manufaturas em benefício da indústria concentrada nas cidades) a “desagricolização”: o campo, primeiro espaço agrícola especializado, transforma-se, nestes casos extremos, em espaço rural sem funções produtivas claras; é o advento do quadro espacial do idílio e do bucolismo. O campo como natureza pura, como quadro rural do entretenimento dos urbanos, é o fim e não a origem de um processo; eventualmente, evolução reforçada por decisões que acentuam o carácter rural (*vide* o campo transformado em parque). O espaço rural assim transformado em espaço de lazer é objecto de um consumo urbano. É a origem de uma contradição crescente dos usos do espaço rural. Esta contradição, que poderíamos sentir-nos tentados a atribuir a razões técnicas (condicionantes das formas de exploração produtiva do território) ou a puras razões morfológicas (aumento da densidade da frequência), parece adquirir toda a sua força quando resulta de uma dissociação dos grupos que utilizam o espaço rural, como sucede quando desaparecem o domínio camponês sobre a sociedade rural e a homogeneidade dessa sociedade. Contudo, estes conflitos de direitos de uso de um novo género apresentam uma originalidade: opõem concepções do uso do quadro natural a definições do modo de ordenamento. Em última análise, a natureza surge como um valor negociado entre várias categorias de utilizadores: não é tanto a área de influência efectiva – limitada – da negociação que importa, mas antes o facto de ser assim constituída como contexto de debates uma série de características da paisagem, antes concebidas como consequências inerentes aos modos de exploração camponesa do território. Assistimos à constituição e ao advento de uma política da natureza e da paisagem: a “naturalização” do quadro natural, resultado de um processo histórico, é indissociável de uma “politização”, no sentido de que a “questão natural” como problema do quadro natural, da sua gestão, do seu ordenamento, do seu consumo, se torna objecto de debates e de conflitos.

Paralelamente, devido às transformações da sociedade aldeã e do grupo dos agricultores, a gestão da aldeia já não é assegurada por representantes de grupos para quem este quadro espacial era um espaço de produção (daí os novos problemas políticos de controlo dos usos do território). O carácter minoritário dos produtores e a importância da agricultura parcialmente liberta das exigências da rentabilidade económica (tradição e estilo de vida, passatempo, lazer, consoante as categorias) reforçam a definição do quadro aldeão como lugar

de recreio, à margem das exigências (sentidas como urbanas) da produção. Entre os aldeãos “de gema”, a importância do trabalho urbano ou, pelo menos, exterior à aldeia, consequência das reconversões, faz com que a hierarquização social encontre a sua origem fora da cena local, no mercado do trabalho urbano. É o fim de um mundo onde a hierarquia local da aldeia encontrava a sua origem localmente (detenção de propriedades) e onde os conflitos se jogavam no local por questões claramente locais – processo há muito iniciado, certamente. A definição idílica de aldeia foi tornada possível por estes fenómenos de marginalização: “aldeia abençoada” e “terra nojenta” (não esvaziada da sua população, mas desclassificada como espaço económico e como cena política). Não será a frequência a tempo parcial da aldeia, também ela, sintomática de uma transformação da relação das actividades com o seu quadro espacial? Nesse caso, poderíamos falar de uma descristalização dos lugares de produção e dos lugares de consumo e de lazer.

Através destas transformações, a função simbólica do campo é alterada. Não estaremos a passar de uma situação em que o campo funcionava como reserva “social”, servindo de modelo para relações sociais (e atitudes éticas com estas relacionadas: resignação, fatalismo, reverência, etc.), para uma situação em que funciona antes como reserva “cultural”, quadro de um estilo de vida não predador e não destruidor, liberto dos hábitos de consumo urbanos, respeitador dos ritmos e dos equilíbrios naturais? Tal, obviamente, à custa de uma desqualificação simbólica do agricultor, condenado a “modernizar-se” para sobreviver, logo, a distanciar-se desta definição urbana da simplicidade e do “natural” da vida camponesa. Do mesmo modo, não adquirirá a aldeia que tende a tornar-se num mero espaço de residência, largamente desligada dos espaços de produção, uma maior “disponibilidade” simbólica, de modo a poder servir de referência para as utopias da sociabilidade pura e harmoniosa (daí a utilização, no discurso planificador, do equilíbrio do tema épico das metrópoles e dos grandes centros urbanos com o tema elegíaco e intimista da integração das pequenas comunidades, bairros ou aldeias)?

Bibliografia

- CHAMBOREDON, Jean-Claude, “La diffusion de la chasse et la transformation des usages sociaux de l’espace rural”, *Etudes rurales*, n.º 87-88, 1982, pp. 233-260.
- GRIGNON, Claude, “Professionnalisation et transformation de la hiérarchie sociale des agriculteurs”, *Economie rurale*, n.º 152, novembre-décembre 1982, pp. 61-66.

KAYSER, Bernard, “Le nouveau système des relations villes-campagnes”, *Espaces et sociétés*, n.º 8, 1973.

KAYSER, Bernard, “Subversion des villages français”, *Etudes rurales*, n.º 93-94, 1984, pp. 295-324.

MARIÉ, Michel, Viard Jean, *La Campagne inventée*. Le Paradou, Actes Sud, 1977 (et compte rendu in Chamboredon, Jean-Claude, “Les usages urbains de l’espace rural : du moyen de production au lieu de récréation”, *Revue française de sociologie*, n.º XXI, 1, 1980, pp. 97-119).

4. A DIFUSÃO DA CAÇA E A TRANSFORMAÇÃO DOS USOS SOCIAIS DO ESPAÇO RURAL

CHAMBOREDON, Jean-Claude, 'La diffusion de la chasse et la transformation des usages sociaux de l'espace rural', *Études rurales*, 87.1 (1982), 233-260.
<<https://doi.org/10.3406/rural.1982.2887>>

ANOTAÇÕES DE LEITURA

Luís Baptista*

O interesse actual deste texto [publicado em 1982, na sequência de um conjunto de projectos que Jean-Claude Chamboredon desenvolveu em torno dos usos do espaço rural e em que a caça funciona como um exemplo paradigmático das suas profundas mudanças] reside na perspectiva desenvolvida pelo autor que pretende compreender este fenómeno ancestral da caça numa perspectiva processual, explicando as transformações do mundo rural e evitando as visões correntes sobre a caça. Faz uma crítica à etologia que toma a caça como forma residual de uma actividade predadora; distancia-se de uma preocupação folclorista e não fecha a sua leitura numa simples análise do mundo rural a partir dos tempos livres e dos usos rurais que lhe estão habitualmente associados.

A incorporação na sua análise da ideia de uma dupla pertença, resultante dos intensos processos de deslocação de população dos campos para as cidades, é de grande utilidade na medida em que o ciclo de vida de quem ruma dos campos às cidades não se fecha no processo de socialização urbana que experimentam. Estamos perante um processo de “desruralização” que afecta quem se desloca para a cidade, ao mesmo tempo que os territórios de onde partiram se modificam com novos usos (classificados agora como rurais), alimentando a manutenção de laços dos que saíram e antevêem um regresso à comunidade de origem após a estadia na cena urbana; ao mesmo tempo, outras populações vindas das cidades procuram no quadro natural novas condições de instalação permanente ou estadias temporárias. Esta ruptura com as leituras superficiais da oposição cidade/campo, que já assinalámos a propósito do Capítulo 3,

.....
* CICS.NOVA,
NOVA FCSH.

abre portas à análise da mobilidade das populações sem o recurso a pré-categorias de interpretação que obstaculizam a compreensão sociológica.

A pedra-de-toque deste texto está na constatação que o autor faz da emergência do que podemos chamar “caça lúdica”, forma de actividade de recreação, de passatempo que substitui em grande medida a caça meio de sobrevivência das populações camponesas. A caça lúdica vai conferindo progressivamente espaço para que os lugares da caça sejam retirados da sua condição inicial e transformados em “territórios lúdicos” destinados a usufruto de um grupo alargado de “gente de fora”, que passa a viver a experiência de caça fora de uma visão ecossistémica. Os números do crescimento de caçadores oficializados entre 1830 e 1930 em França mostram como este se constitui historicamente um campo de actividade lúdica que é um sinal claro da urbanização dos campos, não através de uma edificação suburbana ou uma extensão de residências secundárias, mas, antes de mais, pelo efeito de alteração do uso, integrando estes territórios numa lógica global. Fazendo-os depender da presença dos urbanitas e assim mudando o modo de viver das populações camponesas. Hoje falaríamos no advento do turismo rural, mas a análise que o autor faz é bem mais profunda e bem mais pertinente sociologicamente, por escarpelizar um processo que *a priori* pareceria ter pouco a ver com as novas formas de oposição cidade/campo de que fala.

O fino retrato que o autor constrói – clarificando quem são os diferentes grupos sociais que participam, as suas estratégias em torno da caça e como a sua presença se revela neste terreno de consensos e conflitos – espelha de modo exemplar o que se passa numa sociedade em mudança e os múltiplos resultados dos posicionamentos e das identidades que esta prática social ajuda a formar. A caça permite-nos um olhar particular em relação à apropriação e ao uso dos territórios rurais.

Tema praticamente ignorado pelos sociólogos, o autor detém-se nesta temática para analisar as mudanças sociais nos campos urbanizados. E o aparente paradoxo de ser coincidente na França dos anos 1960 a maior quebra da população rural e o aumento significativo do número de caçadores registados é uma pista central para entender o processo de urbanização dos campos e dos novos usos a que é destinado. Trata-se de um tema fracturante da vida colectiva francesa:

depois dos intensos processos de saída dos campos e das pequenas cidades a caminho das maiores cidades, que conduziram em grande medida ao abandono dos campos, há agora um regresso a esses lugares que perderam a sua função anterior fazendo parte plena da vida moderna e que se foram preparando para acolher os urbanitas ciosos de um envolvimento com a “natureza”. E com esta mudança emerge um novo mundo de conflitos. Trata-se de um problema que persiste em França e que tem em Portugal nas últimas décadas um impacto enorme.

Utilizando o exemplo da caça para interpretar os usos sociais do território, o autor coloca em cena as populações presentes no chamado mundo rural nos anos 1960 e 70. A existência de associações de caçadores servirá a Chamboredon para definir uma tipologia dos que caçam: estrangeiros, residentes e proprietários. Este é um contributo central para entender a recriação do novo mundo rural a partir de um exemplo que explica com clareza as armadilhas que se colocam na observação de fenómenos que escapam às divisões simples entre diferentes classes sociais e entre diferentes contextos sócio-ecológicos, e mostra como o espaço rural, alvo de uma urbanização funcional, se reconfigura entre os interesses dos locais e dos forasteiros com diferentes graus de pertença relativos a estes lugares. O que os distingue é a forma como se relacionam com o mundo rural.

O número de caçadores aumenta fortemente ao longo do século XIX e ainda de forma significativa entre 1954 e 1975. O que fica claro é uma especial incidência nas regiões em volta das grandes cidades e nas suas zonas periféricas, o que parece estar associado ao interesse da gente da cidade pelo mundo rural para fins de usufruto urbano.

Dois processos são particularmente analisados neste texto. Falamos da “descampesinação” e da “desruralização”. Estes conceitos associam-se directamente a dois outros, vistos em profundidade no texto “Novas formas de relação cidade-campo”: a naturalização e a museificação. A ideia de duas cenas vividas pelos residentes do mundo rural uma de teor rural, onde se vive, e uma cena urbana, onde se trabalham a ver com uma perspectiva muito viva nos anos 80, que foi chamada de urbanização parcial ou temporária e que é também conhecida em outros países como Portugal. O cenário global modificou-se, mas o princípio da explicação da transformação

do mundo rural pela entrada em pleno nas dimensões do mundo urbano que está nestes textos de Jean-Claude Chamboredon mantém todo o interesse graças a uma explicação rigorosa e sustentada empiricamente.

Importa referir ainda, por fim, a relevância do conflito entre direito de propriedade vs. direito de uso, que é aqui usado em relação aos territórios de caça, mas que mantém toda a actualidade quando falamos de espaços públicos em geral. É um debate muito importante que se faz a propósito de boa parte dos territórios destinados a usos lúdicos – e que o exemplo da caça tão bem antecipa – num tempo em que a generalização de uso de espaços pensados para um consumo massificado, ou pelo menos globalizado, é central no processo económico.

A DIFUSÃO DA CAÇA E A TRANSFORMAÇÃO DOS USOS SOCIAIS DO ESPAÇO RURAL

para H. C. e D. L.

Existem três tipos de problemáticas (podendo cada uma dividir-se numa temática etnocêntrica) que suscitam interrogações sobre a caça e que incorrem no risco de nos desviarem da análise sociológica do significado actual dessa prática. A primeira, que pode reivindicar-se de uma certa antropologia, ou até etologia, reduz a caça a uma forma residual de actividade predadora, estendendo-se em caracterizações da actividade em termos de agressividade, instinto de destruição, etc.¹. A segunda, que obedece a preocupações de folclore ou de estudo das tradições populares, orienta a atenção para o repertório das técnicas de abate, aproximação, reconhecimento, etc., deplorando de forma desencantada o desaparecimento e o empobrecimento das técnicas rurais tradicionais, em prol de modos de caça normalizados, simultaneamente mais fáceis e mais mortíferos². A terceira, inspirada numa sociologia ou geografia dos tempos livres e dos usos do espaço rural, centra a atenção nas condições de satisfação de uma necessidade

1. *Vide* observações de K. Lorenz sobre o instinto de agressividade sem mecanismos inibidores adaptados, que torna possível ao caçador matar o coelho: “Nenhum homem normal caçaria coelhos por prazer, se tivesse de os matar com os próprios dentes e unhas e tivesse, assim, a consciência emocional completa do que faz na realidade” [K. Lorenz, 1969: 267]. (O etólogo não toma em consideração a consciencialização intelectual completa do que, na realidade, fariam os consumidores antes de comerem coelho – excepto se tiverem empregados –, antes da era dos matadouros industriais e dos supermercados.) Este tema é um dos elementos significativos no discurso e na posição dos adversários ecologistas da caça [M. Lefrançois, 1977].

2. A caça oferece um vasto terreno de investigação a uma etnografia das técnicas de abate e dos saberes populares sobre a fauna selvagem. O objecto próprio de uma sociologia seria estudar a codificação e a eliminação progressivas de certas técnicas camponesas, paralelamente à fixação das técnicas aristocráticas e, depois, burguesas (movimento de elaboração de técnicas desportivas codificadas que relegam as técnicas camponesas relativamente à recolha utilitária ou interessada), e, na história recente, os conflitos e as transacções através dos quais estas técnicas regredem ou se mantêm parcialmente contra as regulamentações (*vide* os inúmeros conflitos em torno das caças ditas “tradicionais”).

urbana de actividades no espaço natural e nos inevitáveis conflitos pela apropriação e frequentação de um espaço raro, podendo preparar: ou o discurso alarmista sobre a densidade da frequentação e os seus riscos; ou a denúncia do monopólio dos caçadores sobre um espaço natural que seria conveniente abrir a outros usos; ou a estigmatização do prejuízo causado pelos caçadores a uma fauna concebida como capital comum³. A “naturalização” a que a primeira interrogação conduz, a folclorização (de acordo com a segunda) e a redução (conforme a terceira) da caça a uma actividade entre muitas outras de frequentação do espaço natural (problemas de optimização e de democratização da utilização de um bem raro) têm em comum desviarem-se das especificidades do estatuto actual da caça e do sentido da prática⁴.

Assim, não analisaremos a actividade dos caçadores nas suas raízes psicológicas (objecto de uma psicologia ou de uma antropologia), nem nas formas técnicas e nos saberes que aplica (à maneira de uma etnotecnologia ou de uma etnociência), nem nos seus efeitos sobre o ambiente (ecologia). Para descrevermos o significado social e as funções da caça, questionaremos as condições de organização e de exercício da prática, a partir de um estudo das estatísticas sobre a difusão e de inquéritos monográficos⁵. A definição do direito de caça revela uma oposição entre um direito de propriedade e um direito de uso – oposição em que as transformações recentes alteram o conteúdo e, possivelmente, a pertinência. O modo de adesão às associações de caçadores traduz as relações entre rurais e urbanos: a caça é um dos terrenos em que se projecta a ampla variedade dos modos de ligação a uma sociedade aldeã, revelando um *continuum*

3. Esta problemática inspira os gestores do espaço, exprimindo-se através das noções de “pressão cinegética” (relação entre um território e um número de caçadores). O modelo da concorrência que a inspira parece pré-sociológico e naturalizante, pois afasta-se de uma análise que qualificaria as condições da concorrência, as definições prévias que a possibilitam. Por exemplo, a intensificação da concorrência pelo espaço deve-se menos ao simples aumento dos utilizadores do que ao questionamento de uma definição clássica e constituída dos usos. Do mesmo modo, em relação à fauna, é necessária uma transformação das categorias de percepção da natureza para que os abates dos caçadores sejam apreendidos como um ataque a um capital (capital estético e capital intelectual – objecto de contemplação e objecto de instrução).

4. Para uma crítica e uma análise mais detalhadas das deformações do sentido da prática a que estas imposições de problemática conduzem, cf. M. Bozon e J.-C. Chamboredon [1980].

5. O estudo utilizou, por um lado, estatísticas do *Office national de la chasse* e do Ministério do Ambiente francês e, por outro, registos, em diversos departamentos, dos pedidos de licença e de validação da carta e dos candidatos ao exame da carta de caçador, bem como estudos monográficos sobre sociedades de caça ou agrupamentos de caçadores (inquérito realizado em colaboração com M. Bozon e J. L. Fabiani e, depois, F. Weber, com o apoio de P. Ducray (Baixo-Reno), B. Traimond (Gironde, Landes), M. H. Faye e D. Goffre, R. Bages e J.-Y. Nevers (Alto-Garona, Gers) para os registos em diversas regiões. A problemática e os resultados do pré-inquérito encontram-se em J.-C. Chamboredon, M. Bozon, J. L. Fabiani [1978] e em M. Bozon, J.-C. Chamboredon [1979].

de modos de pertença, provenientes dos movimentos contrários de emigração e de urbanização, por um lado, e de ruralização parcial, por outro. A definição social das condições de exercício faz com que a caça seja o revelador de uma sociologia das pertenças locais e do conflito dos direitos de uso do território. No entanto, a prática também deve ser questionada, quanto às suas funções expressivas, como terreno específico de manifestação e de reafirmação de valores culturais. A relação entre as funções expressivas e as novas definições sociais da prática, decorrentes da preocupação de codificação e harmonização das utilizações do espaço natural, é uma oportunidade privilegiada para observar como se opõem os modos de “consumo da natureza”.

Paradoxos da difusão

O crescimento do número de caçadores desde o pós-guerra, o qual acompanha a diminuição da população agrícola e da população rural, assim como a distribuição geográfica dos caçadores, muito diferente da da população rural, levam a não aceitar a imagem da caça como lazer camponês (com o complemento de uma caça burguesa muito selectiva).

Crescimento dos efectivos

Conhecemos a evolução do número de caçadores registados anualmente desde 1830: tem sido um crescimento forte durante um período longo (de 44 000 em 1830 para 160 000 em 1860, 378 000 em 1890, 550 000 em 1910, 817 516 em 1920 e 1 609 983 em 1930), com quedas brutais durante as guerras e, facto surpreendente, rápidos aumentos depois, que, mais do que retomar o nível esperado, prolongam a evolução anterior. A incerteza em que nos encontramos quanto à relação, para a caça camponesa em especial, entre a prática e o registo oficial (emissão e validação da licença de caça), o custo desta actividade (licença e arma) e a frequência que podemos apenas supor das técnicas de abate da caça por colocação de armadilhas por parte dos camponeses sugerem que se veja neste crescimento o resultado da difusão de uma ocupação recreativa aristocrática para a burguesia rural (extensível depois à média e à pequena burguesias urbanas)⁶, para além do que será também o efeito de um melhor registo dos caçadores camponeses. No entanto, podemos supor que, para os camponeses,

6. As caricaturas de H. Daumier sobre o tema são testemunho do estatuto da prática durante a Monarquia de Julho: esta entra na série de sintomas da anglomania dos burgueses, que descobrem os desportos da *gentry* [H. Daumier, 1975], e traduz o acesso da pequena burguesia a esta ocupação.

a declaração (caça com licença) esteja relacionada com a constituição como actividade de lazer assumida, praticada durante mais tempo, daquilo que podia ser apenas técnica de abate. No último período de apogeu da sociedade rural, o efectivo de caçadores, superior a um milhão e meio, traduz certamente a difusão, para o campesinato e para as classes médias das cidades pequenas, de uma ocupação característica do estilo de vida de uma pequena burguesia rural. As declarações dos cronistas e comentadores, consultores burgueses em planeamento das áreas de caça e em técnicas de caça, são testemunho desta dualidade, não permitindo determiná-la de outra forma, quando denunciam a ameaça paralela, tradicional, dos “caçadores furtivos”, do “caçador da aldeia” em que se deve reconhecer um camponês (ou um pequeno comerciante ou um proprietário rendeiro) suficientemente abastado e com disponibilidade de tempo para se dedicar a esta ocupação burguesa⁷. No entanto, não podemos adiantar-nos em relação a estas conjecturas, dada a ausência de estatísticas e de descrições mais precisas⁸.

A curva dos efectivos de caçadores a partir de 1945 (cf. Fig. 1)^[i] apresenta uma ligeira diminuição em 1955 e, depois, um forte crescimento entre 1960 e 1975, este último ano marcando o início de um decréscimo rápido. Estas estatísticas baseiam-se no registo anual de caçadores⁹. Podemos aí observar o efeito das alterações institucionais – mudanças de categorias de licenças, acompanhadas por alterações de preços: em 1969, passagem de um sistema de licença única para um sistema de três categorias (licenças departamentais^[ii], bidepartamentais

7. Para um exemplo desta literatura abundante, cf. E. Bellecroix [1875]. Estes caçadores são denunciados como um perigo para a caça: bom conhecimento do terreno, ausência de “desinteresse” do grande proprietário, que obedece a um código desportivo e às preocupações do gestor iluminado. A difusão da caça é sentida como um símbolo da degradação da grande propriedade, e a crise da caça (em especial de certas caças nobres que necessitam de grandes espaços) é a expressão metafórica da crise de uma certa propriedade aristocrática e burguesa.

8. Entre as fontes relevantes para esta história dos inícios da difusão pós-revolucionária da caça, são de assinalar os debates em torno da votação da lei de 1844 relativa à fiscalização da caça, bem como o *Journal des chasseurs* (cuja publicação tem início em 1836).

9. Apesar de vitalícia, a carta de caçador tem de ser visada pelo presidente da câmara ou pelo prefeito antes do início da época de caça (momento de cobrança das taxas) e validada (através do pagamento de taxas cinegéticas). Cf. J. Guilbaud [1976] e J. Malafosse [1979].

i. As Figuras e Tabelas deste texto não estão reproduzidas nesta tradução, sendo no entanto possível consultá-las no original: https://www.persee.fr/doc/rural_0014-2182_1982_num_87_1_2887. [N.E.]

ii. O Departamento é uma das divisões administrativas em França. [N.T.]

e gerais); em 1975, passagem para um sistema de duas categorias (licenças departamentais e nacionais)¹⁰. Desde 1969 que a curva regista um número de licenças que pode ser superior ao número de caçadores (os caçadores que subcreveram uma licença bidepartamental no sistema de 1969 ou duas licenças departamentais no sistema de 1975 são contados duas vezes: podemos calcular em 5% a sobreavaliação resultante das licenças duplicadas). Verifica-se, por outro lado, a incidência da epizootia de mixomatose que, a partir de 1952 e, sobretudo, 1953, atinge o coelho, caça principal e privilegiada do pequeno caçador: é mais um indício da forte inércia dos efectivos de caçadores em relação à oferta de caça (pequena redução de 1 760 000 para 1 720 000, estagnação de 1955 a 1960 e retoma do aumento em seguida, mantendo-se a mixomatose no estado endémico).

Contudo, estas breves variações conjunturais não devem ocultar os movimentos de maior duração: fase de crescimento de 1960 a 1974 e mudança de tendência após 1975. A partir desta data, podemos pensar que se acumulam os efeitos da criação de um exame para obtenção da licença de caça¹¹, da crise económica (encarecimento do custo da actividade – registo e sobretudo compra de direitos de caça – e abrandamento do movimento de difusão do acesso ao campo) e das dificuldades crescentes do acesso a um território (de caça). O que gostaríamos sobretudo de reter sobre a evolução dos efectivos é o traço paradoxal do crescimento dos efectivos de caçadores de 1960 a 1974, enquanto a população rural passava, entre 1954 e 1975, de 18 milhões (41,4% da população total) para 14 milhões (27,1% da população total); mais precisamente, o período da mais rápida diminuição da população rural (1962-1968) corresponde ao momento em que a curva do número de caçadores é claramente ascendente. Podemos supor que este aumento corresponde, num período de forte êxodo rural, a um

10. Em 1982, a taxa cinegética é de 91 FRF para uma validação departamental e de 456 FRF para uma validação nacional (taxas destinadas ao *Office national de la chasse*). A estes valores acrescem uma taxa de 10 FRF para o município, um imposto de selo de 22 FRF para o Estado, assim como o preço do selo da Federação, variável consoante os departamentos (de 76 FRF até 200 FRF). É obrigatório um seguro desde 1955.

11. A criação de um exame diminui de duas formas o efectivo de caçadores: por um lado, exerce um efeito dissuasor sobre potenciais principiantes idosos (exemplo dos reformados que vão viver para o campo); por outro, e sobretudo, elimina por selecção alguns candidatos (a taxa média de insucesso é de 1/3 em 1978, por exemplo). No entanto, a selecção instaurada pela carta de caçador não é a única explicação da crise do recrutamento. Se calcularmos uma percentagem de “potenciais” caçadores para um dos departamentos do inquérito (Alpes da Alta Provença), baseada no número de candidatos ao exame em relação à população masculina com a mesma idade, obtemos uma taxa de 10,7% para o grupo etário entre os 16 e os 19 anos, a comparar com a taxa do grupo entre os 20 e os 24 anos (que acedeu à caça antes da instauração do exame), ou seja, 31,7% para uma aldeia e 11,1% para uma cidade média.

duplo movimento: desenvolvimento, nos rurais migrantes, de uma prática que permite manter uma ligação estreita de pertença com a terra de origem (*vide*, abaixo, análise do valor simbólico da prática); crescimento, na própria população rural, de categorias (reformados ou operários e empregados produzidos por um êxodo agrícola sem migração) com propensão para uma utilização do campo nos tempos livres. A difusão da caça seria, então, o reverso da urbanização e da “descampesinação”. O mapa da variação do número de caçadores entre 1954 e 1975¹² (cf. Fig. 2) mostra, efectivamente, um intenso crescimento nas zonas de maior urbanização ou na periferia das zonas fortemente urbanizadas (Norte e periferia da região parisiense, costa mediterrânica, região de Ródano-Alpes), sendo as únicas excepções os departamentos bretões, do Doubs, da Mosela e da Córsega.

Distribuição geográfica

A distribuição geográfica dos caçadores permite completar estas hipóteses sobre as razões da expansão recente da prática com interrogações sobre os princípios da sua difusão. Os mapas das percentagens de caçadores por departamento, em 1954 e em 1975 (datas de recenseamento que, por um lado, permitem calcular percentagens sem aproximação e, por outro, enquadram bastante bem o período de forte crescimento do número de caçadores)¹³, mostram uma distribuição bastante diferente da da população rural, nomeadamente através da reduzida densidade de caçadores no Oeste armoricano, no Nordeste e no Centro-Este, regiões de forte população rural (cf. Figs. 3, 4 e 5). De igual forma, no nosso inquérito, as percentagens de caçadores urbanos, por um lado, e rurais, por outro, variam fortemente de região para região, o que mostra que o princípio de variação da prática não é apenas a oposição cidade/campo (cf. Tabela 1 em

12. Até 1976, os caçadores são registados (através do procedimento da licença) no local da prática e não no de residência. Após 1976, a regulamentação permite uma diversificação dos locais de registo, o que torna mais difícil a estatística dos praticantes: parte dos caçadores urbanos está registada no local de residência.

13. As condições administrativas de registo (licença e validação da carta de caçador exclusivamente no município de caça até 1976) fomentam o aumento da percentagem de caçadores de departamentos que recebem caçadores “urbanos” de outros departamentos. Consideramos que este fenómeno não coloca em questão a distribuição observada (a comparação das percentagens em 1975 e em 1978 na série de departamentos alvo de inquérito não apresenta grandes variações). Por outro lado, para os municípios alvo de inquérito, calculámos, com base em registos directos, percentagens de caçadores e residentes (em 1978) que não são sistematicamente inferiores às percentagens departamentais. De um modo geral, é no interior de um mesmo departamento que as trocas ocorrem. Contudo, podemos pensar que o fenómeno de “imigração” de caçadores exteriores ao departamento é notório nos departamentos em torno da região parisiense, bem como nalguns departamentos em torno da região de Bouches-du-Rhône.

anexo). Podemos observar três zonas de forte prática no mapa de caçadores por departamentos: Midi aquitano, Midi mediterrânico e uma região que abrange a orla oeste e sudoeste da bacia parisiense (incluindo a Solonha, mas muito mais ampla, pois, em 1975, compreende os departamentos do Eure, Eure-et-Loir, Loir-et-Cher, Loiret, Yonne, Indre e Vienne). Um mapa comparável para 1933 apresenta o mesmo padrão de distribuição, sugerindo a existência de uma linha relativamente estável, que pode ser explicada por características duradouras do espaço rural e da urbanização¹⁴. Podemos apresentar duas séries de hipóteses: uma relativa à estrutura agrária (tamanho das explorações e modo de exploração da propriedade agrícola) e a outra relativa à natureza da urbanização e à relação cidade/campo. A comparação com o mapa da estrutura agrária e o mapa da extensão das explorações sugere uma relação entre a forte difusão da caça e a importância da exploração directa, predominantemente em explorações pequenas ou médias. A Alsácia-Lorena, região de exploração directa da propriedade agrícola em que a caça não está muito difundida, é uma excepção apenas em aparência. Na realidade, encontra-se submetida a um regime jurídico especial desde 1881, através do qual, nos terrenos de pequena superfície, o direito de caça é gerido, em nome dos proprietários, pelos municípios, que o arrendam¹⁵.

A difusão da caça parece associada à importância de um campesinato de proprietários médios e, na ausência dos obstáculos que uma propriedade burguesa ou de grandes proprietários pode colocar, à generalização da prática¹⁶. Com efeito, o carácter específico da definição do direito de caça, que regista um compromisso entre uma concepção deste direito como atributo da propriedade e uma concepção como direito de uso¹⁷ – o direito do proprietário é proclamado,

14. Cf. *Atlas historique de la France contemporaine* [1966]: 189.

15. Uma lei local, preparada por críticos, desde 1864 pelo menos, da lei de 1844, retira aos proprietários de parcelas inferiores a uma determinada área (25 ha, 5 ha para os lagos e lagoas) o exercício do direito de caça, o qual, nestas parcelas agrupadas em lotes, é alugado pelo município em nome dos proprietários [J. de Malafosse, *op. cit.*: 81-84].

16. Para o Centro-Oeste, parece-nos necessário destacar, a par da colonização cinegética de certas zonas por parte da burguesia parisiense, uma caça popular, possível graças à coexistência de pequenas explorações e de grandes herdades, propriedade de burgueses urbanos. No entanto, verifica-se a necessidade de um estudo regional.

17. Foi sob o signo desta oposição que ocorreram os primeiros debates sobre o direito de caça na Assembleia Constituinte. Os decretos de Agosto de 1789 aboliram o direito exclusivo de caça e de coutadas abertas da nobreza e o direito de caça foi restituído ao proprietário. Contudo, o debate sobre este tema é retomado em Abril de 1790 com a preocupação de limitar os efeitos da difusão excessivamente rápida do direito de caça (“Por um abuso repreensível desta disposição, a caça tornou-se numa fonte de desordens que, caso se prolongassem, poderiam ser funestas às colheitas, cuja conservação é urgente garantir”, decreto de 22 de Abril de 1790, *Archives parlementaires*, 18: 249). O debate testemunha que a preocupação da protecção das colheitas – real, uma vez que conduz à promulgação de éditos com proibições de

de forma negativa, como possibilidade de se opor à caça livre¹⁸ –, transcreve, ao nível do direito, o que, ao nível dos factos, é o princípio da extensão da caça: esta alastra e “banaliza-se” na ausência de uma organização destinada a defender o direito de caça como atributo exclusivo do proprietário. Uma história regional da difusão da caça deveria, então, esclarecer a forma como os proprietários fazem valer, contra a pressão dos camponeses e dos rurais, o seu direito de caça, o que sugere a importância de variáveis como a estrutura das explorações por tamanho, a superfície das áreas públicas, a importância da propriedade burguesa urbana e, antes, a importância da propriedade feudal. Esta hipótese parece-nos preferível à de F. de Dainville [1958], que sugeria, com base numa comparação entre o mapa dos palácios e o mapa dos caçadores, que a caça se foi difundindo à medida que o direito feudal expropriava os camponeses da prática tornando-a mais difícil (a difusão é aqui pensada no modelo da libertação de uma frustração e da conquista diligente do que foi, durante muito tempo, um privilégio restrito).

É de notar que esta explicação histórica e social baseada no acesso ao direito de caça implica uma renúncia às ligações simples entre a difusão da caça e a “oferta” de caça (por exemplo, superfície em florestas ou em charnecas¹⁹; ou “oferta” de animais²⁰). Em contrapartida, não implica que abandonemos hipóteses mais específicas sobre a relação entre tipo de agricultura e difusão da caça. Gostaríamos de assinalar duas delas, embora não possamos, dada a falta de estudos regionais precisos, ir além da interrogação. Haverá uma relação entre as especializações agrícolas e a prática da caça, nomeadamente através do calendário agrícola – natureza e intensidade dos trabalhos outonais

datas para os próprios proprietários – também serve de álibi para a preocupação de proteger os direitos do proprietário contra a generalização da liberdade de caçar. Robespierre, contra Merlin e Mirabeau, solicita, por exemplo, que seja reconhecida “a liberdade ilimitada da caça”. “Logo após a limpeza da superfície da terra, a caça deve ser livre a qualquer cidadão indistintamente” [*ibid.*: 158].

18. “Ninguém pode caçar na propriedade de outrem sem o consentimento do proprietário ou dos seus herdeiros”, lei de 1844 e *Código rural* franceses [J. de Malafosse, 1979: 19].

19. Os indícios são pouco numerosos; pelo menos o mapa das florestas, que mostra a importância destes no Leste de França, não coincide com o mapa da densidade dos caçadores. Por outro lado, as “florestas” abrangem realidades sociais (apropriação; parcelar) e ecológicas extremamente diversas.

20. Aqui, os indícios também não são abundantes. Para a caça migrante, as correntes migratórias e os locais de invernada mostram o carácter paradoxal da fraca difusão da caça no Leste e no Oeste de França (cf. mapas em *Environnement et cadre de vie*, 1978, 1: 94). Um inquérito do *Office national de la chasse* sobre as tabelas de caça mostra que os departamentos com baixas percentagens de caçadores (de acordo com a nossa estatística) não se caracterizam por uma insuficiência de animais [*Bulletin de l'Office national de la chasse*, 1976].

especialmente? (Deveriam ser estudados os exemplos opostos da viticultura e da pecuária.) Existirá uma relação, por um lado, entre as paisagens agrárias (campos abertos e percursos livres) e a densidade de animais e, por outro, entre as paisagens agrárias e a prática da caça? Além destas interrogações, parece que a importância do recrutamento de caçadores fora das aldeias constitui o grande princípio de distinção entre as regiões de forte difusão e as regiões de fraca difusão. O grau de ligação entre a cidade e o campo e a densidade de uma rede de pequenas vilas em estreita ligação com o campo parecem uma característica das zonas de prática intensa de caça. De acordo com o nosso inquérito, afigura-se que, nos departamentos de prática intensa, a percentagem de caçadores diminui com menor intensidade quando se passa da aldeia para a cidade (cf. Tabela 1 em anexo, exemplos das Landes, da Córsega, dos Alpes da Alta Provença comparados com a Côte-d'Or e o Ródano – o caso do Baixo-Reno é particular, cf. nota 16)²¹. Por outro lado, conhecemos a importância da caça na cultura da pequena burguesia rural da província²².

Por fim, a forte difusão da caça no Midi – especialização que se acentua de 1954 (e, antes, em 1933) a 1975 – suscita a interrogação sobre a relação entre certos valores culturais e a caça. Podemos aqui reconhecer um efeito da função expressiva da prática: a caça forneceu um terreno de afirmação privilegiado – e talvez um refúgio – a valores característicos de sociedades com uma acentuada divisão do trabalho entre sexos. Assim, para articular esta suposição com as várias hipóteses acima apresentadas, conviria dizer que, nos locais em que o acesso ao direito de caça não conhece limites demasiado estritos impostos pelo direito de propriedade, a caça pode servir de terreno de expressão privilegiado aos valores de honra das culturas mediterrânicas²³.

21. De acordo com uma sondagem da SOFRES [*Le Pèlerin*, Agosto de 1977], a percentagem de praticantes (definidos como possuindo ou tendo possuído licença de caça), decrescente quando o tamanho do município de residência aumenta, marca duas quedas bruscas: uma quando se passa das aldeias (menos de 2000 habitantes: 21% de caçadores) para as vilas [*petites villes*] (de 2000 até 20 000 habitantes: 10% de caçadores), e outra quando se passa das cidades médias (de 20 000 a 100 000 habitantes: 12% de caçadores) para as grandes cidades (mais de 100 000 habitantes: 6% de caçadores).

22. Não é apenas a oposição urbano/rural que é aqui pertinente, mas o carácter específico da urbanização: importância de uma rede de vilas [*petites villes*], estrutura social que associa estreitamente agricultores e classes médias rurais (artesãos e comerciantes, proprietários). No período recente de “des-ruralização” rápida, os modos de emigração urbana também são decisivos: papel das pequenas e médias cidades, nível intermédio entre os campos e as grandes cidades ou metrópoles.

23. Na nossa amostra, verificamos o carácter exclusivamente masculino da prática, um pouco menos claramente nas regiões de caça burguesa (entre 3% e 7% de mulheres em certas cidades do Baixo-Reno).

Funções sociais da prática e respectiva transformação

A evolução do número de caçadores e a respectiva distribuição geográfica apenas poderão ser explicadas com exactidão com recurso a uma história social mais precisa ou a uma análise multivariada, utilizando estatísticas mais detalhadas do que aquelas em que nos podemos basear. Poderíamos desse modo comprovar a pertinência de algumas das variáveis a estudar, e determinar o seu sentido, mostrando o papel que desempenham no funcionamento actual da caça, apreendido, antes de mais, nos contextos locais que os inquéritos monográficos²⁴ apreendem. No entanto, a análise das funções não será apenas uma forma de repetir as hipóteses que o estudo sobre a difusão da caça sugere: indicaremos as deslocações e as transformações que as variáveis pertinentes sofrem, de acordo com a alteração das relações entre a cidade e o campo e a alteração das condições de inserção da caça entre as várias formas de utilização do espaço natural.

Continuum rural/urbano e simbolização da pertença

Existem dois fenómenos morfológicos que se acentuaram com a expansão dos efectivos de caçadores, projectando-se na vida da comunidade: a dualidade do recrutamento, partilhado ente “locais” e “estrangeiros”, e, ao nível dos aldeões, a diminuição do grupo dos camponeses, que deixam de ser maioritários entre os caçadores (podemos pensar que esta situação se encontra na origem da formação reactiva da imagem da caça como apanágio dos camponeses). A diversificação dos praticantes reflecte-se nos estatutos da associação de caça [*société de chasse*] e nos respectivos conflitos de poder. A principal função da associação de caça comunal [*société de chasse communale*] poderia muito bem ser a de simbolizar a diversidade das pertenças, no momento em que a participação na vida política local ou nas associações recreativas tende a esbater as distinções entre os locais e os novos aldeões recentemente imigrados. Contudo, definições concorrentes da pertença confrontam-se, traduzindo a diversificação dos modos de ligação à sociedade aldeã. A percentagem de “estrangeiros”²⁵ membros da associação de caça é muito variável, mas pouco significativa devido à polissemia deste termo. A característica da associação de caça leva precisamente à produção de

24. Salvo indicação em contrário, o principal ponto de apoio das nossas análises será a associação de caça do município n.º 1 da nossa amostra (nos Alpes da Alta Provença).

25. A categoria de caçadores não residentes no município pode representar 30%, ou até 50%, dos membros da associação (34% em F.). Contudo, este critério, puramente administrativo, não se traduz directamente na definição dos estatutos internos da sociedade.

uma variedade de categorias que diversificam e quebram a dicotomia locais/ estrangeiros, dando origem a toda uma série de estatutos intermédios entre a “autoctonia” e os “estrangeirismos”. Daremos um exemplo da diversidade destes estatutos, reflectida na desigualdade das quotas, antes de comentarmos os seus principais significados. Em F. (Alpes da Alta Provença), para a época venatória de 1978-1979, distinguem-se os grandes proprietários (mais de 50 ha), que não pagam quotas e beneficiam de seis cartões diários gratuitos; os médios proprietários (de 15 ha a 20 ha), que pagam 40 FRF de quota e têm três cartões diários gratuitos; os pequenos proprietários e os residentes, que pagam uma quota de 80 FRF (mas os pequenos proprietários têm direito a comprar cartões de convite por metade do preço); por fim, os “membros condicionais” (residentes secundários), que têm de pagar 180 FRF de quota, e os “estrangeiros”, que pagam 450 FRF.

Destacam-se assim três grandes categorias: os “estrangeiros”, os “residentes” e os “proprietários”; a sua definição e a política seguida a seu respeito traduzem a descrição prática do direito de caçar. Os “estrangeiros” não respondem, nem ao critério de propriedade, nem ao critério de naturalidade, nem ao critério de parentesco próximo com um habitante. A política a seu respeito pode ir da exclusão total à aceitação malthusiana (frequentemente precedida de um período probatório, por exemplo através de convites diários durante uma época ou duas; frequentemente também acompanhada pela exigência prática de “padrinhos” ou introdutores, que se responsabilizam pela moralidade e pelo bom carácter destes caçadores). Existem dois factores que pesam no sentido de uma abertura relativa aos “estrangeiros”: a preocupação de evitar, quando se trata de caçadores abastados – comerciantes, profissionais liberais –, que estes façam secessão e subtraiam terras à associação, convencendo o proprietário de uma herdade grande a alugar-lhes a caça; e a preocupação de aumentar os recursos da associação, factor de peso quando as largadas de caça (para repovoamento e, sobretudo, abate) representam uma parte significativa no orçamento da associação. Inversamente, joga no sentido da “restrição”, o medo de que estes caçadores cacem demasiado, de que sejam especialmente virtuosos ou especializados na caça nobre, fortemente valorizada²⁶, ou de que manifestem uma obstinação excessiva, falta de escrúpulos ou indisciplina.

26. Assim, em F., o presidente da associação de caça declara que limitaria mais o número de estrangeiros se estes fossem caçadores com cães de levante, especializados nas lebres e nos javalis – caça mais nobre. Os caçadores com cães de parar (perdiz, faisão ou coelho), menos perigosos, são mais fácil e amplamente aceites.

Os “proprietários” constituem uma categoria privilegiada (preços preferenciais e privilégio de convite), reflexo do carácter primordial da concessão dos direitos de caça. Contudo, há dois factos a destacar: a propriedade não é por si só um critério, devendo ser qualificada pela pertença local ou pela residência estável; assim se revela a resistência dos locais à penetração dos residentes secundários – estes, quando são proprietários, são membros “condicionais”, ou seja, não participam na gestão da associação. Por outro lado, verifica-se uma diferença entre o princípio de propriedade e o princípio de pertença local: esta é conferida pelo nascimento (os “nativos” são membros efectivos da associação) ou adquirida por residência prolongada, certamente acompanhada por um processo e por um trabalho de integração. O poder de negociação dos proprietários depende do seu poder de secessão (possibilidade de recusar as suas terras à associação, reservando-se o direito de caça ou alugando-o a outros caçadores). Tal implica certas condições económicas (propriedade com um único proprietário e uma área bastante grande, por exemplo, 20 ha no mínimo nos Alpes da Alta Provença) e sociais (capacidade de resistência à pressão colectiva dos caçadores da aldeia). Só os donos de propriedades na periferia da aldeia podem dar-se ao luxo desta secessão, porque se encontram em posição de burguesia relativa, na maior parte dos casos menos dependentes (entreeajuda, redes de intercâmbio, relações comerciais) da aldeia e das pequenas vilas [*petites villes*] vizinhas²⁷. No entanto, o peso dos proprietários depende, sobretudo, do seu potencial contributo em matéria de terras, ou seja, em última análise, da parte do domínio público na área agrícola e da parte da pequena propriedade, que vai necessariamente para a associação, salvo situações excepcionais de conflito ou transformação em residência secundária vedada (a experiência demonstra que, salvo vedação, é difícil constituir em territórios pequenos enclaves que escapem à caça).

As vantagens dos proprietários consistem mais em privilégios estatutários do que em retribuições, equivalente directo ou indirecto do aluguer do direito de caça. A concessão de terras à associação (juridicamente, a cessão do direito de caça nas terras) é concebida como uma doação à associação – doação de carácter semi-obrigatório, dada a pressão dos caçadores. A contrapartida desta doação é a concessão de certos privilégios (nomeadamente sob a forma de um poder

27. O que aqui descrevemos encontra-se formalizado na Lei Verdeille de 1964, relativa à criação das associações municipais (ou intermunicipais) de caça autorizadas: ACCA ou AICA. A lei tem por objectivo municipalizar o território de caça (nos departamentos ou nos municípios em que tal é possível, após consulta de diversas instâncias), através da colectivização dos direitos de caça nos vários territórios, e define superfícies mínimas acima das quais os proprietários podem recusar o seu direito de caça à associação municipal [J. de Malafosse, 1979: 93 sq.].

de convite e também sob a forma de um maior peso político nos debates da associação). A prática que consiste em custear os impostos que os proprietários têm de pagar pelas suas terras tem paradoxalmente como objectivo neutralizar (para melhor as manter afastadas) as dimensões económicas desta transacção. No entanto, o crescimento da procura de terrenos para arrendar, por parte dos caçadores urbanos abastados, aumenta e torna perceptível a contradição entre a lógica económica da rentabilização do direito de caça e a lógica social da concessão de um direito de uso aos caçadores da aldeia. Daí a importância da política da associação em relação aos proprietários²⁸. Em relação aos proprietários, os “residentes” (denominação jurídica mais do que designação realista, uma vez que exclui alguns residentes recentes e inclui não-residentes naturais da aldeia) não são simples utilizadores de um direito de caça que seria privilégio dos proprietários de terrenos; é graças à sua presença que o direito de caça nas áreas públicas é atribuído à associação, na maior parte das vezes em troca de uma contribuição simbólica (é este o critério decisivo de definição das associações locais para a Federação departamental dos caçadores).

Os privilégios de pertença local são direitos adquiridos dos nativos e não se perdem com a emigração; os não-nativos só os podem obter após uma longa integração: é na associação de caça que reside a verdadeira cidadania. Esta análise é especialmente válida para as regiões de prática intensa, em que a caça tem valor de sinal de pertença local. Noutros sítios, observamos que o nascimento tem menos peso do que a residência efectiva (Ródano), situação talvez associada a um maior peso dos proprietários agricultores em relação aos rurais “descampesinados”.

Como em muitos casos, as categorias não são objecto de definições jurídicas e deixam em aberto o jogo das negociações e das transacções: a valorização dos laços de parentesco ou de afinidade com os aldeões, os gestos diversos de “devoção” local (zelo municipal, por exemplo) podem permitir a assimilação à categoria de “nativos”. Da mesma forma, existe na terminologia um jogo sobre os termos para evitar a denominação “estrangeiros” – utilizações extremamente diversas da denominação “emigrante”, em especial. Estas transacções e jogos de

28. Esta varia, naturalmente, de acordo com a estrutura da propriedade, mas podemos assim compreender que, em F., os caçadores tenham escolhido um presidente que é proprietário. Conceder privilégios aos proprietários é uma forma de os manter na associação. Inversamente, os locais não proprietários dão aos proprietários e aos agricultores garantias (lealdade e patriotismo locais) que não dão aos estrangeiros. A diversidade dos estatutos na associação e a concorrência de outras oposições (locais/“estrangeiros”) não permite que as divisões sejam apreendidas como oposição entre detentores de direitos de caças e rurais sem terras que reivindicam a liberdade de caçar. A ambiguidade é essencial para a manutenção do *consenso*.

linguagem só são possíveis tendo como pano de fundo a extrema diversidade dos modos de “desruralização”. Assinalemos apenas, sem ilustrar de outra forma e sem dar lugar às variações destas tendências gerais, os diversos factores que contribuem para que um *continuum* de graus de pertença local (para transpor uma expressão de Redfield) substitua o que antes de uma outra forma era uma oposição rural/urbano. O abandono da agricultura (ou de uma loja na aldeia) pode ocorrer sem alteração de residência ou à custa de um afastamento sentido como temporário. A emigração laboral é acompanhada por ligações mantidas com a aldeia: participação política, aquisição de determinados produtos (provisões diversas e, na ordem dos consumos fortemente simbólicos, produtos de colheita), manutenção de uma rede de relações, ligações económicas através do património²⁹; esta pode ocorrer a uma distância bastante reduzida de modo a facilitar retornos frequentes. Por outro lado, a generalização da reforma e a experiência do regresso contribuem para relativizar e, em última análise, constituir como parêntesis, para certas categorias de rurais parcialmente desruralizados, o momento da vida urbana. A aldeia permanece um local de afirmação estatutária, complementar ou compensatória da classificação económica e social sobre o terreno urbano, e os sinais de pertença são cuidadosamente cultivados.

Para toda uma categoria de rurais, em vias de urbanização parcial ou temporária, é a experiência de uma dupla cena social que se generaliza, a cena urbana, local de trabalho e de aquisição, e a cena aldeã, local das pertenças simbólicas e das afirmações estatutárias³⁰. Uma das funções importantes da adesão à associação de caça é oferecer um terreno em que esta pertença pode ser afirmada. Assim se precisam o conteúdo e o sentido das relações que o estudo da evolução recente do número de caçadores sugeriu: se a difusão da caça foi paralela à urbanização rápida de França e ao crescimento dos efectivos especialmente elevado nas zonas fortemente urbanizadas, é às características específicas destes processos de desruralização parcial que temos de atribuir.

29. Quando a exploração rural desqualificada se torna menos um capital (que deve ser concentrado nas mãos do explorador) do que um património (valor económico de entesouramento e valor simbólico, mais facilmente indivisível), permite estas manutenções de pertença – a opor às migrações de ruptura de uma população excedentária nas explorações agrícolas que se modernizam.

30. A difusão da propriedade rural nas classes médias e populares, reverso do êxodo agrícola, conduz obviamente à generalização do que foi durante muito tempo um privilégio burguês (coexistência de uma residência urbana e de uma residência rural). No entanto, neste novo caso, a dualidade dos locais de existência é acompanhada pela concorrência dos princípios de hierarquização social; a inserção na sociedade rural proporciona uma classificação social simbólica, a qual pode relativizar a desclassificação social correlativa da urbanização para algumas categorias.

Direito de propriedade, direito de uso, direito de gestão

A análise dos estatutos no interior da associação de caça [*société de chasse*] mostra uma mudança do princípio de propriedade para o princípio de pertença local como grande critério de diferenciação. No funcionamento da associação e na representação social dos direitos dos sócios sobre o território, vemos surgir outra mudança, a tendência para a reivindicação de um direito próprio dos caçadores, justificado pelas exigências e pela preocupação da gestão da caça, e que não se inscreve naturalmente na oposição antiga do direito de propriedade e do direito de uso, durante muito tempo quadro organizador – como pudemos observar – de concepções e de negociações relativas ao direito de caça. A diversidade das relações dos membros da associação de caça com o território (cada vez menos susceptível de redução à polaridade proprietários/camponeses sem terra) explica a redefinição das reivindicações sobre o território.

O fenómeno mais significativo é o carácter minoritário dos camponeses entre os membros da associação (cf. Tabela 2 em anexo). É possível distinguir: o grupo dos agricultores, sobre-representados em relação à sua percentagem na população masculina, mas francamente minoritários no público dos caçadores; o grupo dos pequenos empresários e dos comerciantes, também sobre-representado e que traduz a posição clássica de uma pequena burguesia rural em que a caça é, de há muito, um elemento do estilo de vida; o grupo dos empregados e operários, em que muitos estão ligados (por aliança ou filiação) à categoria dos agricultores (a sub-representação dos operários é explicada pela presença de um grande número de operários imigrados na população da aldeia); por fim, os quadros superiores e os quadros médios são categorias de crescimento recente, cujas referências são urbanas, e estão sub-representados entre os caçadores³¹. Semelhante composição social afecta as representações práticas do direito de caça. Com efeito, subjacentes à definição jurídica do direito de caça e das formas

31. Distinções mais aprofundadas deveriam isolar alguns profissionais liberais, notáveis clássicos da sociedade rural, por exemplo, os médicos ou os farmacêuticos; ou ainda, nos quadros médios, funcionários das repartições públicas locais (correios, impostos), frequentemente em posição de média burguesia local. No entanto, existe aqui uma conjunção de dois movimentos: alterações de composição interna dos grupos (por exemplo, arquitectos e desenhadores ou engenheiros assumindo mais importância do que as antigas profissões da categoria ou, ainda, entre os quadros médios, quadros médios administrativos de empresas ou de repartições públicas vizinhas, instalados na aldeia), por um lado, e, por outro, renovação morfológica e alteração da posição da profissão que, além da simples mudança histórica de gostos, transforma profundamente o comportamento e as atitudes dos seus membros (transformações evidentes, por exemplo, entre os professores primários). Tendencialmente, a transformação ou o desaparecimento de uma média e pequena burguesias rurais pode contribuir para isolar a caça popular, assim mais exposta às críticas dos neo-rurais com filosofia “ecologista” (cf. *infra*).

de aquisição deste direito, encontram-se representações dos direitos dos caçadores no território que se inscrevem nos usos de percursos e no comportamento no terreno, nas reivindicações, na definição prática do que é legítimo e do que não o é. A grande oposição estruturante destas representações foi, durante muito tempo, a do direito de propriedade e a do direito de uso. A concepção de um direito de uso dos caçadores no território municipal adquire toda a sua força quando a divisão essencial do grupo de caçadores é entre um grupo de proprietários e um grupo de rurais, proprietários parcelares ou não-proprietários, mas que trabalham no território ou no município. Indicámos acima características que podiam estar relacionadas com uma representação da caça enquanto exercício de um direito de uso colectivo da área agrícola e podemos considerar que a Lei Verdeille consagrou juridicamente estas representações práticas, conferindo à associação de caça municipal um direito de caça que se sobrepõe ao direito do proprietário (excepto acima de uma determinada superfície)³².

No entanto, esta representação é cada vez mais contrariada pelas realidades da sociedade rural, à medida que vão aumentando, entre os caçadores, os grupos cuja relação com o território municipal se esbate e também à medida que se agudiza a contradição entre o uso agrícola e o uso cinegético do território. A redefinição desta oposição clássica adquire diversas formas. Com efeito, podemos conceber uma aliança dos “locais” (camponeses, rurais e aldeões em vias de desruralização) contra a “intrusão” excessiva de “estrangeiros”: o usufruto comum do território de pertença é constituído como reacção às ameaças de domínio por parte dos urbanos; a lógica da pertença simbólica substitui a lógica antiga do compromisso entre direito de propriedade e direito de uso. Também podemos conceber uma separação tendencial entre os camponeses proprietários e os restantes utilizadores da aldeia, dedicando-se estes à caça nos terrenos do domínio público e em terras não agrícolas. As diversas formas de acordos variam consoante o peso do grupo de camponeses, a área que controlam, o grau de desruralização dos caçadores da aldeia, a composição dos vários grupos de caçadores (e as possíveis alianças entre eles) e o tipo de especialização agrícola das terras.

Estas alterações nas representações práticas do direito dos caçadores no território resultam da relação entre a ligação ao território dos vários grupos de

32. Superfície variável consoante os departamentos, os terrenos e os tipos de caça [J. de Malafosse, 1979]. Os proprietários não recebem renda da associação, salvo em caso de instalações específicas realizadas com vista à caça ou de perda de receitas resultante de uma exploração anterior da caça.

utilizadores e a evolução do recrutamento dos caçadores (uma e outra decorrentes da transformação da sociedade rural).

“Produção” das espécies cinegéticas

Resultantes da alteração das condições de “produção” das espécies cinegéticas, surgem outras transformações, mais específicas. Por tal devemos entender tanto os esforços envidados, nomeadamente o ordenamento do território, com vista a favorecer a manutenção e a reprodução da fauna “natural”, como as acções de repovoamento (largadas de animais de reprodução) ou de introdução directa de caça (largadas de animais a abater)³³. Todas estas medidas, necessárias devido à crise na reprodução “natural”, conduzem a uma racionalização da produção das espécies cinegéticas, que surge cada vez mais como uma produção específica, organizada ou subsidiada pelos caçadores, e menos como um recurso disponibilizado livremente pela natureza.

Do mesmo modo, a contradição é sentida de forma cada vez mais intensa e constantemente deplorada nas declarações dos caçadores e nas publicações especializadas, entre as condições de cultura (emparcelamento, mecanização, utilização crescente de tratamentos químicos, pesticidas e insecticidas) e as condições de reprodução da fauna. Um exemplo extremo desta contradição e da racionalização da produção das espécies cinegéticas é o regime de indemnizações dos agricultores por danos provocados pela caça: este sistema inscreve num circuito económico (subsídios directos aos agricultores por parte dos caçadores, os quais se responsabilizam pelos danos provocados pela caça, sobretudo os javalis nos milheirais, em troca de uma renúncia dos agricultores ao seu direito de protecção contra estas destruições)³⁴ a ideia de que são os caçadores que subsidiam a “produção” da sua caça. O mesmo sucede, e por maioria de razão, quando as espécies criadas em cativeiro (nomeadamente faisões e patos-reais) aumentam: esta produção é registada como despesa no

33. A caça criada em cativeiro (nomeadamente faisões e patos-reais) é, na maior parte dos casos, largada uns dias antes da caçada; a caça para reprodução, frequentemente importada, é largada no fim da época venatória, de modo a poder reproduzir-se antes da abertura da época seguinte. São cada vez mais as condições de introdução e de criação que fazem a distinção entre estes dois tipos de caça.

34. O *Office national de la chasse* indemniza os agricultores vítimas de danos provocados pela caça grossa (veados, cabritos-monteses e, sobretudo, javalis). Esta rubrica é a segunda mais importante no orçamento desta entidade, depois da do pagamento dos guardas nacionais (mais de 30 milhões de FRF em 1980). Não referimos aqui as contradições secundárias entre caçadores de caça miúda, cujas quotas alimentam o fundo de indemnização, e os caçadores de caça grossa, indirectamente beneficiários deste sistema de subvenção da caça.

orçamento das associações de caça, fomentando assim a tomada de consciência³⁵. É a generalização para a caça popular de condições de exploração cinegética outrora limitadas às coutadas da burguesia. No entanto, a primeira provoca uma contradição que não existe na propriedade de caça burguesa: nesta, os interesses e as exigências da exploração agrícola são claramente subordinados aos da exploração cinegética³⁶. Na caça aldeã, a contradição é agudizada pela dissociação entre o grupo de caçadores e o grupo de agricultores. Esta contradição apresenta uma acuidade que varia de acordo com o grau de modernização e de concentração da agricultura, mas está presente em todo o lado, uma vez que resulta da racionalização do processo de criação das espécies cinegéticas. Tal dá azo à ideia de um direito próprio dos caçadores sobre a caça, que assenta no seu papel na gestão, produção e protecção deste recurso. É de notar que é a realidade social destas representações (registada no orçamento da associação de caça e traduzida em representações e reivindicações), mais do que a realidade biológica e ecológica das condições de reprodução das espécies, que devemos ter aqui em consideração.

Semelhante racionalização tem duas séries de consequências: aumenta a contradição entre agricultores (tanto mais que estão mais modernizados) e caçadores (tanto mais que estão mais próximos dos rurais “descampesinados” e mais agarrados a uma agricultura antiga, sentida – sentimento redobrado pela idealização nostálgica – como mais favorável à reprodução da caça) e confere um novo conteúdo à oposição entre direito de propriedade e direito de uso: este, outrora direito de rurais pobres num território submetido a caçadas colectivas, justifica-se agora como direito dos gestores (e, tendencialmente, dos produtores-protectores) de um recurso raro, a caça, cujas condições de reprodução são cada vez mais independentes da agricultura. Passámos de uma situação em que, em última análise, o camponês era visto como o produtor da caça para uma situação em que é o caçador – cada vez menos o camponês – que é visto como o seu proprietário³⁷. Esta representação insere-se nos termos da Lei Verdeille, a qual

35. Por exemplo, em F., o orçamento para a compra de espécies cinegéticas representa mais de dois terços das despesas da associação (mais de 20 000 FRF, num total de mais de 30 000 FRF em 1977).

36. O exemplo das coutadas da Solonha é conhecido: a agricultura tem aí uma função secundária [J. Hesse, 1979; artigos de J. Mirloup e M. Aucante].

37. A concepção jurídica tradicional da caça como *res nullius*, que constitui um direito do caçador contra as reivindicações do proprietário do terreno, contradiz aqui as representações provenientes do ordenamento da caça e da gestão racional dos recursos por parte dos caçadores.

prolonga e legaliza um direito de uso antigo de um recurso natural, na nova linguagem da gestão. No entanto, este direito é simultaneamente relativizado, uma vez que se enquadra na série das várias reivindicações de uso do território (passeio, espectáculo, educação) e das diferentes concepções de manutenção e composição da fauna “natural”³⁸, com as quais entra em concorrência. A alteração destas representações práticas, ligada à transformação da agricultura e à racionalização da gestão dos recursos cinegéticos, conduz à extinção da imagem camponesa da caça como recolha (sobre o modelo da colheita) de recursos livremente disponibilizados. Para fazermos a distinção sistemática das dimensões analíticas que as observações acima provocam, podemos dizer que as alterações descritas implicam, na transformação da caça camponesa tradicional em caça moderna, três tipos de alterações: o primeiro homólogo à passagem de uma economia fechada (a caça como produto do território) para uma economia de troca (compra da caça, monetarização); o segundo, à passagem de uma actividade de colheita (a caça como recurso natural, sem produtor) para uma economia de produção (racionalização da produção da fauna, natural ou seminatural); o terceiro, à passagem de uma economia de trocas entre produtores sem divisão do trabalho (todos os caçadores, mais ou menos, agricultores ou em estreita relação com o território rural) para uma economia com especialização estreita e diferenciação dos interesses (camponeses/outros, camponeses/caçadores), autonomização e constituição de interesses específicos, potencialmente geradores de conflitos.

Funções expressivas da prática

A prática da caça, com a sociabilidade desenvolvida em torno dela (convívios, refeições, relatos), é uma ocasião privilegiada de expressão de valores *viris*. Tal é especialmente verdadeiro no tocante à caça popular, já que a caça burguesa se insere noutro sistema de valores. No entanto, convém questionarmo-nos sobre como se conciliam estes valores com o novo sistema de justificações que a caça tem de adoptar para se integrar na série de actividades que entram em concorrência para a utilização do quadro natural.

A frequência da prática consoante a idade opõe, de acordo com a mesma estrutura, aldeias, vilas e cidades, regiões de forte difusão e regiões de fraca difusão. Por exemplo, se compararmos os caçadores de um município rural de um departamento com uma percentagem de prática elevada e os de um

38. O agrupamento dos terrenos de caça é justificado na Lei como forma de facilitar a gestão cinegética.

município urbano de um departamento com uma percentagem de prática reduzida (cf. Fig. 6 em anexo), observamos um recrutamento que abrange todas as idades no primeiro caso e concentrado em grupos etários médios (35-44 anos e 45-54 anos) no segundo. Estes dois perfis de distribuição verificam-se, com diversos graus de nitidez, em todos os casos que compõem a nossa amostra³⁹. Por um lado, a caça é um sinal de acesso à maturidade viril; por outro, um sinal intimamente associado ao poder social. Na classe popular, é privilegiada a expressão de valores de honra (culto das armas, da camaradagem e da rivalidade masculinas – pequeno grupo na caça de salto, grupo maior na caça de batida – durante a caçada e depois). A caça burguesa presta-se à simbolização do poder social: afirmação de um direito num território que adiciona à propriedade burguesa o prestígio da munificência aristocrática (liberalidade manifestada nos convites); afirmação e ostentação da autoridade social na acção de caça, que decorre sempre numa relação de serviço entre o caçador e vários auxiliares (guardas e batedores)⁴⁰. Este é também um momento privilegiado para estabelecer e estreitar relações entre grupos diferentes da burguesia (a codificação estrita da conversa, o carácter ritual dos temas abordados, a especialização dos interesses e das paixões em torno da caça têm como função, na sociabilidade desenvolvida nesta actividade, evitar a expressão de dissensões ou de diferenças de opiniões políticas ou filosóficas). Através de uma hospitalidade com aparência de gratuidade, a caça burguesa permite agradecer serviços e estabelecer relações úteis, tornando possíveis a negociação e a celebração de negócios⁴¹. Por um lado, na sua forma popular, a caça é uma prática festiva de integração do grupo dos homens; por outro, na sua forma burguesa, é uma

39. Existem outros indícios que vão no mesmo sentido: a idade dos candidatos ao exame (1978), por exemplo. Verifica-se uma maioria de candidatos jovens nos departamentos em que predomina a caça popular (70% de indivíduos com 19 anos ou menos nos Alpes da Alta Provença) e uma maioria de candidatos de meia-idade num departamento com recrutamento burguês (28,5% de 30-39 anos e 15% de 19 anos ou menos no Baixo-Reno).

40. No complexo de valores expressos neste tipo de caça, poderíamos estabelecer uma polaridade entre valores propriamente aristocráticos (codificação, de acordo com o *ethos* da honra cavalheiresca, do afrontamento com a caça, culto do exercício desportivo na aproximação e na perseguição, privilégio atribuído aos animais de prestígio – caça grossa) e valores propriamente burgueses, que resultam mais da lógica do consumo ostensivo (*vide* culto do quadro de caça).

41. Momento ritualizado de convites para jornadas ou fins-de-semana, a caça permite encontros longos, ao invés de interações mais breves associadas a outros desportos. De acordo com uma sondagem da *Who's Who* (n=175), a caça vem imediatamente a seguir aos desportos mais citados (tênis, esqui, natação, vela, golfe, aeronáutica). A caça é praticada com bastante frequência pelos altos funcionários, por um lado, e pelos industriais e empresários, por outro, o que basta para indicar o seu papel no convívio social (pois o desporto declarado na *Who's Who* tem valor indicativo dos contextos de encontro possíveis).

prática de integração de fracções da burguesia que prolonga e diversifica as relações e se insere na lógica de consolidação da posição social.

Se a caça popular tem esta função simbólica, não é por simples prolongamento da caça camponesa. Na sociedade rural tradicional, a caça, reconhecida e aceite, é-o apenas como ocupação devidamente situada no tempo da vida (praticada intensamente sobretudo pelos mais jovens e pelos mais velhos), no ciclo das actividades (momentos mortos do calendário agrícola) e limitada na sua duração. Dois excessos inversos permitem, por efeito de frustração, fixar os limites admissíveis: lazer burguês característico dos ociosos ou expediente de camponeses pobres que vivem da colheita e da apanha, são as duas figuras da caça condenadas em nome de uma moral do trabalho; excluída como lazer de ricos (passatempo de fidalgo provinciano ou de proprietário rendeiro) ou expediente de pobres, é apenas admitida como prática moderada e circunscrita. É necessário que a moral camponesa do uso do tempo se atenuie (à medida que os praticantes vão ficando mais libertos da condição rural) e que se difunda a concepção urbana e burguesa de lazer, para que possa ser praticada como actividade desportiva mais longamente cultivada. Esta condenação difusa dos perigos de uma ocupação que se pode tornar numa paixão exclusiva explica que, na sociedade camponesa, a prática intensa de certas caças (as que requerem mais tempo, longas esperas ou longas perseguições na caça de salto) tenda a ser a especialidade daqueles em quem menos pesa a obrigação do trabalho: os mais novos e os mais velhos. Para os homens maduros, está apenas circunscrita a momentos precisos e, frequentemente, a momentos de convívio (a ritualização e a delimitação temporal permitem evitar os excessos de uma paixão que poderia desviar do trabalho)⁴². Parece que as funções expressivas da caça popular (fornecer um terreno de afirmação aos valores de honra) se acentuam, como se a burocratização da existência (experiência dos rurais em vias de urbanização) impelisse a constituir zonas de refúgio em que se exprimem valores ameaçados, mas remanescentes. As transformações da esfera profissionalizada da existência

42. Da condenação difusa de uma ocupação burguesa permanece a ideia, frequente nos caçadores de classe popular, de que a caça ou recursos anexas – nomeadamente garantidos pela colheita de mirtilos, por exemplo, no Vivaraís – devem cobrir parte dos custos da caça (licença e cartuchos, designadamente). A intensidade dos conflitos em torno do tempo de caça (dias autorizados, tempo passado por diversos caçadores) não virá do facto de esta questão permitir realçar a desigualdade do tempo disponível (oposições entre agricultores e rurais descampesinados, com mais liberdade de tempo, por conseguinte acusados de punções excessivas de caça)? A propósito da condenação da caça praticada em excesso por parte dos camponeses, atentemos no provérbio, citado por F. Mistral em *Trésor du Félibrige*, “nunca um caçador alimentou o progenitor”.

são acompanhadas pela manutenção, no lazer, de elementos de modos de vida antigos, que adquirem um novo significado (reacção às alterações da divisão do trabalho entre sexos, à racionalização da existência experimentada através do contacto com universos profissionais burocráticos ou com grandes organizações industriais).

Com a abertura acrescida da sociedade aldeã, a diversificação das utilizações do território rural, a degradação da definição habitual dos usos e das frequentações da área agrícola, ao nível local, e, ao nível global, a definição de um sistema de usos do quadro natural em que a caça se tem de inserir (actividades de gestão do meio ambiente), instaura-se e institucionaliza-se um conflito de modos de consumo da natureza, o qual se reflecte na caça (condenações externas, questionamentos e reestruturação interna das justificações). A caça popular está directamente sujeita a este questionamento do qual a caça burguesa se encontra protegida: antes de mais, pela vedação e apropriação privada dos espaços em que é exercida; depois, porque pode ajustar mais facilmente – ao nível ideológico – as preocupações de protecção da fauna associadas à gestão de uma caça privada com um novo discurso sobre a natureza como capital económico, estético e científico [cf., por exemplo, F. Sommer, 1973]. Verificam-se duas séries de críticas e, conseqüentemente, duas séries de reivindicações distintas que visam a caça. Uma é decorrente da concorrência dos direitos de uso: conflitos entre caçadores e residentes secundários, caçadores e passeantes, na coexistência prática no espaço campestre. A outra, mais radical, apresenta dois lados: antes de mais, a condenação moral do conjunto de atitudes que associamos à caça (belicismo, sadismo). É um caso interessante e inesperado da vontade de reforma e de emenda característica da relação das classes médias e superiores com as classes populares⁴³. Em seguida, a condenação “racional”, em nome do valor estético e científico do “capital” natural (como objecto de observação, leitura e contemplação), da necessidade de manter o seu equilíbrio, defendida contra os prejuízos causados pelas destruições dos caçadores⁴⁴.

Estas condenações ilustram certamente o modo como os estilos de vida se opõem numa luta radical. Contudo, esta oposição adquire uma nova forma

43. Cf. S. Ranulf [1964] e J. R. Gusfield [1963] para exemplos completamente diferentes.

44. O sentido da temática ecologista varia consideravelmente de acordo com as oposições sociais em que é invocada (classes médias intelectuais urbanas contra proprietários burgueses acusados de monopolizar o território rural ou classes médias urbanas que afirmam os seus direitos de residentes secundários contra os caçadores rurais, para as configurações mais clássicas).

quando é enunciada, já não na linguagem da moral ou da estética, mas na da ciência – a “ecologia” como “ciência” do meio natural, relações com esse meio e, por extensão, fundamento de regras de conduta e de uma moral. Os antagonismos são agudizados devido ao fim da homogeneidade cultural da sociedade rural, apoiada sobretudo por uma pequena burguesia rural (comerciantes da aldeia, funcionários públicos locais, perfeitamente integrados na vida da aldeia, praticantes pequeno-burgueses da caça). A alteração da categoria dos professores primários – do pequeno notável local, amigo do povo, leitor do *Chasseur français*, para o amigo da natureza de sensibilidade ecologista – é um exemplo privilegiado de redefinição da pequena burguesia rural⁴⁵. Actualmente, coexistem dois grupos (por um lado, camponeses e rurais descampesinados, classes médias tradicionais da sociedade rural – artesãos, comerciantes; por outro, novas profissões, técnicos, executivos) que se opõem nas suas definições do espaço campestre, do futuro da aldeia e das utilizações da natureza. Daí a situação de contradição de uma prática obrigada a justificar-se com valores estranhos à sua lógica: os caçadores devem integrar, nas imagens de si próprios que transmitem para o exterior e nas que interiorizam, as preocupações da gestão competente de um património (predação racional, contemplação competente do espectáculo da natureza, etc.)⁴⁶. Estes valores, estética do espectáculo natural e economia dos recursos naturais, são profundamente estranhos aos valores, antes de mais éticos, que são valorizados na caça popular pelos seus praticantes.

Privilegiámos aqui as condições de exercício da actividade decorrentes da relação com a sociedade rural e com o território campestre. Uma investigação sociológica também teria podido incidir em aspectos mais específicos da caça: as condições de difusão das espécies animais selvagens e a sua relação com a estrutura da propriedade, com os modos e os tipos de cultura; o efeito das preocupações dos caçadores sobre o ordenamento das paisagens rurais (traçado dos trilhos nas florestas, implantação de espaços e de vegetação para atrair e fixar a caça, instalação de locais de espera). Estas relações da caça e do ambiente natural pertencem a uma sociologia do ordenamento do meio ambiente. Por outro

45. Encontramos movimentos homólogos ao nível dos manuais de leitura, que traduzem a crise de legitimidade da caça. Esta, não há muito tema obrigatório dos manuais e quadro reconhecido de uma forma de descoberta da natureza, tende a desaparecer dos manuais mais recentes.

46. Seria necessário estudar, assim, de que modo as entidades de defesa da caça (por exemplo, o Comité Chasse-Nature) elaboram, para dar resposta às críticas dos opositores da caça, uma imagem e uma moral do caçador, que invocam novos valores estéticos e morais dominantes expressos na sensibilidade ecologista (indistintamente *ethos*, *ithos* e *pathos*), a qual também traduz a emergência de uma regulação das relações com a natureza física e biológica.

lado, a evolução da população dos caçadores (racionalização e burocratização do recrutamento, demografia da população dos praticantes), as transformações dos modos de iniciação à caça (da aprendizagem por familiaridade à aprendizagem quase escolar certificada por exame) pertencem a uma sociologia dos modos de regulação e de gestão de uma população, bem como a uma sociologia das formas de transmissão de saberes naturalistas. Por fim, as formas de elaboração e de fixação das técnicas de caça (das técnicas de abate às técnicas desportivas codificadas), as formas de divisão do trabalho que pressupõem e a especialização social destas técnicas poderão pertencer a uma sociologia das práticas e da sua elaboração.

A abordagem do nosso estudo – comparação das hipóteses sugeridas pelas particularidades da difusão da caça e pelo estudo do funcionamento e do recrutamento local das organizações de caçadores – traz, antes de mais, ensinamentos sobre as transformações da sociedade rural. Sugerimos que a estrutura urbana e a forma das relações cidade/campo, os modos de intercâmbio entre as aldeias e a rede urbana, a estrutura social da população rural eram traços determinantes da difusão da caça. O que a evolução actual da caça parece revelar é a especificidade dos modos de descampesinação e de desruralização: a inércia das pertenças mantidas é testemunho da atenuação da rigidez da oposição rural/urbano e pode ser relacionada com as particularidades da emigração rural (nomeadamente em relação à distância no espaço geográfico e à duração no ciclo de vida). Do mesmo modo, enquanto área de expressão de valores ameaçados nas outras esferas da existência, a caça testemunha limites da aculturação urbana e da burocratização profissional: a sociedade aldeã, não completamente abandonada do facto do carácter parcial, eventualmente temporário, da migração, mantém um papel de lugar de expressão, de cena secundária, que vai além da simples compensação lúdica. Por fim, a competição pelo acesso ao território confirma o carácter determinante do conflito entre um direito de propriedade e um direito de uso, portanto, da dialéctica entre os modos de consolidação do direito de propriedade e os modos de afirmação de um direito de uso. O que parece novo é a passagem da função técnica de um direito de uso (direito de abate) para a sua função simbólica como sinal de pertença, bem como a generalização e o conflito dos direitos de uso, que escapam à lógica camponesa da determinação dos direitos de exploração da área agrícola para entrar na lógica do conflito entre definições rurais e definições urbanas dos usos do território rural. Através das transformações da caça, surge um exemplo privilegiado da contradição crescente dos usos do espaço rural [J.-C. Chamboredon, 1980]. Esta

contradição, que poderíamos sentir-nos tentados a atribuir a razões técnicas (influências mais fortes e mais longas das formas de exploração produtiva do território) ou a puras razões morfológicas (aumento da densidade da frequência), parece adquirir toda a sua força quando resulta de uma dissociação dos grupos que utilizam o quadro rural, como sucede quando desaparece o domínio camponês na sociedade rural e a homogeneidade desta sociedade. No entanto, estes conflitos de direitos de uso de um novo género apresentam uma originalidade: opõem concepções da utilização do quadro natural e definições do modo de ordenamento. Em última análise, a natureza surge como uma questão negociada entre diferentes categorias de utilizadores: importa menos a área de influência efectiva – limitada – da negociação do que o facto de ser constituída como objecto de debates uma série de características da paisagem, outrora consideradas consequências evidentes dos modos de exploração rural do território. As transformações da caça ilustram a constituição e a ascensão de uma política da natureza: a “naturalização” do quadro natural, resultado de um processo histórico [J.-C. Chamboredon, 1980], está a par de uma “politização”, no sentido em que a “questão natural” como problema do quadro natural (numa acepção mais restrita do que a empregue por S. Moscovici, 1968), da sua gestão, do seu ordenamento e do seu consumo, se torna objecto de debates e conflitos.

Bibliografia

- BELLECROIX, E. 1875. *La Chasse pratique*. Paris, F. Didot, 404 p.
- BOZON, M., J.-C. Chamboredon. 1979. *Éléments d'une sociologie des chasseurs*. Paris, Laboratoire des sciences sociales ENS, 151 p. multigr.
- CHAMBOREDON, J.-C. 1980. “Les usages urbains de l'espace rural : du moyen de production au lieu de récréation”, *Revue française de sociologie*. XXI (1): 97-119.
- CHAMBOREDON, J.-C., M. Bozon, J. L. Fabiani. 1978. “Sociologie de la chasse : modes de loisir et modes de consommation de la campagne”, Paris, Laboratoire des sciences sociales de l'ENS, 50 p. multigr.
- DAINVILLE, F. de. 1958. “Chasseurs et pêcheurs de France”, *Études*, CCXCVIII, jul.-set.: 17-38.
- DAUMIER, H. 1975. *La Chasse et la pêche*. Paris, Vilo (André Sauret).
- DUPEUX, G., A. Lancelot. 1966. *Atlas historique de la France contemporaine 1800-1965*. Paris, A. Colin, 235 p.
- GUILBAUD, J. 1976. *La Chasse et le droit*. Paris, Librairies techniques, 733 p. (10.^a ed.).
- GUSFIELD, J. R. 1963. *Symbolic Crusade: Status Politics and the American Temperance Movement*, Urbana, University of Illinois Press, 198 p.

- HESSE, J., ed. 1979. *Sologne*. Paris, Berger-Levrault, 202 p.
- LEFRANÇOIS, M. 1977. *Contre la chasse*. Paris, Stock, 285 p.
- LORENZ, K. 1969. *L'Agression, une histoire naturelle du mal*. Paris, Flammarion, 317 p. (trad. do alemão, V. Fritsch).
- MALAFOSSE, J. de. 1979. *Droit de la chasse et protection de la nature*. Paris, PUF, 482 p.
- MINISTÈRE DE LA CULTURE ET DE L'ENVIRONNEMENT. 1978. *Environnement et cadre de vie. Dossier statistique*. Paris, La documentation française, t. 1, 214 p.; t. 2, 280 p.
- MIRLOUP, J., M. Aucante. 1979. "Chasseurs et braconniers", in J. Hesse, ed., *Sologne*. Paris, Berger-Levrault, 202 p.
- MOSCOVICI, S. 1968. *Essai sur l'histoire humaine de la nature*. Paris, Flammarion, 605 p.
- OFFICE NATIONAL DE LA CHASSE. 1976. *Bulletin*, 5 (n.º especial), 83 p.
- PHÉBUS, G. 1971. *Livre de chasse*. Karlshomn, E. G. Johanssons Boktryckeri (Cynegetica XVIII), editado por G. Tilander, 453 p.
- RANULF, S. 1964. *Moral Indignation and Middle-Class Psychology*. New York, Shockens Books (1.ª ed. 1938)
- SOMMER, F. 1973. *La Chasse et l'amour de la nature*. Paris, R. Laffont, 237 p.

5. ESTILOS DE VIAGEM, MODOS DE PERCEÇÃO DA PAISAGEM, ESTEREÓTIPOS REGIONAIS NAS NARRATIVAS DE VIAGEM E NOS GUIAS TURÍSTICOS.

O EXEMPLO DA PROVENÇA
MEDITERRÂNICA (FINAIS DO
SÉCULO XVIII – INÍCIOS DO
SÉCULO XX).

ENSAIO DE SOCIOLOGIA DA
PERCEÇÃO TURÍSTICA

CHAMBOREDON, Jean-Claude, e Méjean, Annie, 'Styles de voyage, modes de perception du paysage, stéréotypes régionaux dans les récits de voyage et les guides touristiques : L'exemple de la Provence Méditerranéenne (fin XVIIIe-début XXe). Essai de sociologie de la perception touristique', in *Territoires*, ed. por Marcel Roncayolo, Éditions Rue d'Ulm (Paris, 1985), pp. 101-192.

ANOTAÇÕES DE LEITURA

Patrícia Pereira*

“Estilos de viagem, modos de percepção da paisagem, estereótipos regionais nas narrativas de viagem e nos guias turísticos. O exemplo da Provença mediterrânica (finais do século XVIII-inícios do século XX). Ensaio de sociologia da percepção turística” resulta de uma pesquisa realizada por Jean-Claude Chamboredon e Annie Méjean consagrada à análise e problematização das percepções veiculadas em narrativas e guias de viagem tendo a Provença como estudo de caso empírico. O texto circulou e foi discutido no Seminário *Territoires*, organizado pelo geógrafo Marcel Roncayolo entre 1981 e 1983 no recém-criado Laboratoire de Sciences Sociales da École Normale Supérieure de Paris, e publicado na revista *Territoires* em 1985¹. Mais recentemente, em 2016, Roncayolo incluiu-o na obra *Territoires*, na qual recolheu trabalhos debatidos no seminário².

Nesta colectânea de textos de Chamboredon, apresentamos a primeira parte do trabalho (um estudo genealógico da atitude de contemplação turística decorrente da análise aprofundada, minuciosa e inspirada de um número considerável de relatos de viagem na Provença escritos na sua maioria entre o final do século XVIII e o início do século XIX) e as últimas páginas dessa longa reflexão, que funcionam como notas finais, retomando alguns dos pontos mais

.....
* CICS.NOVA,
NOVA FCSH.

.....
1. Chamboredon, Jean-Claude, e Méjean, Annie, 'Styles de voyage, modes de perception du paysage, stéréotypes régionaux dans les récits de voyage et les guides touristiques : l'exemple de la Provence méditerranéenne (fin XVIIIe-début XXe). Essai de sociologie de la perception touristique', *Territoires*, 2 (1985), 1-105 (Versão original).

2. Roncayolo, Marcel, ed., *Territoires* (Editions Rue d'Ulm, 2016).

relevantes em discussão. Por traduzir fica a segunda parte, onde são analisados estes relatos de viagem, em conjunto com guias turísticos da primeira metade do século XX, e fixada a imagem social da Provença neles contida. A riqueza conceptual da primeira secção do trabalho ditou a sua escolha para inclusão neste volume de introdução da obra de Chamboredon ao público de língua portuguesa, pois tomámos o partido de privilegiar o debate em torno das principais contribuições teórico-conceptuais do autor em detrimento das análises empíricas. Incluir todo o texto, cerca de 100 páginas, seria renunciar ao equilíbrio deste volume e ao seu carácter introdutório e pedagógico.

“Estilos de viagem...” é construído conceptualmente em torno da ideia de construção social das imagens de um território, a partir de diferentes tipos de narrativas e guias de viagem produzidos antes da massificação do turismo. A noção de imagem surge em contraposição à de pertença: distinguem-se as imagens do território – construídas a partir da percepção de visitantes de fora com a intenção de serem tornadas públicas e disseminadas – e da socialização dos indivíduos nos grupos territorializados, que suscita sentimentos de pertença. Os autores enfatizam que essas representações cristalizadas e estereotipadas, que operam ao nível simbólico, organizando a atenção e a percepção, mas também a nível da memória colectiva, actuam não só sobre os visitantes mas igualmente, até certo ponto, sobre os habitantes locais.

Chamboredon e Méjean procuram com este estudo desenvolver “uma sociologia histórica dos estilos de percepção das paisagens e das formas de relação com o território, no caso específico da relação turística” (p. 132). Oferecem ao leitor um estudo genealógico da atitude de contemplação turística, organizado em quatro estilos distintos de viagem que delimitaram as práticas turísticas até ao advento do turismo de massas, o qual trouxe consigo profundas transformações nas formas de viver essa experiência: 1) a viagem do mundano, que procura antes de mais o convívio com a sociedade/elite local e está atento às oportunidades de encontro e aos ritos colectivos; 2) a viagem do erudito ou, de modo mais especializado, do antiquário interessado em vestígios históricos e monumentos artísticos; 3) a viagem do artista, que privilegia a composição da paisagem enquanto cena e a representação idealizada da figura humana enquanto elemento

da paisagem; e por fim 4) a viagem do observador social ou observador-filósofo, que privilegia o estudo dos recursos da região e do seu modo de valorização. Esta tipologia é estruturada por um eixo em que se opõem os interesses político-económicos do observador social e as curiosidades “desinteressadas” do artista e do mundano, passando estas últimas, com a introdução dos guias de viagem, a dominar as narrativas e representações sobre os territórios a visitar, aqui plenamente ilustrado no caso da Provença.

O exame de relatos e guias turísticos permite aos autores clarificar as transformações que a imagem da região sofre no processo que a constitui como objecto de consumo turístico.

A actualidade deste texto pode declinar-se em três problemáticas distintas, mas interligadas. Chamboredon e Méjean relevam a importância do processo de dissociação entre espaços produtivos e espaços para consumo turístico. Esta dissociação e especialização pode ser hoje identificada em áreas rurais por toda a Europa. Adicionalmente, assistimos a um agudizar desta realidade em cidades e metrópoles, nomeadamente as do Sul e do Mediterrâneo, onde os centros históricos se especializam em actividades ligadas ao turismo, caracterizadas pelo trabalho precário e baixos salários, enquanto o quotidiano local e produtivo decorre noutros lugares, acentuando vários tipos de desigualdades à escala metropolitana.

Os processos de naturalização das paisagens definidas como “a ver”, ao obliterar imagens de usos produtivos enraizados nas paisagens, facilitam a sua apropriação especulativa para o consumo turístico, assim como a sua museificação. A paisagem, enquanto espectáculo estético, como elemento natural e não como terra cultivada ou utilizada produtivamente de outras formas, emerge como finalidade essencial da viagem. Esta questão aproxima-se de uma das problemáticas clássicas desenvolvidas por Chamboredon, cuja pertinência não tem enfraquecido: as novas formas de oposição cidade/campo, objecto principal dos capítulos 3 e 4 desta colectânea, em que o autor dá conta das formas como os mundos rural e urbano se vão aproximando e como o campo se constitui em cenário secundário da urbanização.

Já no final do texto, os autores introduzem a dimensão ideológica, nomeadamente a questão da despolitização no que diz respeito à imagem do temperamento regional. Da análise dos documentos

emerge a convicção dos autores de que se trata de um processo de construção de uma imagem social não apenas da paisagem, mas também do povo que a habita: uma imagem fatalista e bonacheirona, que actua como barreira relativamente à manutenção da memória das rebeliões culturais e políticas. Problematizar processos de despolitização é relevante para uma Sociologia do Território em vários domínios. Em particular, este da construção colectiva de representações e memórias – em que se associam diferentes espaços a determinadas populações e acontecimentos, em detrimento de outros –, conduzindo a uma desigual hierarquização dos lugares e a uma invisibilização de certas actividades e de grupos sociais específicos.

ESTILOS DE VIAGEM, MODOS DE PERCEPÇÃO DA PAISAGEM, ESTEREÓTIPOS REGIONAIS NAS NARRATIVAS DE VIAGEM E NOS GUIAS TURÍSTICOS. O EXEMPLO DA PROVENÇA MEDITERRÂNICA (FINAIS DO SÉCULO XVIII – INÍCIOS DO SÉCULO XX). ENSAIO DE SOCIOLOGIA DA PERCEPÇÃO TURÍSTICA

Comparar relatos de viagem na Provença de finais do século XVIII (com alguns testemunhos anteriores) até inícios do século XX permite acompanhar o processo de constituição da imagem turística de uma região, paralelamente à elaboração de um estilo de contemplação turística. Não pretendemos ser exaustivos, nem no *corpus* dos textos estudados, nem na série das descrições de lugares comparadas. A amostra de textos foi reunida com o cuidado de privilegiar a variedade dos estilos de viagem e não de se limitar à homogeneidade de um género (o guia turístico, por exemplo). A primazia concedida às narrativas ou aos relatos em relação aos guias deve-se ao facto de estes – eclécticos, com o intuito de alimentar diferentes curiosidades possíveis dos seus utilizadores – deixarem ver com menor nitidez a variação social dos estilos de viagem, que melhor se lê em obras marcadas pelas opções, de observação e de percepção, de interesse e de gosto, associadas a um determinado tipo de viajante¹. A selecção cronológica permite situar a viragem pré-romântica e romântica da viagem

1. A lista e as referências completas das obras que constituem o *corpus* estudado encontram-se na bibliografia final, sendo as referências destes textos indicadas de forma simplificada nas notas que acompanham as citações. O mesmo sucede relativamente às remissões para estudos sobre a história da viagem e do turismo, recenseados numa secção distinta da bibliografia. O presente texto retoma, alterando-o, um trabalho divulgado em Janeiro de 1983 sob a forma dactilografada (*La Constitution du regard touristique: l'exemple de la Provence méditerranéenne*, 68 p. + 3 mapas) e debatido numa sessão do seminário "Territoires" (1983-1984). Agradecemos a J. Boutier (Biblioteca Nacional de França), Ph. Boutry, J. Brun e Y. Chauviré (Universidade Paris 1), M. Collot, J.-L. Fabiani, C. Jacob (Biblioteca Nacional de França), F. Lestringant (Universidade de Mulhouse), J.-Ph. Mathy, D. Nordman (CNRS), P.Y. Pétilion, M. Roncayolo, H. Théry (CNRS), J. Verger e F. Weber (INRA) a disponibilidade e as críticas. Agradecemos também a Irene Paillard, conservadora da Biblioteca Nacional de França, por nos ter auxiliado nas pesquisas bibliográficas. Nicole Ruster soube dactilografar as várias versões deste texto, com a destreza e a precisão que lhe são habituais. [As referências completas dos textos citados encontram-se nas Referências bibliográficas.]

numa continuidade que possibilita uma melhor compreensão da variedade das formas de viagem e, também, o estudo da “pré-história” do guia turístico. Quanto aos lugares, seleccionámos (tendo como pano de fundo uma descrição rápida da transformação de toda a rede turística e do mapa dos ex-líbris) alguns exemplos que nos pareceram esclarecedores para observar a transformação de cidades ou aldeias em estâncias turísticas ou a individualização progressiva de uma zona a que as descrições atribuem, com uma intensidade crescente com o passar do tempo, características naturais distintivas. Começaremos por estudar a variação dos estilos de viagem (categorias de percepção e estrutura dos interesses), antes de analisarmos a evolução da rede turística, tal como revelada nestas narrativas, e de seguirmos, nalguns casos, a lógica da transformação dos lugares em objectos turísticos.

A primeira parte do estudo (que tem igualmente a função de crítica das fontes para a segunda, uma vez que explicita determinadas escolhas de estilo das descrições utilizadas como documentos) permite analisar a formação de um estilo de consumo turístico antes de os guias turísticos o generalizarem, fixando-o como um modelo relativamente estável. Procuramos realizar um estudo genealógico da atitude de contemplação turística, constituída durante o século XIX e a primeira metade do século XX, a partir de estilos de viagem distintos, e do modo como se estruturam as práticas turísticas até às transformações introduzidas pelo advento de um turismo “de massas” após a década de 1950 (grandes empreendimentos; extensão e difusão da frequência das zonas turísticas da região). Assim, este estudo visa desenvolver uma sociologia histórica dos estilos de percepção das paisagens e das formas de relação com o território, no caso específico da relação turística. A segunda parte tentará mostrar, tomando como referência privilegiada o momento em que o objecto turístico é constituído, os principais traços da imagem social de uma região. É um elemento de uma sociologia das imagens do território regional. Supomos, com efeito, que apreendemos, a partir das descrições das narrativas e dos guias de viagem, de forma cristalizada e com elevado grau de estereotipização, as percepções impostas que funcionam como formas simbólicas organizadoras da atenção, a percepção e a memória dos indivíduos, dos visitantes e, até certo ponto também, dos habitantes autóctones, que são estruturantes na relação com a região [*pays*]ⁱ. Se há uma fenomenologia da percepção do espaço, também

i. Chamboredon escreve *pays*, referindo-se a *região*, neste caso a Provença. Sempre que o autor utiliza *pays* neste sentido, é traduzido por *região*. [N.E.]

existe uma história social da formação e da difusão dos modelos perceptivos. Aprender estes modelos nos guias de viagem não é negar que possam surgir de outra maneira noutras formas culturais (narrativas, dissertações, descrições eruditas, “estatísticas”, tratados e manuais geográficos, obras literárias), nem afirmar que qualquer percepção individual se limita a repeti-las. Supomos apenas que o grau de estereotipização é maior nestas obras, de tipo mais difundido, e que são como manuais práticos de percepção e de atenção à paisagem². Assim, são estas que um estudo sociológico deve privilegiar, do mesmo modo que um estudo da moral económica dos pioneiros do capitalismo encontra mais matéria nos manuais de moral prática comuns do que nos sistemas de moral, construções particulares de filósofos, ou na moral particular de um determinado indivíduo singular, cujo significado é menos rico do que o significado “médio” ou o significado “puro” construído teoricamente pelo sociólogo³.

Os tipos de viagem e a génese da atitude de contemplação turística

A atitude de contemplação estetizante, norma actual da viagem turística, é constituída pela depuração e pela síntese progressiva de diversas artes da viagem, as quais remetem para os perfis culturais de viajantes, para as constelações de interesses específicos, de onde decorrem apreensões diferentes da região e dos habitantes. Distinguimos quatro tipos principais de viagens: viagem do erudito ou, de modo mais especializado, do antiquário curioso dos vestígios históricos e monumentos artísticos; viagem do artista, que privilegia miradouros e espectáculos naturais; viagem do mundano, que procura antes de mais o convívio com a boa sociedade local e está atento às oportunidades de encontro e aos ritos colectivos da sociedade do lugar; viagem do homem de negócios e do político, do agrónomo eventualmente, que privilegia o estudo dos recursos do país e do modo de os valorizar (e, assim, se aproxima do género da estatística administrativa). Interrogar-nos-emos sobre o processo de abstracção

2. É óbvio que, numa extensão do presente trabalho, estas prescrições orientadoras da percepção deveriam ser completadas por um estudo iconográfico: as imagens propõem (“vistas” pintadas ou gravadas, litografias e ilustrações impressas até ao postal) actualizações das obras que descrevem, com relatos de influência de sentido variável, dando a imagem o conteúdo de uma descrição ou a descrição o programa de um motivo iconográfico. Para um tipo de obra estudada – a de Albanis de Beaumont –, amplamente ilustrada, esboçámos o estudo da relação entre a prescrição e a valorização iconográfica.

3. Ver o método de Max Weber em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* e, para distinguir o método compreensivo de apreensão do sentido de uma apreensão fenomenológica do significado concreto das acções para um determinado actor, cf. *Économie et société*, Paris, Plon, 1971, p. 6 sq., secção 1, ponto A, cap. 1.

do espectáculo turístico em relação ao país que fornece a matéria. Nesta nossa interrogação genealógica, serão privilegiados dois aspectos da imagem do país: a imagem da paisagem e a imagem da população. De que forma a paisagem, enquanto espectáculo estético, se vai progressivamente impondo como finalidade essencial da viagem; de que forma ela se constitui como pedaço de natureza e não como terra cultivada – processo de “enselvajamento” cujo extremo é a percepção de uma paisagem exótica, abstracção feita de toda a valorização e de toda a cultura. Por um lado, interrogar-nos-emos sobre o lugar da população na estrutura de interesses que define cada tipo de viagem, com especial atenção para dois traços recorrentes nas descrições do carácter regional: o privilégio concedido aos traços folclóricos enquanto vestígios antigos e a negligência em relação às actividades produtivas (que pode ir até à censura na descrição) em prol das condições ou das atitudes vestigiais. A naturalização da paisagem, cujo limite é a selvajaria de uma natureza exótica, e a eternização das condições e das características populares dos traços pré-capitalistas, cuja forma extrema é um “natural”, de fundo étnico arcaico, parecem dois elementos constitutivos da relação turística com o país. Através da forma como estrutura a percepção, a viagem impõe uma abstracção em relação à história e à economia regional. Descreveremos as características dos tipos de viagens que distinguimos, antes de recapitularmos os traços que, em cada um, contribuem para a definição da atitude de contemplação turística dominante ou, pelo contrário, os que desaparecem e são, por assim dizer, recalcados. Deste modo, apresentaremos as escolhas e as recusas através das quais é construída a norma da apreensão turística de um país.

A viagem “mundana”

Le voyage en Languedoc et en Provence, de Chappelle e Bachaumont, editado em 1657, é um bom exemplo de viagem “mundana”. Com efeito, a obra ilustra bem um modo de conhecimento da região que privilegia o encontro, o convívio com os homens, indivíduos ou grupos sociais. E se, num clima de familiaridade, a viagem convida à descoberta de uma paisagem humana é porque, para os autores, se trata antes de mais de pôr em prática uma arte da galanteria e da sociabilidade que a viagem só pode favorecer:

[Arles] é seguramente a mais bela porta. A situação admirável deste lugar atraiu a si quase toda a nobreza do país e, aqui, as damas são asseadas, galantes e belas [...]. Vimo-las todas no passeio público, onde fomos, cumprindo muito bem

o seu dever com grande número de cavalheiros muito bem-postos. Permitiram que as abordássemos, apesar de desconhecidos, e podemos afirmar sem vaidade que, em duas horas de conversa, avançámos bastante os nossos assuntos e talvez tenhamos suscitado algumas invejas.⁴

A viagem “mundana” pode ser lida como a encenação de uma sociabilidade. Em Chapelle e Bachaumont, o efeito da encenação surge na própria forma da obra: no egotismo da narração, em que se nota o desejo de brilhar, mas também no clima picaresco, criado para iluminar a civilidade e o sentido de oportunidade dos viajantes.

A descrição da paisagem, reduzida na maior parte dos casos a alguns traços abstractos, selecciona as cidades atravessadas como etapas “[Aix], capital sem rio e com exteriores bastante desagradáveis, mas, em compensação, bela, muito bem edificada e com boa mesa”⁵. A acção é acompanhada por uma visão divertida, impressionista, vagamente admirativa, porém distraída e lacunar, da Provença. Toda a atenção dos viajantes é atraída pelo jogo do encontro do Outro, pelo prazer da hospitalidade, da conversa, quer se trate de anfitriões do mesmo nível social, como o Cavaleiro Paul em Toulon, quer da pequena nobreza provinciana, como as damas arlesianas, ou até de simples companheiros de viagem encontrados ao sabor das estalagens ou da estrada. Contudo, a curiosidade em relação a estes encontros, que podem fazer sair do círculo familiar da sociedade das pessoas honradas, não chega às camadas populares⁶. É o prazer do encontro, do convívio cortês, galante ou intelectual que anima o viajante, não o da observação de outros costumes ou dos comportamentos das gentes do povo⁷. A procura ostensiva do divertimento, a recusa de qualquer pretensão científica, de qualquer ostentação de erudição acompanham, na maior parte dos casos, o interesse predominante pelo convívio e pelos encontros. Para Chapelle

4. Chapelle e Bachaumont, *Voyage curieux, historique et galant*, p. 49.

5. *Ibid.*, p. 58.

6. Chapelle e Bachaumont viajam a cavalo. A barca de passagem e a diligência parecem reduzir momentaneamente as distâncias entre classes sociais. Todo um conjunto de profissionais ao serviço da viagem – marinheiros, cocheiros, postilhões, barqueiros – está em contacto directo com a nobreza e a burguesia. No entanto, talvez *fossem* necessárias as curiosidades políticas e económicas ou históricas e etnográficas dos viajantes filósofos para que estas relações com a *arraia miúda* fossem cultivadas, como oportunidade de observação e de inquérito.

7. Em contrapartida, Thomas Coryat, viajante inglês do século XVII em Itália: “Neste trágico país de rosto sorridente, viajo pelos homens e não pelas coisas. A minha paisagem bem-amada é a vida das pessoas” (citado por A. Premoli, *Vingt siècles de tourisme dans le bassin méditerranéen*, p. 14).

e Bachaumont, viajar é, antes de mais, uma distração, no sentido atribuído no século XVII: passar o tempo agradavelmente e, através da afirmação de uma sensualidade gastronómica necessária a toda a convivialidade, fazer da mesa o local de eleição para os encontros. Para praticar à vontade os prazeres da mesa, os viajantes encurtam a ida aos locais de visita obrigatória⁸.

Viagem de mundanos, divertimento de “homens honrados” que procuram passar agradavelmente o tempo, percorrendo de forma original um itinerário tradicional? Os gentis-homens cultos que são Chapelle e Bachaumont (Chapelle, amigo de Molière e de Boileau, seguiu as lições de Gassendi), libertinos, árbitros dos espirituosos, representam bem o modelo do homem honrado de meados do século XVII. O seu ideal de vida, sentido da moderação, sociabilidade e independência em relação aos valores tradicionais pode ser actualizado através do empreendimento da viagem. Com efeito, por trás da aventura aprazível, adivinha-se um projecto: acumular matéria para uma narrativa de circunstância, um divertimento literário. Para Chapelle e Bachaumont, o seu livrinho é uma maneira segura de brilharem nos salões, de afirmarem uma reputação de homens cultos. A viagem, apenas uma introdução à narrativa de viagem, realiza-se através de sinais de reconhecimento social: sentido de oportunidade, humor, desenvoltura – por exemplo, através de uma valorização de lugares secundários, como Pont-Saint-Esprit. Actualmente, falaríamos de uma obra escrita à medida (ou, até, de uma farsa para iniciados), que solicita incessantemente a cultura do leitor. Mais ainda, esta “viagem”, que se insere precisamente na corrente libertina, não é certamente desprovida de intenções filosóficas. Seria uma viagem-pretexo, próxima da viagem utópica ou da correspondência simulada, recorrente em meados do século XVII. Escrita numa época em que o regime proíbe a expressão do livre-pensamento, a obra poderia ser lida como uma transposição prudente realizada para alimentar a reflexão libertina, para dar resposta ao ideal de cepticismo, de epicurismo, de uma sociedade aristocrática influenciada pelas ideias novas⁹.

8. Encontramos a mesma desenvoltura num relato de viagem de cerca de cinquenta anos antes: “Permanecemos no local (Sainte-Baume) o tempo suficiente para podermos dizer que aí tínhamos estado” (*Voyage en Provence*, anónimo, segundo um manuscrito inédito, de 13 de Abril a 16 de Junho de 1671).

9. A censura política é tal sob o regime de Luís XIV que, em 1662, Charles le Petit, advogado no Parlamento de Paris e poeta, é queimado vivo no place de Grève devido ao poema “grosseiro e ímpio” *Paris ridicule* (publicado em Colónia, em 1668, segundo Le Bas, *Dictionnaire encyclopédique de la France*). As publicações são frequentemente clandestinas ou póstumas e suavizadas, como a dos *États et empire de la lune*, de Cyrano de Bergerac, que só será publicada após a sua morte, em 1657.

A viagem de Chapelle e Bachaumont é publicada em 1663, mas começa a circular em manuscrito a partir de 1656. Reeditada 27 vezes entre 1680 e 1902, é como modelo da viagem mundana que este relato subsiste, começando certamente por ser uma produção de espírito libertino, uma obra de circunstância destinada a um público restrito. Um século mais tarde, é considerada uma “obra-prima neste género de escrita” no *Dictionnaire portatif des Beaux-Arts*, de M. Lacombe (Paris, 1758), e admirada por Voltaire¹⁰.

Neste modo de viagem, o país – como unidade geográfica, espaço de deslocação e quadro de percepção turística – apaga-se perante a sociedade local, vista como uma série de grupos em que a sociabilidade pode ser exercida. A própria paisagem, apreendida no âmbito da área envolvente (o exotismo das culturas está circunscrito aos limites de propriedades e não alargado, de forma difusa, a toda a paisagem), é, por assim dizer, socializada. Assim, a *cassine* (quinta) do Cavaleiro Paul, em Toulon, é “asseada e tão bem arranjada que parece um palácio encantado”¹¹. O quadro da percepção é o jardim ou o parque – não a paisagem como pedaço de natureza. O exotismo da vegetação, das laranjeiras em Hyères, por exemplo, reside no desenvolvimento ao ar livre e no tamanho do que é, noutros sítios, um arbusto de estufa: laranjeiras “grandes como carvalhos e no meio dos campos”¹². O espaço privilegiado é aquele em que se lê a arte ou o artifício da acomodação ao território. A forma extrema de estranhamento é o maravilhoso da fábula ou da mitologia.

A este modo de viagem opõem-se os restantes três, caracterizados por uma relação mais distante face à região e à sociedade local. É como terreno de aplicação de um conhecimento (económico, arqueológico, botânico, etc.) ou suporte de um espectáculo, de uma “cena”, de um quadro, que o país é submetido à exploração do viajante. A população local não tem estatuto privilegiado, a não ser nos interesses do observador economista: nesse caso, é como elemento da riqueza do país (através das suas qualidades no trabalho e das suas virtudes), como factor eventual de perturbação (insubmissão ou virtudes civis) que entra na observação do viajante.

10. Se a viagem mundana, enquanto género literário, desaparece nesta forma, há alguns traços que subsistem nos primeiros guias. O guia de Reichard (*Guide des voyageurs en France*, 1793), cujo leitor de referência é o administrador, o homem de negócios ou o diplomata (e já não o gentil-homem ou o homem honrado), assinala as sociedades de pensamento (lojas maçónicas), os espectáculos, divertimentos e grémios literários; indica, nalguns casos, os hábitos de lazer da sociedade local (a utilização da casa de campo, por exemplo).

11. Chapelle e Bachaumont, *op. cit.*, p. 54.

12. *Ibid.*, p. 56.

A viagem do antiquário

A viagem do antiquário (ou, mais genericamente, do erudito) é organizada de acordo com os seus interesses de arqueólogo, de historiador, de amador de arte e de especialista em história natural (botânica, mineralogia, paleontologia). A viagem é outra forma do percurso do saber. A banalidade da região é relevada pela projecção de uma história da qual foi o teatro (revoluções geológicas, cataclismos naturais, grandes acontecimentos da história antiga): para que seja objecto legítimo da atenção do homem culto, o lugar tem de estar inscrito no registo de um saber nobre.

Os diversos objectos reunidos na nossa obra correspondem a todas essas vozes, que se elevam no caminho do viajante para o instruírem; e tal local, que sem a ajuda das nossas pesquisas será apenas um local horrível e estéril, ganhará vida e fará falar a natureza e a história.¹³

Apenas a ciência natural e a erudição histórica podem salvar o deserto campestre da insignificância. Esta viagem erudita deixa pouco espaço às belezas naturais da paisagem¹⁴. Os panoramas escolhidos são apreciados pela possibilidade de percepção de uma estrutura geográfica e não tanto pela beleza da vista. É o caso do miradouro de Saint-Pilon, “o mais importante da Provença [...]. Quase toda a Provença estará então ao alcance da vista e, se já a tivermos estudado detalhadamente, teremos o delicioso prazer de observar em ponto grande a sua organização geral”¹⁵.

Contudo, este tipo de observação aumenta o interesse do viajante para lá do círculo estreito dos lugares e monumentos famosos: a curiosidade erudita pela geologia e os acidentes naturais do terreno estende o olhar, para lá das cidades, dos sítios antigos e das propriedades cultivadas, ao campo não cultivado, o qual, por oposição ao mundo urbano ou ao campo planeado dos parques, pertence à categoria do deserto (tristeza e esterilidade)¹⁶.

13. Abade J. Papon, *Voyage littéraire de Provence*, p. XIII.

14. A beleza da paisagem é de somenos importância em relação às curiosidades geológicas: “De Toulon a Hyères, como a qualidade do terreno não muda, nada haverá em que reparar senão na beleza do pequeno vale” (*ibid.*, p. 196).

15. *Ibid.*, pp. 56-57.

16. É necessário excluir as paisagens que decorrem do género do sublime. Assim a fonte de Vaucluse, “cuja obscuridade é algo de assustador. A água [...] precipita-se com um ruído medonho [...]. Todos estes objectos deixam na alma uma impressão que é necessário ter experimentado” (*ibid.*, pp. 21-22).

Com este título – *Voyage littéraire de Provence* –, o abade Papon entende marcar o interesse científico da obra; o termo “literatura” deve ser entendido na sua acepção do século XVIII: conjunto de conhecimentos, incluindo as ciências exactas, mas também, e sobretudo, conhecimentos eruditos, saber livresco por oposição ao saber prático¹⁷. O título é longamente justificado pelo prefácio, no qual Papon se apresenta como compilador iluminado. Para quem deplore a ignorância e a falta de interesse erudito de certas viagens (“muitos [...] dão a volta a França em menos de seis meses, sem que no fim da viagem estejam mais instruídos do que no início”¹⁸), a condição necessária de uma viagem na Provença é ser uma viagem “literária”. Esta viagem iluminada recusa as facilidades do pitoresco, dos costumes, do folclore, da gastronomia e das curiosidades, que são o comum da descrição turística banal. Estamos perante toda uma etnografia que se encontra excluída da definição legítima dos interesses do viajante: “Também omitimos o que diz respeito aos trajes, aos penteados, às danças e a alguns pratos específicos, campos férteis em que a imaginação do escritor se dispersa habitualmente para despertar a atenção do leitor”¹⁹.

Esta exclusão decorre do respeito por uma hierarquia de nobreza e de dignidade dos temas de interesse: “não foi por considerarmos ter de fazer este sacrifício apenas por conveniência”²⁰. A descrição dos costumes é um tema de interesse mais legítimo; apercebemo-nos desse facto através das justificações que Papon apresenta para dar conta desta lacuna:

Nada diremos sobre os costumes dos provençais. Os viajantes não podem esperar ficar com uma ideia precisa do génio do Povo da terra em que viajam. É um privilégio reservado às pessoas no local, que nasceram no país ou que aí habitam há muito. Além disso, essas pessoas têm de possuir um olhar que não está ao alcance de qualquer um.²¹

17. Cf. *Dictionnaire universel* de Antoine Furetière (Paris, 1688); cf. também *Dictionnaire français contenant les mots et les choses* de P. Richelet (Genebra, 1680), “Literatura: ciência das belas-letas. Conhecimentos verdadeiros, doutrina, erudição (o Doutor Arnaud é um homem de grande literatura)”.

18. Abade J. Papon, *op. cit.*, p. IX.

19. *Ibid.*, p. XV. Estas observações prévias e propiciatórias demonstram bem a existência de um género constituído da “viagem”, com subgéneros diferentes, uma vez que é o sistema de referência em relação ao qual é construído o discurso justificador do abade Papon.

20. *Ibid.*

21. *Ibid.*, p. XIV. É uma forma curiosa de criar um conhecimento sobre o Povo, que não passa de uma consciência de ignorância. Se não fosse, antes de mais, uma justificação da visão do antiquário contra os hábitos (e as pretensões?) de

Papon, que começou por denunciar a atitude de indolência intelectual dos mundanos que viajam sem o apoio da erudição, parece visar aqui o empirismo dos viajantes filósofos, a sua pretensão em conhecer o génio de um povo através da sua frequentação passageira, de uma espécie de pesquisa de terreno²². Inconveniente, na sua forma superficial de uma etnografia dos costumes e das tradições populares, ou inacessível, na sua forma profunda de uma psicologia, a descrição do povo regional está ausente da viagem erudita.

As Tradições^[ii], objectos de uma atenção secundária²³, são seleccionadas de acordo com três princípios: a curiosidade dos traços próprios da região, o parentesco com os usos que se encontram em Itália e, sobretudo, a continuidade de costumes antigos: “Daremos a conhecer apenas (os usos tradicionais) que merecem uma atenção especial, seja por não se encontrarem em mais parte alguma, seja por decorrerem de usos antigos ou de usos ainda presentes em Itália”²⁴. As duas últimas categorias podem ser reunidas na mesma classe; a autoridade da história (Itália é apresentada como um conservatório de traços antigos) é o princípio essencial de valorização do espectáculo regional. Os usos são ritos, descritos como vestígios, interrogados em jeito de arqueólogo (não devemos ver aí uma prefiguração da distinção entre antiguidades populares e

viagens mais filosóficas, deixando mais lugar à observação dos costumes contemporâneos, poderíamos ver aí as premissas de uma etnografia “apofática” (por analogia com a teologia), afirmando o carácter incognoscível do seu objecto e limitando a sua ambição a dizer o que este não é.

22. Do mesmo modo, com este argumento, o abade Papon previne a condenação, por parte dos viajantes filósofos, do conhecimento abstracto do país e a denúncia do respeito exagerado pela Antiguidade: cf. artigo “Filosofia” da *Encyclopédia*: “Procuramos medalhas antigas, ainda que corroídas pela ferrugem, e guardamos com grande cuidado a lanterna e a pantufa de um ancião qualquer. A sua antiguidade determina o seu valor” (*Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de Lettres*, Neuchâtel, 1765).

23. “Tradição [usage]: prática que a antiguidade ou a frequência torna normal” (*Dictionnaire universel, contenant généralement tous les mots français tant vieux que modernes, et les termes de toutes les sciences et les arts*, Paris, edição de Arnout e Reiner Leers, 1690). Não encontramos muito mais do que uma dezena de descrições de tradições em toda a obra do abade Papon – seja por advirem de costumes antigos – em Riez, o sacrifício dos tauróbolos (p. 83); em Fourcalquier, a audiência de justiça (p. 98); em Arles, as corridas de cavalos, as touradas e os atavios das mulheres (p. 118); em Nice, a oferenda funerária (p. 257); em Vintimille, o penteado das mulheres (p. 263); na diocese de Glandève, o calçado dos camponeses (p. 286) –, seja por terem uma origem religiosa – em Aix e em Marselha, a festa do Corpo de Deus (p. 36 e p. 167); em Sainte-Baume, a peregrinação dos recém-casados (p. 59); em Tarascon, a tarasca (p. 147).

24. Abade Papon, *op. cit.*, p. XVIII.

ii. *Tradição* é uma tradução adequada à análise do autor em relação ao termo “usage”. [N.E.]

antiguidades eruditas?). São para os costumes o que os vestígios são para os monumentos: vestígios de antiguidades.

A cidade de Arles é uma daquelas em que descobrimos mais vestígios dos costumes antigos. Aí, ainda podemos ver a corrida de homens e a de cavalos em certos dias do ano. Havia as touradas, mas os perigos deste espectáculo fizeram com que fosse suprimido. As mulheres usam em torno dos braços argolas de ouro, que se parecem com as pulseiras [*sic*] das antigas romanas. Por cima do corpo, têm uma espécie de mantelete que lhes desce até meio da perna, e os homens vestem uma casaca por cima da jaqueta: era mais ou menos assim que, no século XI, as pessoas de ambos os sexos se vestiam na Provença.²⁵

Definidos como vestígios antigos, como antiguidades populares, os usos acedem à forma nobre da tradição, desde que não sejam adulterados por alguma inovação, como é o caso da festa do Corpo de Deus em Marselha:

Quanto às cerimónias religiosas, as de Marselha nada têm de próprio, com excepção da procissão do Corpo de Deus, cuja majestade deixou-se diminuir, permitindo que alguns talhantes assistam, vestidos de corredores, conduzindo um boi coroadado de flores e coberto por um tapete no qual se encontra uma criança de seis ou sete anos. Como único traje leva uma pele de carneiro e na mão esquerda uma bandeirola. É uma representação de São João Baptista.²⁶

Existe um duplo movimento de abstracção na constituição de um folclore regional: abstracção das tradições (sob a forma de costumes, de traços culturais dissociáveis, separados do conjunto do que identificamos como cultura local, em especial nos seus aspectos mais quotidianos), abstracção por aplicação de uma grelha de leitura criada com base noutros modelos, particularmente modelos antigos ou religiosos (a antiguidade histórica é uma forma de conferir profundidade às tradições locais). Na relação com os costumes e com a vida popular, prevalece a mesma preocupação de autenticidade que na relação do coleccionador com os objectos e as obras de arte. Os modos populares, costumesiros, são formas aproximadas de uma forma pura, simples vestígios em que apenas a erudição pode reconhecer a tradição ou a cerimónia antiga. Existe

25. *Ibid.*, p. 118.

26. *Ibid.*, p. 167.

uma arqueologia dos costumes populares que deve separar o puro do impuro, o original do adventício, a forma autêntica da forma empobrecida ou corrompida. Vemos desenhar-se, aqui, uma característica da relação erudita e culta com os costumes populares, que marcará o interesse turístico, com a sua preocupação de profundidade e autenticidade.

Grandes cidades, monumentos célebres e tradições antigas são os momentos de excepção da viagem. O visitante não se poderá contentar com uma visita às grandes realizações urbanas, nem com as obras-primas artísticas: “não acreditamos que o que de mais interessante existe numa província sejam as grandes cidades, as praças e os edifícios públicos, nem sequer os quadros e as estátuas”. A erudição do guia recorre à história (especialmente a história antiga) e, mais discretamente, às memórias e à biografia (recordações de homens célebres), à geografia e à economia (“clima e produções”), à geologia, à botânica e à paleontologia.

Aproximamos a geografia antiga da geografia moderna de modo a que, ao atravessarmos cidades, vilas e aldeias que se afiguram desprovidas de interesse, possamos ter um secreto prazer em nos lembrarmos que por aí passava uma via romana; que foi reabilitada sob tal imperador; que ainda aí podemos ver a inscrição militar; que antes dos Romanos era uma região habitada por tal povo; que os seus conquistadores a desmataram e aí alcançaram uma vitória, construíram uma cidade e a decoraram com vários edifícios civis e religiosos; que, por fim, esta cidade foi governada por magistrados cujas funções têm ainda algo de interessante, etc. Em seguida, adicionamos tudo o que pode dar a conhecer o seu estado actual e as curiosidades. Citamos, raramente e sem afectação, alguma característica notável quando se refere a um homem famoso, um literato célebre ou um militar eminente. Mas, em nossa opinião, um viajante que se restringisse a estes conhecimentos teria apenas uma ideia imperfeita da Provença. É legítimo que conheça o seu clima e as suas produções, uma vez que é sobretudo por esses motivos que é conhecida no resto de França e no estrangeiro; mas também é necessário que tenha uma ideia da organização das montanhas que cobrem esta província, das plantas que produz, dos fósseis nela contidos, das revoluções físicas por que passou.²⁷

A importância quantitativa das unidades temáticas do texto traduz uma hierarquia do interesse:

27. *Ibid.*, p. XII.

1. História antiga (origem das cidades – homens ilustres – feitos notáveis);
2. “História natural” (sobretudo mineralogia, orografia, botânica, zoologia e paleontologia);
3. “Geografia antiga”, arqueologia (vestígios monumentais – inscrições);
4. Características actuais (descrição dos lugares – clima – economia – produção);
5. Tradições (exclusivamente rituais e cerimónias). Pelo seu carácter de excepção, não podemos deixar de referir a descrição da passagem do [rio] Var às costas de homens (p. 253), a qual, pela sua precisão, parece relatar uma experiência vivida.

A viagem é o momento para dispor de um saber que, aliás, poderia ser percorrido no gabinete de trabalho: “Reunimos nesta obra tudo o que um homem instruído deve querer saber, quer viaje pela Provença, quer procure conhecer esta província através dos livros, sem sair do seu gabinete”²⁸.

A erudição é bem mais que o desvio obrigatório da viagem, é um fim em si: conhecer a Provença será, antes de mais, conhecer a *Voyage littéraire de Provence* do abade Papon da Oratória. Vemos neste clérigo tradicionalista o modelo de uma prática de viagem que se virá a encontrar atenuada, vulgarizada e tomada como certa, visto não ser sujeita à procura de mais justificações nos grandes guias, como por exemplo os de Baedeker e de Joanne. Neste tipo de viagem, o país é definido como quadro de curiosidades de coleccionador, os hábitos populares como reservatório de ritos ou de costumes antigos. Daí resulta uma fragmentação da paisagem e da população em função dos saberes que os transformam em repertórios de curiosidades e de características notáveis. Podemos reconhecer, no modo de atenção prestada aos costumes locais, uma das origens da relação folclorizante que conduz à construção de uma imagem arcaica e abstracta da cultura popular (uma vez que a vida local é apresentada como vestígio e marca de uma cultura antiga mais rica e mais completa). Na relação com a região, o privilégio concedido à história geológica tende a acentuar a naturalização da paisagem como colecção de formas geográficas ou de acidentes geológicos, marcas de uma história natural.

28. *Ibid.*, p. X.

A viagem do observador-filósofo

A viagem do observador-filósofo, dirigida para o estudo dos recursos e das produções, da administração e do espírito público, pode ser representada pelo *Journal d'un voyage fait en 1775 et 1776 dans les pays méridionaux de l'Europe*, de J. G. Sülzer: “A geografia e a política, a administração das finanças, o estado das ciências e das artes, a agricultura e o comércio são os principais assuntos que ocupam (o autor) neste diário.” Ou ainda pela viagem, mais célebre, de Arthur Young²⁹. Contemporâneo do abade Papon, Arthur Young é um agrônomo inglês entusiasta, que pôs em prática as suas teorias agrícolas em vários locais, nomeadamente, no condado de Norfolk. A Europa iluminada, sensível ao movimento fisiocrático que atribui uma importância primordial à agricultura, conhece os seus *Anais de Agricultura Periódicos*. Adepto convicto da revolução das técnicas agrícolas em Inglaterra, Young também se envolve na luta pelas transformações políticas e sociais. Se vem a França nas vésperas e, até, no início da Revolução, é por estar “convencido da importância de conhecer a situação real, a condição dos agricultores, dos pobres, o estado e a extensão das manufacturas e mais uma centena de outras questões de incontestável importância política”. A viagem de Arthur Young, e do economista agrônomo em geral, corresponde a uma nova atitude cultural, que visa pôr em prática os princípios humanistas da *Enciclopédia*. O optimismo científico das Luzes, que quer que o homem seja “um agente geográfico capaz de transformar a natureza”³⁰ e dela retirar a riqueza para todos através de uma exploração racional, confere à viagem uma nova dimensão: já não se trata de ter a oportunidade de consolidar uma reputação de homem de espírito, como era para Chapelle e Bachaumont, ou de erudito, como era para o abade Papon, mas, pelo contrário, pelo ideal de filantropia, de prestar um serviço ao género humano. A viagem, que visava até então, no modo aprazível, a distração do viajante mundano e, no modo sério, ou mesmo pedante, a erudição pessoal do antiquário, tem agora uma finalidade: é necessário ser-se útil, melhorar a vida da população através do estudo dos benefícios da agricultura racional, uma vez que a natureza é o lugar da ordem natural. Ao desejo de aprender, de aprofundar os seus conhecimentos, acresce o desejo de se instruir, de propagar as ideias novas num domínio particular.

29. A. Young, *Voyages en France pendant les années 1787-1788-1789, entrepris plus particulièrement pour s'assurer de l'état de l'agriculture, des richesses, des ressources et de la prospérité de cette nation*.

30. “O homem agente geográfico capaz de transformar a natureza”, segundo C. J. Glacken, citado por N. Broc in *La Géographie des philosophes. Géographes et voyageurs français au XVIII^e siècle*.

“As ciências novas já não têm apenas como objectivo satisfazer a curiosidade do leitor, querem ser úteis”³¹.

A viagem tornou-se uma verdadeira prática científica, uma filosofia experimental que se deve acomodar a regras de conduta. Segundo Georges Gusdorf³², de 1735 a 1809, na universidade de Göttingen, sob o impulso de Sloezer, existe um seminário dedicado às viagens, no qual os estudantes são iniciados na maneira de percorrer proficuamente um país, observando tudo o que vale a pena ser observado. A atitude de Young (tal como a de Sülzer, alemão, fisiocrata amador, que viera a França dez anos antes) é assim muito diferente da dos que os precedem, viajantes mundanos ou eruditos. O relato de viagem do agrónomo já não é uma compilação baseada em observações mais ou menos autênticas, nem um simples divertimento literário; pretende antes representar uma observação científica, o resultado de um inquérito no terreno que dá conta de um conjunto de factos a ligar entre si³³. A esta nova concepção de viagem correspondem novos interesses. Tal como Young, Sülzer tenta apresentar um quadro “enciclopédico” do país atravessado. Convictos, os dois, de que apenas a agricultura produz um enriquecimento real, ambos prestam especial atenção ao espaço cultivado, observando também o modo de vida da população, a indústria, o comércio, a política, as ciências e as artes, a geografia e a botânica. O viajante agrónomo deve demonstrar um espírito “filosófico”, na verdade, o espírito de método, através do recurso à crítica objectiva, à comparação e à generalização³⁴. Desconfiará do saber abstracto, não sustentado pelos factos.

A atitude de Young, tal como a de Sülzer, tem precisamente estes preceitos em consideração. Quando Young tem o cuidado de se munir de cartas de recomendação junto de um notável, frequentemente membro de uma associação de agricultores, é para observar directamente a realidade da valorização da propriedade fundiária. Do mesmo modo, na ordem política e filosófica, preocupa-se em contactar directamente os representantes de ideias novas; por

31. N. Broc, *ibid.*, p. 579.

32. G. Gusdorf, *Formation de la conscience européenne*, t. 5, p. 575 sq.

33. Vide N. Broc, *op. cit.*, p. 390.

34. O cosmopolitismo europeu incentiva esta atitude comparativista. Segundo N. Broc: “tanto para os eruditos como para as pessoas da boa sociedade, o nosso continente surge como uma única e mesma pátria, devendo o homem honrado descobrir as suas diversas províncias” (*ibid.*, p. 392).

exemplo, em Marselha, o encontro com o abade Raynal, “um dos precursores incontestáveis da revolução actual em França”³⁵.

O seu empirismo leva-o a condenar a atitude da nobreza francesa, a quem “não ocorre dedicar-se à agricultura e fazer desta um tema de conversa, sem que seja de forma puramente teórica”³⁶. Nele, o recurso à comparação e à crítica é um traço marcante da observação, mas, na realidade, trata-se mais de um anglocentrismo do que de crítica objectiva: a referência ao modelo inglês é constante. Tudo é comparado à agricultura do Norfolk (exploração intensiva com a aplicação das técnicas de jardinagem – monda e estrumação – nos campos) e, de um modo geral, ao regime político de uma Inglaterra já capitalista. A França é “um reino que não está tão bem cultivado como o nosso”³⁷, observa ele, desiludido com os progressos ínfimos da inovação e da produtividade agrícolas. “As grandes cidades de França não têm a centésima parte das comunicações entre si que têm os lugares medíocres em Inglaterra”³⁸. Se a Bretanha o surpreende com a sua pobreza – “até Combourg, a região tem um aspecto selvagem, a cultura não está mais avançada, pelo menos no que respeita às técnicas, do que nos Hurões [...] as pessoas são tão selvagens como a sua terra”³⁹ –, admira porém as realizações urbanas: “por que milagre todo este esplendor e esta riqueza das cidades de França, sem nenhuma relação com o estado dos campos?”⁴⁰, interroga-se ele a propósito do teatro de Nantes; mas, para o utilitarista que é, o Canal do Languedoque^[iii] é mais belo do que Versalhes. Young, tal como Sülzer, fica desiludido com a Provença; para os lados de Hyères, nota que “a região foi mais elogiada do que merece”⁴¹. Tendo em conta as suas condições climatéricas favoráveis, é uma das províncias mais mal exploradas de uma França ainda

35. A. Young, *op. cit.*, t. 1, p. 419.

36. *Ibid.*, t. 1, p. 264.

37. *Ibid.*, t. 2, p. 535. Albert Soboul, em *La Société française dans la seconde moitié du XVIII^e siècle*, Paris, Centre de documentation universitaire, 1969, p. 37 e *passim*, confirma o julgamento do agrónomo inglês.

38. A. Young, *op. cit.*, t. 1, p. 428.

39. *Ibid.*, t. 1, p. 229.

40. *Ibid.*, t. 1, p. 287.

41. *Ibid.*, t. 1, p. 425.

iii. Canal hoje conhecido como Canal do Midi. É o mais antigo canal navegável da Europa, desde 1681, e liga o oceano Atlântico ao Mediterrâneo. [N.E.]

subdesenvolvida⁴². Também as observações etnológicas têm a marca da visão “científica” do viajante agrônomo (o homem, tal como a natureza, deve estar sujeito à observação objectiva). A simpatia natural de Young pela aristocracia polida não o impede de ver a miséria e a exploração do povo, não hesitando em parar em casa dos camponeses mais pobres para os interrogar. Tanto à mesa da estalagem como na estrada, procura sempre entabular conversa (com o risco de ser acusado de espionagem durante o Verão de 1789). Empírico, regista um grande número de pequenos pormenores que lhe permitem reforçar ou, pelo contrário, rever o seu julgamento: “Uma das coisas mais divertidas numa viagem ao estrangeiro é a possibilidade de observar a diferença dos costumes nos diferentes países no que toca à vida quotidiana”⁴³. Em Avignon, regozija-se com a extraordinária abundância de jornais e admira a beleza das mulheres, cujo tipo faz lembrar... o das inglesas. Em Aix, nota uma certa pobreza (“várias casas sem vidros”), mas também repara na novidade do vestuário das camponesas: “Usam chapéus de homem, mas não usam tamancos”⁴⁴.

Sülzer, com a mesma preocupação de objectividade, dedicou-se a descrever o povo provençal por volta de 1775. Impressionado com a pobreza dos provençais, aprecia tanto mais a sua gentileza e sobriedade: “Os habitantes do campo andam mal vestidos e vivem na miséria. Contudo, não são por isso menos educados e prestáveis. Nunca vi bêbados em toda a estrada que vai de Lyon a Nantes, apesar de haver vinho em abundância naquela altura do ano”⁴⁵. Aqui, por vezes, a comparação é mesmo em benefício da França: “não encontrei em lado algum o ar rude e lúgubre que caracteriza os camponeses alemães”. “Os cidadãos de Hyères são mais laboriosos do que os das vilas [*petites villes*] da Suíça e da Alemanha”⁴⁶. No entanto, para este fisiocrata amador, a Provença, com os seus vastos espaços incultos, é uma região pouco favorecida (“as suas riquezas limitam-se ao azeite”), um pouco selvagem (“uma mendiga perfumada”), cujo charme pitoresco não consegue compensar a rusticidade, a pobreza: “apesar da

42. Segundo A. Soboul (*op. cit.*, p. 38), a revolução agrícola é, de facto, acima de tudo, uma “evidência literária”. “Cerca do ano 1750, a nação saciada de versos, [...] de reflexões morais, [...] de discussões teológicas [...] pôs-se a reflectir sobre o seu trigo. Escreveram-se coisas úteis sobre a agricultura; toda a gente as leu, excepto o lavrador”, ironiza Voltaire (citado por A. Soboul, *ibid.*).

43. *Ibid.*, t. 1, p. 483.

44. *Ibid.*, t. 1, p. 414.

45. J. G. Sülzer, *op. cit.*, p. 154.

46. *Ibid.*, p. 153.

excelência do clima, prefiro a maior parte das províncias da Alemanha, tanto no que respeita à fertilidade como aos encantos”⁴⁷. O germanocentrismo do viajante lê-se na impressão de estranheza que se estende às aldeias, que “de longe parecem rochedos amontoados”⁴⁸ e às cidades, que “também têm uma fisionomia estranha. As casas são altas e estreitas, com telhados planos e pouquíssimas janelas”⁴⁹. Vemos aqui o olhar sincero, é certo, mas surpreendido, deslocado, de um setentrional que, apesar da sua boa vontade científica, julga com base nos seus próprios valores uma terra, em sua opinião, desprovida de todos os atractivos: a limpeza, os jardins ornamentais, a frescura, as vacas, os campanários pontiagudos, as férteis pradarias cercadas.

Do mesmo modo, mas com a confiança do especialista, Arthur Young, levado a destacar o que na Provença se distancia do modelo inglês, vê apenas uma terra pobre cujos benefícios geográficos tornam ainda mais inexplicável a exploração insuficiente: “apesar da excelência do clima, nove décimos desta região são montanhas incultas ou cobertas de pinheiros miseráveis, de matas e de ervas aromáticas”⁵⁰.

Em Sülzer, como em Young, etnocentrismo e agronomia conjugam-se para uma negação do particularismo provençal. Este modo de percepção da região opõe-se à tendência depois constituída como norma do olhar turístico. O que se destaca da paisagem é a vulgaridade do subaproveitamento, da má exploração, os espaços incultos, mais do que o exotismo da vegetação. A população está presente como agente económico e como actor político (virtudes ou defeitos da

47. *Ibid.*, p. 156.

48. *Ibid.*, p. 155.

49. *Ibid.*, p. 156.

50. A. Young, *op. cit.*, t. 1, p. 424. Esta atitude relativamente à paisagem da Provença é tanto mais notável quanto não é apenas a preocupação da valorização agronómica que anima A. Young. Este é também sensível, noutros locais, aos recursos que o campo pode proporcionar a um ordenamento paisagístico, tendo como modelo o parque à inglesa. O autor destaca a qualidade “romântica” de certos locais montanhosos ou nos vales. “Aqui, contentar-me-ia em observar [...] que os bosques (dos Pirenéus), os seus rochedos e as suas torrentes têm todas as características de uma beleza sublime. [...] A acreditar em todas as descrições, o curso do rio Isère é um quadro de perpétua beleza. O Vivarais e parte do Velay são românticos ao mais alto nível” (t. 2, p. 518). Para outro exemplo do gosto paisagístico deste porta-voz da agronomia esclarecida dos proprietários terrícolas progressistas, cf. R. Williams, *The Country and the City*, Londres, Chatto & Windus, 1973, p. 66 e p. 67, *vide* a sua tabela, descrição e projecção da região da Marche, no Limousin: “O campo torna-se muito mais belo; atravessado por um vale onde as águas de um pequeno ribeiro, retidas por um dique, se expandem numa albufeira, formando assim uma deliciosa paisagem. As suas margens onduladas e ladeadas de bosques são pitorescas; de cada lado, as colinas estão em harmonia com o resto. *O olho profético do gosto* [destacado pelo autor] pode transformar este terreno coberto de urze num relvado. Para tornar este sítio num jardim, nada falta senão algum cuidado.”

moral económica, do espírito cívico). As descrições feitas não são uma pré-etnografia, mas antes um capítulo de um tratado de economia ou de agronomia. Na relação com a paisagem, o exotismo deverá ser constituído pelo recalçamento desta percepção prosaica. O arcaísmo idealista das representações da população local deverá sobreimpor-se a esta percepção realista. É na viagem do artista que se afirmam as tendências antitéticas das que aqui pudemos destacar.

“Algumas observações filosóficas”

Albanis de Beaumont, inglês de adopção e de origem piemontesa, percorre a Provença sensivelmente na mesma altura que Arthur Young, mas, mesmo que também ele esteja impregnado do espírito das Luzes, adopta uma atitude completamente diferente. Antes de mais, a Provença apenas retém a sua atenção e, mais precisamente, a Provença pré-alpina e marítima; em seguida, já não se trata aqui, numa perspectiva económica, de avaliar a partir de um modelo os recursos de uma região, de realçar o resultado da acção humana sobre a natureza e daí retirar recomendações, mas sim, mais modestamente, como indica o título *Travel through the Maritime Alps*, de oferecer ao leitor “algumas observações filosóficas sobre vários aspectos de mineralogia, etc., encontrados nestas regiões”⁵¹. O posfácio revela-nos que o autor se propõe apresentar aos seus leitores “filósofos” o fruto do seu trabalho de observação com toda a devoção e humildade científica:

[...] sem ter considerado nenhum sistema, tentei reunir e relatar fielmente fenómenos naturais de que outros farão melhor uso do que eu próprio; não sendo estes fenómenos sem proveito para a atenção dos homens de ciências.⁵²

A obra apresenta-se como um contributo para o estudo das “Ciências naturais”, mineralogia, litologia, geografia física, “um campo científico cujos frutos devo deixar a outros, mais versados do que eu na filosofia da história natural”. A região não é observada de um ponto de vista utilitarista (como terreno de um enriquecimento material possível), mas como teatro de factos naturais que o filósofo, ou seja, o homem de ciência, deve conhecer, de acordo com os princípios da *Enciclopédia*⁵³.

51. J.-F. A. de Beaumont, *Travel through the Maritime Alps*.

52. *Ibid.*, p. 127.

53. Cf. o artigo “Filosofia” da *Enciclopédia*: “Todas as ciências, todas as artes têm a sua filosofia, tudo é feito por razão ou, pelo menos, tudo deve ser feito por alguma razão” (*op. cit.*, p. 513).

Contudo, na verdade, a intenção didáctica proclamada não consegue dissimular a intenção artística da obra. O projecto de descrição científica é acompanhado por uma apreensão estética da região [*pays*]; seja porque o convite ao estudo serve apenas para justificar o convite à contemplação, por sujeição ao espírito de seriedade e deferência relativamente aos princípios filosóficos da época; seja pelo facto de, em Albanis de Beaumont como em muitos contemporâneos, a posição racionalista ser acompanhada por uma sensibilidade pré-romântica vincada, de acordo com uma combinação que também encontramos em Diderot e nos Enciclopedistas. Conhecer a natureza é, simultaneamente, admirá-la e explicá-la⁵⁴. Segundo Numa Broc: “Na senda de Rousseau, os espectadores procuram agora na paisagem pitoresca o inesperado, os espectáculos imponentes e terríficos. É uma revolução do olhar propagada na Europa pelo autor de *A Nova Heloísa*”⁵⁵. O campo inculto e desabitado era para o viajante mundano, para Chapelle e Bachaumont, por exemplo, simples itinerário, espaço abstracto, local de junção entre as cidades e os lugares famosos. Para Papon, o viajante erudito, o antiquário, surgia como receptáculo de vestígios de história da Terra ou da humanidade, sob forma de curiosidades mineralógicas ou arqueológicas. Para Young, o viajante agrónomo, tornava-se o terreno de aplicação da indústria humana, bela quando produz recursos. No contexto do despertar para o sentimento da natureza de finais do século XVIII, o campo adquire autonomia na viagem do artista. Viajantes mundanos, compiladores eruditos, observadores economistas opõem-se aos amadores paisagistas, que viajam para encontrar um contacto directo com a natureza, na senda de Jean-Jacques Rousseau⁵⁶. E é entre estes que há que colocar Albanis de Beaumont, uma vez que, nele, o projecto estético suplanta o projecto científico: o campo é visto pelo que é e admirado, coisa vista e já não repertório de coisas a ver.

A morfologia da obra de Albanis de Beaumont esclarece-nos razoavelmente sobre o seu carácter pré-romântico; o formato fólio prolongado é adequado para valorizar a representação de sítios panorâmicos. Pense-se no sucesso das *vedute* italianas junto dos amadores do *Grand Tour* e, de um modo geral, no interesse pela aquarela, o desenho ou a estampa de paisagem, que se propaga

54. A união das ciências e das artes é um traço marcante da época, como comprovado pelo número e pela composição das academias provinciais.

55. N. Broc, *op. cit.*, p. 395.

56. De acordo com P. Miquel, *Le Paysage français au XIX^e siècle*, “em 1793, no Salão, alguns artistas colocam a seguir ao nome a indicação ‘aluno da natureza e da meditação’” (t. 1, p. 44).

a partir de 1780. O número de gravuras é considerável: dezoito estampas de página inteira para 128 páginas de texto. Por fim, as paisagens naturais – vales, gargantas, desfiladeiros, cadeias montanhosas, cascatas – dominam em detrimento das cidades, todas marítimas (Marselha, Mônaco, Villefranche, Nice e Menton), de acordo com os cânones da beleza pitoresca, tal como definidos por William Gilpin, por exemplo, um teórico da arte pictórica contemporânea: “as montanhas, as rochas, a terra arborizada, as águas e os bosques são os materiais simples que [a natureza] utiliza para formar os seus magníficos quadros”⁵⁷. A palavra *romântico* repete-se com uma frequência significativa na descrição da viagem de Albanis de Beaumont: “esta parte do caminho é particularmente romântica”⁵⁸; o vale do Paglion é “um vale romântico”⁵⁹; no Mônaco: “a situação da cidade é extremamente pitoresca e romântica”⁶⁰; a estrada de Vintimille “é, em muitos lugares, romântica e agradável”⁶¹; em direcção a Nice, “valezinhos férteis e românticos”⁶²; em direcção a Antibes e Grasse: “as duas estradas são tão agradáveis como românticas”⁶³.

Este humor romântico que se manifesta na busca da solidão, numa obsessão da evasão na natureza (cf. o conselho de Rousseau a Mme d’Houdetot: “Seja uma mulher do campo”⁶⁴), e o tema generalizado de uma degenerescência citadina (“Deus fez o campo, o homem fez a cidade”⁶⁵) conduzem o artista e/ou o filósofo, mas também o artista-filósofo como Albanis de Beaumont, a

57. W. Gilpin, *Voyage en différentes parties de l’Angleterre*, vol. II, p. 11. É o teórico do pitoresco pré-romântico; as suas viagens, publicadas a partir de 1781, ilustradas com aguarelas do autor, tiveram um grande sucesso.

58. J.-F. A. de Beaumont, *op. cit.*, p. 64.

59. *Ibid.*, p. 87.

60. *Ibid.*, p. 113.

61. *Ibid.*, p. 114.

62. *Ibid.*, p. 116.

63. *Ibid.*, p. 121. De acordo com André Montglon (*Le Préromantisme français*, Paris, José Corti, 1965), em 1769, o tradutor de *État de la Corse*, de James Boswell, nota: “Para se exprimirem, os ingleses têm o enérgico termo *Romantick*, como diríamos existe apenas no romance.” É na aplicação às paisagens que o epíteto vai começar por encontrar a sua utilização mais frequente. Da palavra emanam dois sentidos: qualquer obra que favoreça a solidão e o recolhimento; qualquer coisa que tenha permanecido próxima da simplicidade primitiva.

64. *Lettres à Mme d’Houdetot*, citado por Pierre Trahard, *Les Maîtres de la sensibilité française au XVIII^e siècle*, Paris, Boivin, 1932, t. III, p. 237.

65. William Cowper, *The Task*, 1784, Argument of Book 1. Cf. a apóstrofe de Jean-Jacques Rousseau: “Adeus Paris; buscamos o amor, a felicidade, a inocência; nunca estaremos suficientemente longe de ti” (*Émile ou l’éducation*, Paris, Classique Garnier, 1964, p. 444).

viajar a pé. É através do passeio que podemos descobrir a natureza, admirá-la e estudá-la. É a caminhada, e apenas ela, que assegura uma apreensão visual, o acesso à beleza panorâmica⁶⁶. Horace Bénédicte de Saussure, “filósofo” genovês a que se refere Beaumont, aconselha, no seu livro *Voyage dans les Alpes*, a “sair das estradas batidas e subir aos cumes de onde o olhar pode abarcar uma série de objectos em simultâneo”⁶⁷. Já ninguém tem pressa de chegar a um espaço habitado; pára-se no cimo dos desfiladeiros para contemplar e representar os vales; sobe-se aos cumes das montanhas para descobrir novos panoramas: lagos, cascatas, cumes cobertos de neve⁶⁸. A montanha já não assusta. O terror transformou-se em admiração, a paisagem alpestre tornou-se no cenário obrigatório de uma literatura do idílio, no seguimento de *Júlia ou a Nova Heloísa* (por exemplo: *Claudine, nouvelle savoyarde*, de Florian, em 1789, ou *La Bergère des Alpes*, de Carmontelle, em 1799). Desenvolve-se todo um movimento de “turismo” artístico e científico em prol da montanha: segundo Marc Sandoz⁶⁹, a curiosidade pelos “glaciares da Sabóia” estava lançada desde 1760, pelo menos. Os viajantes ingleses a caminho de Itália e do “Grand Tour” não deixariam de parar em Genebra e, de lá, iam a “Chamouni”. A partir de 1791, Joseph Michaud escrevia na sua *Voyage littéraire au Mont Blanc et dans quelques lieux pittoresques de Savoie*: “Um grande número de eruditos e um número ainda maior dos que pretendem sê-lo chegavam de toda a parte [a Chamouni]; segui a multidão”⁷⁰. Depois de Saussure, muitos “naturalistas” percorrem a pé os Alpes

66. Este fervor pedestre nunca mais cessará. *Les Voyages en zig-zag*, de Rodolphe Töpffer, são disso testemunho, cinquenta anos mais tarde: “Actualmente, alugamos automóveis e, como tantos outros turistas, avançamos sem nos mexermos e atravessamos sem ver” (*Nouveaux voyages en zig-zag*, 3^ª éd., 1963, p. 55).

67. H. B. de Saussure, *Voyage dans les Alpes*, t. 1, Discurso preliminar, p. III. É de notar a admiração do autor pela vista de Marselha: “A vista do alto da plataforma que coroa a colina [da basílica de Nossa Senhora da Guarda] é verdadeiramente magnífica; Marselha está suficientemente próxima para que o seu porto cheio de navios e a cidade que abarca toda a sua circunferência causem daí uma forte impressão; em seguida, as suas inúmeras casas de campo, cujas paredes já não ofuscam a vista e que, no belo e rico vale banhado pelo Veauame, aparentam ser canteiros de um imenso jardim; depois, o mar, as suas inúmeras ilhas e as embarcações à vela que povoam e dão vida às suas águas; as margens recortadas das mais variadas formas; e, por fim, montanhas, que, embora pouco altas, apresentam, sobretudo no Sul, um efeito pitoresco. Todo este grande conjunto forma uma das mais belas vistas marítimas que tive a felicidade de ver” (p. 307 sq.).

68. Já em 1715, na Suíça, Jean-Pierre de Crousaz aconselha no seu *Traité du Bear*: “Coloquem-se num sítio onde possam descobrir uma vasta paisagem. Dos milhares e milhares de objectos em que podem indiferentemente pousar o olhar, não encontrarão nenhum que vos pareça desprezível e cuja vista não mereça a vossa atenção por algum tempo” (citado por Atkinson, *Le Sentiment de la nature et le retour à la vie simple*, Londres, 1690-1740, p. 76).

69. M. Sandoz, *Essai sur l'évolution du paysage de montagne consécutive à la découverte des glaciers du Faucigny*.

70. Citado por M. Sandoz, *ibid.*, p. 242.

para aí estudarem os animais, as plantas, os cristais e a formação dos glaciares e deles devolverem uma imagem fiel.

Assim, a paisagem provençal, com o seu relevo acidentado e a sua vegetação mediterrânica, é o ponto de encontro dos dois pólos de atracção “turística” da época: a paisagem suíça e a paisagem italiana. Albanis de Beaumont está consciente do benefício que pode retirar deste entusiasmo: “Em breve, esta imensa cadeia montanhosa será certamente para o viajante filósofo um motivo de espanto e admiração”⁷¹. Uma percepção nova da paisagem decorre desta nova prática espacial baseada na caminhada. O novo olhar permite ver mais longe e a paisagem é vista na sua totalidade⁷². Já não há solução de continuidade entre a natureza selvagem e a natureza cultivada (cf. William Gilpin: “A Inglaterra tem belezas que lhe são próprias. Um desses traços específicos tem a sua origem no entrelaçamento dos bosques e das terras cultivadas, que se encontra com mais frequência na paisagem inglesa do que na dos outros países [...]. Embora esta mistura torne frequentemente diferentes ao olhar as terras vistas de perto, daí resulta porém uma grande beleza quando vistas de longe”⁷³). A arte dos jardins codificada por Shaftesbury e Pope, vinda de Inglaterra no fim do reinado de Luís XVI, impõe um modelo estético baseado na imitação da natureza⁷⁴ (“natureza sem ornamento”, segundo Pope): os jardins trocaram a simetria rígida à maneira de Le Nôtre pelo pitoresco. O jardim torna-se “natural”, de acordo com uma “desordem calculada”, uma natureza em miniatura: “Todos os sítios dispostos, não através de uma arte requintada, mas sim do luxo da própria natureza, apenas um pouco guiada, nas suas extravagâncias, pela mão do artista”⁷⁵ [iv]. Em compensação, a natureza, que serviu de modelo ao jardim paisagístico, encontra-se domesticada, transformada em

71. A. de Beaumont, *op. cit.*, Introduction, p. 4.

72. De acordo com Lucien Febvre, no século XVI, o hotel Bellevue ainda não existia, nem o hotel Beausite. Só deverão ter surgido na época do romantismo (*Le Problème de l'incroyance au XVI^e siècle*, Paris, Albin Michel, 1968, p. 403).

73. W. Gilpin, *op. cit.*, t. 1, p. 44.

74. Vide Diderot: “Um cercado que não é nem bosque, nem pradaria, nem jardim, [onde a natureza] se mostra por todo o lado. A arte só aí se vislumbra quando é um jogo da natureza” (*Promenade d'un sceptique* (1747), in *Œuvres complètes*, éd. J. Varloot, Paris, Hermann, 1975, t. 2, p. 75).

75. S. Switzer, *Nobleman, Gentleman and Gardener's Recreation*, Londres, 1915.

iv. No texto original, neste ponto encontramos ilustrações de Anduze e da ponte de Beaucaire em Tarascon, com as respectivas descrições, retiradas dos guias de Girault de Saint-Fargeau sobre os departamentos do Gard e das Bocas do Reno. [N.E.]

instância familiar. Quer-se transformar todo o país num jardim inglês natural, num imenso jardim para percorrer a pé, para admirar. Esta admiração não é isenta de preconceitos. O campo é visto na sua totalidade, mas as suas manifestações “naturais” captam a atenção quando em conformidade com um cânone estético (William Gilpin: “existirá sempre, certamente, uma diferença extrema entre a aparência nobre de um bosque e a pobreza de uma mata de corte”⁷⁶). Afastam-se ou privilegiam-se elementos consoante correspondem ou não a um ideal novo. Um modelo estético apreciado é a vista de um lago rodeado de montanhas: “Não havia aqui lago ou rochas para adicionar à ideia de beleza a de dignidade e grandeza”⁷⁷.

Em Albanis de Beaumont, mais ainda do que a escolha dos sítios que privilegiam as “belezas selvagens” (*vide supra*), a configuração das cenas realça a sujeição às convenções do universo pré-romântico. Na representação das cidades, por exemplo, encontramos os mesmos elementos constitutivos do pitoresco, nas mesmas disposições espaciais, seja em Nice, Mônaco ou Vintimille (apenas o maciço montanhoso tem uma morfologia peculiar): sob um céu nebuloso, a vertente montanhosa desce até ao mar parado, onde flutuam robustas embarcações de pesca com as velas arriadas. A cidade, encostada numa colina, é de pequenas proporções. Mal se distinguem os campanários. A perspectiva é longínqua, dominante. Em primeiro plano, grandes árvores, carvalhos, abrigam uma cena rústica, camponeses ou pescadores a descansar. Segundo o texto de *Travel through the Maritime Alps*, estas vistas foram obtidas de uma altura sobranceira à cidade. Serão a reprodução fiel do que via o viajante. Na verdade, sem ir até ao nível da recriação do sítio, tal como recomenda William Gilpin⁷⁸, a visão de Albanis de Beaumont inscreve a paisagem provençal num universo repleto de convenções morfológicas e teatrais. A vista muito ampla, apresentada horizontalmente, as nuvens alongadas, o horizonte abatido onde não aflora nenhum detalhe descritivo, as linhas contínuas do mar, a coloração sépia, as manchas de sombra do primeiro plano que realçam os longes, a cidade reduzida a um elemento secundário, tudo nos diz tratar-se de uma paisagem idealizada, de uma fantasia sobre a Provença, própria para suscitar um

76. W. Gilpin, *op. cit.*, t. 1, p. 10.

77. *Ibid.*, t. 2, p. 8.

78. “O que trabalha com a imaginação, isto é, que escolhe na Natureza as partes mais belas das suas produções [...] admite apenas as partes belas e, assim, fará provavelmente uma paisagem melhor do que aquele que admite tudo o que se lhe oferece e que, sem evidenciar as belezas, copia apenas o que cada cena específica lhe apresenta” (W. Gilpin, *op. cit.*, t. 1, p. 27).

sentimento de harmonia universal das coisas. Só a forma das velas e o traje dos camponeses marcam o carácter meridional do local, que também se poderia situar na região dos lagos suíços ou do Cumberland. As nuvens e os carvalhos estão lá apenas para embelezar a representação, como acessórios obrigatórios de uma convenção cenográfica: “uma montanha é um objecto de grandeza e a sua dignidade adquire uma nova força ao misturar-se com as nuvens”⁷⁹; “Nesta ladeira escavada [...], deveria estar uma floresta de majestosos carvalhos”⁸⁰; “Quanto ao primeiro plano [do quadro] [...] [o olho pitoresco] enriquecê-lo-á com gado, árvores ou outros objectos”⁸¹.

As personagens também são convencionais; elementos secundários, unidades necessárias de um conjunto, são representadas na pose mais pitoresca, a do repouso:

De uma perspectiva moral, o operário engenhoso é um objecto mais agradável do que o rústico indolente. No entanto, de uma perspectiva pitoresca, é completamente diferente. [...] O pastor preguiçoso apoiado no seu cajado ou o aldeão indolentemente estendido numa rocha podem ter lugar na cena mais nobre; ao passo que o artesão laborioso, com os seus instrumentos de trabalho, será excluído. O pescador, é verdade, poderá aparecer, ocupado com a sua profissão no lago; contudo, não é por causa da sua profissão: é apenas devido ao aparato pitoresco dos seus utensílios. É o seu cajado, são as suas redes que lhe concedem esse privilégio. [...] Deve abster-se de estar presente numa cena de alguma nobreza com o preparo da sua actividade vulgar.⁸²

Na viagem do artista, as convenções pictóricas introduzem a composição da paisagem como uma cena (à custa de abstracções diversas em relação à paisagem real) e a representação idealizada das figuras humanas (já não é a população como agente de valorização, mas o camponês como elemento da paisagem).

Para esta análise dos estilos de viagem, considerámos narrativas de viagem publicadas no fim do século XVIII e início do século XIX, com excepção da viagem de Chappelle e Bachaumont, que é anterior. Com efeito, este momento

79. *Ibid.*, t. 2, p. 25.

80. *Ibid.*, t. 1, p. 195.

81. *Ibid.*, t. 2, p. 101.

82. *Ibid.*, t. 2, p. 58.

cronológico permite observar uma maior diversidade dos tipos de interesses e de atitudes de viajantes, uma vez que se situa antes da homogeneização relativa dos modelos de percepção, de contemplação e de apreciação que a difusão do turismo favorece (como um estilo de viagem e relação com a região em parte codificada num tipo de livro, o guia turístico), antes de a viragem pré-romântica e depois romântica ter generalizado um certo gosto pela paisagem natural, antes de a especialização do papel científico (associada ao desenvolvimento das instituições de ensino superior e à autonomização de uma função científica) ter conduzido à separação nítida entre o sábio de gabinete ou de laboratório e o homem honrado ou o erudito, entre o cientista e o colecionador, entre o especialista e o curioso. Por outro lado, realçámos e sistematizámos os traços específicos destes estilos de viagem. Esta construção de tipos ideais por acentuação unilateral apoiou-se em duas séries de comparações: comparações “sincrónicas” entre estilos de viagem da “era pré-turística”, o que leva à distinção entre o tipo de viagem do artista e o tipo de viagem do agrónomo, por exemplo, apesar de as preocupações da contemplação artística não estarem ausentes da viagem do agrónomo – *vide*, por exemplo, as observações de Arthur Young sobre a paisagem provençal, por vezes referida por oposição ao panorama do campo inglês, ou as suas reflexões já citadas sobre o carácter “romântico” de certas paisagens de montanha; comparações “diacrónicas” entre estilos de viagem antigos e atitude turística dominante constituída a partir da generalização do turismo como prática de viagem: estas tanto podem fazer sobressair diferenças (por exemplo, o lugar dos interesses económicos, surpreendente em relação a uma percepção que é, em seguida, largamente comandada por critérios estéticos) como acentuar continuidades, assinalar inícios (numa perspectiva genealógica), recuperar formas “puras” de atitudes que surgem de forma menos nítida na amálgama que representa a atitude turística dita dominante. Assim, o privilégio concedido aos vestígios, herdado da atitude de antiquário, pode explicar certas modalidades da relação com o folclore e com as tradições populares nos guias turísticos.

Os tipos de viagens distinguidos podem ser organizados de acordo com oposições que terão surgido durante a análise, algumas das quais constam explicitamente, como distinções reivindicadas, nos propósitos dos autores de *Voyages*. Estas são ordenadas de acordo com duas grandes linhas: uma opõe as curiosidades do homem honrado às do erudito, com uma oposição secundária entre tipos de disciplinas científicas (disciplinas naturais/disciplinas históricas); a outra opõe os interesses do artista aos do político e do economista (agrónomo,

observador social, etc.). Em certos casos, esta dupla estrutura de oposição pode resumir-se a apenas uma (conjunto das curiosidades “desinteressadas” opostas às curiosidades do político-economista)^[v].

Poderíamos utilizar estas oposições para estudar os vários tipos de viagem em diferentes épocas e acompanhar a evolução desta distribuição no tempo. Aventaríamos a seguinte hipótese: à medida que nos vamos aproximando do guia turístico, a viagem vai sendo menos marcada pelos interesses eruditos (especialização da ciência, dissociação dos vários saberes que coexistiam na erudição do filósofo enciclopedista), e, entre estes, a cultura histórica, literária e artística tem mais importância do que a cultura científica; por fim, a curiosidade do viajante afasta-se das preocupações do político ou do agrônomo (desenvolvimento de um conhecimento da região, a estatística, baseada mais num aparelho administrativo de recolha e de interpretação da informação do que nas observações de terreno de filósofos esclarecidos)^{83 [vi]}.

A confrontação dos diferentes estilos de viagem permite compreender a base em que foi assentando, por conservação e eliminação, a norma da viagem turística, a qual, a partir da segunda metade do século XIX, se encontra fixada nas prescrições do guia turístico⁸⁴ moderno. Permite compreendê-la como uma arbitrariedade cultural específica, mas também perceber as origens históricas desta arbitrariedade. Opções perceptivas, hierarquia dos interesses, modos de relação com a região e com a sociedade prolongam-se (ou desaparecem) nas atitudes que a nova literatura dos guias de viagem recomenda. O modo de relato da viagem mundana, que faz percorrer uma rede de companhias, de boas sociedades mais do que de uma região, desaparece à medida que o espaço social turístico se vai separando do espaço da sociedade local: o turismo não

83. Deslocamentos efectuados paralelamente à alteração da composição da população dos viajantes: os interesses de uma “classe de lazer”, aristocratas, rendeiros, reforçam a distância face aos aspectos produtivos na percepção da região.

84. Para uma maior precisão, consultar o estudo de Daniel Nordman: “Itinéraire, régions et territoire national. La France des Guides Joanne”. A adaptação à diversificação das necessidades turísticas explica o sucesso da colecção dos Guias Joanne: guias ferroviários, guia das cidades de Inverno do Mediterrâneo, guias das instâncias termas, monografias diversas e, depois, guias para o automobilista e para o ciclista.

v. No texto original, neste ponto encontramos uma ilustração da Fonte de Vaucluse com a respectiva descrição, retiradas do guia de Girault de Saint-Fargeau sobre o departamento de Vaucluse. [N.E.]

vi. No texto original, neste ponto encontramos uma ilustração de Aix com a respectiva descrição, retiradas do guia de Girault de Saint-Fargeau sobre o departamento das Bocas do Reno. [N.E.]

podrá mais ser o encontro de classes e de círculos; a contemplação da região dissocia-se da frequência da boa sociedade local. O turismo é associado à estranheza do visitante em relação à sociedade local. É o fim da viagem como exercício de sociabilidade. Quanto à viagem do antiquário ou do erudito, esta esmaece enquanto modelo de percurso de um país: efeito da dissociação crescente da ciência e da colecção de objectos, da actividade científica em gabinete ou laboratório e de observação no terreno, da separação e da especialização das ciências que se amalgamavam na curiosidade do viajante erudito (paleontologia, arqueologia, geologia, etc.). Na curiosidade turística, permanece, por um lado, o interesse geográfico e geológico, arqueológico, por alguns traços da paisagem, por outro, o interesse folclórico e etnográfico por certos costumes ou tradições populares. A viagem do agrónomo-economista desaparece devido à especialização e à organização dos interesses que compunham a curiosidade do observador enciclopedista: constituição da economia como disciplina e surgimento de burocracias especializadas na observação e na interpretação destes factos (estatísticos)⁸⁵. Por conseguinte, é a viagem do artista que, com alguns elementos do modelo da viagem de antiquário e de curioso, dá a sua forma à atitude turística. A atomização da região em curiosidades e paisagens, espectáculos naturais descontínuos, o sentimento de obrigação, a tonalidade afectiva da admiração e da deferência cultural, que ainda marcam os modelos de relação com a viagem propostos nos guias turísticos, devem algo aos tipos de atitudes características da viagem de artista e da viagem de antiquário⁸⁶. Do ponto de vista da inserção da região num quadro interpretativo, é de salientar a importância da referência italiana e romana: Itália impõe-se como referência geográfica e a civilização romana antiga como referência histórica (podendo os dois eixos de referência, geográfica e histórica, confundir-se quando Itália

85. J.-C. Perrot destacou a importância concedida aos inquéritos estatísticos nas vésperas da Revolução. Demografia e topografia baseiam-se em inquéritos regionais, frequentemente realizados por notáveis esclarecidos. É na crença da interacção do homem com o seu meio ambiente, cara aos Enciclopedistas, que temos de ver a origem deste culto da observação empírica, assim como o da classificação. Este belo ímpeto, sustentado pelo optimismo de pequenos grupos de intelectuais, atinge o seu apogeu sob o Directório e o Consulado, desaparecendo com o Império. Passamos do amadorismo de benévolo à determinação de administradores e de altos funcionários ao serviço do Estado. Estes são incumbidos de recolher dados numéricos sobre sectores específicos da economia, com um objectivo de utilidade imediata. Com a constituição da economia como disciplina e o surgimento de burocracias especializadas, a viagem do agrónomo-economista desaparece (cf. S. Woolf, "A estatística em França na época napoleónica" – Jornada de estudo, Paris, 14 de Fevereiro de 1980, ed. Jean Touzot, Paris, 1981).

86. Por conseguinte, não é possível seguir a abstracção intemporal da análise da normatividade turística proposta por Roland Barthes e Jules Gritti, *Communication*, n.º 10.

é tratada como um vestígio ou um reservatório da Antiguidade romana). São traços que desaparecerão com o exotismo dos guias do final do século XIX: o quadro geográfico abre-se, então, ao espaço africano e oriental; as referências históricas esbatem-se, como que para melhor permitirem a “naturalização” da paisagem.

Debruçar-nos-emos, agora, supondo que o género do guia turístico tem uma homogeneidade relativa e que desempenha um papel importante na estruturação da percepção, sobre a elaboração das imagens do país e da sociedade local. Estudaremos as transformações que a imagem da região sofre, no processo que a constitui como objecto de consumo turístico^[vii].

[...]^[viii]

Para situarmos este estudo, vamos recordar alguns dos seus propósitos e indicar algumas das questões que levanta. Através da análise dos tipos de viagens, quisemos mostrar que há uma história dos modos de apreensão das regiões, dos países e uma elaboração progressiva da modalidade prescrita, que poderá surgir como uma característica essencial do comportamento do turista: a atitude dominante que os analistas retiram dos guias turísticos⁸⁷ é constituída com base numa ampla variedade de modos de percepção e de tipos de interesses. A definição de uma arte da contemplação e da fruição estética das belezas da região emerge a partir de diversas artes da viagem. A transformação essencial é a dissociação entre a curiosidade estética do viajante e o conhecimento aprofundado da região. As viagens de finais do século XVIII e inícios do século XIX

87. Vide as análises de Roland Barthes e de Jules Griitti. Além da caracterização da atitude prescrita, coloca-se a questão da legitimidade de inferir do guia à prática, de tirar conclusões precipitadas com base nas indicações normativas do guia em detrimento das práticas de visita e de percepção.

vii. No texto original, neste ponto encontramos ilustrações de Marselha, Porta dos Catalães e Castelo de IF, com a respectiva descrição, retiradas do guia de Girault de Saint-Fargeau sobre o departamento das Bocas do Reno. [N.E.]

vi. No texto original, neste ponto encontramos uma ilustração de Aix com a respectiva descrição, retiradas do guia de Girault de Saint-Fargeau sobre o departamento das Bocas do Reno. [N.E.]

viii. As páginas 134 a 186 do texto, tal como publicado na colectânea *Territoires* de 2016, não foram incluídas nesta tradução. As páginas que se seguem são as últimas do texto e funcionam como notas finais. O texto na íntegra tem cerca de 100 páginas, demasiado extenso para uma volume que pretende ser de introdução à obra de Chamboredon ao público de língua portuguesa. Seleccionámos a parte inicial do texto, que apresenta uma tipologia de viagens, para traduzir e incluir neste volume. [N.E.]

visam objectivos que, mais tarde, irão divergir entre o saber especializado da estatística, por um lado, e os interesses do viajante culto, por outro.

Existe um laço entre a especialização das atitudes (fixação de uma arte da viagem) e a especialização dos espaços. A lógica da evolução dos modos de percepção reforça a da definição de áreas e objectos destinados ao consumo turístico, da delimitação de um espaço de lazer distinto da rede urbana que quadricula a região. A estetização da viagem fomenta a dissociação entre o universo da produção e o do lazer turístico; por sua vez, a constituição de uma rede especializada de estâncias e de lugares de visita, parcialmente distinta da rede urbana e do espaço económico produtivo, permite a separação entre a atenção às actividades produtivas e a apreciação de um espectáculo natural. O “enselvajamento” e a “naturalização” do espaço, tal como a “folclorização” da população local, são reforçados pela generalização de uma atitude de contemplação estética. Assim, as duas séries de transformações que descrevemos, na arte da viagem e na imagem da região, são convergentes^[ix].

Contudo, a especialização de um espaço de lazer não corresponde apenas à evolução dos estilos de viagem, das curiosidades intelectuais e da organização institucional do conhecimento. Indicámos em que medida a nova estruturação do espaço da viagem e da vilegiatura dá resposta aos hábitos de uma classe de lazer e, ainda, em que medida a inscrição do espaço regional num espaço envolvente traduz uma nova percepção ligada aos empreendimentos coloniais. Defendemos a hipótese de que a divisão do espaço verificada no início do século XX permaneceu estável, em traços gerais, até à década de 1950. Consequentemente, devido à generalização das férias, por um lado, e à globalização progressiva do espaço de lazer, por outro, essa divisão transforma-se por extensão (surgem novas áreas de lazer mais distantes) e por remodelação (redescoberta de espaços “abandonados”). A especialização de diversos espaços define aquilo a que poderíamos chamar uma divisão do trabalho turístico no interior de uma região (referimos a oposição entre a Provença romana e clássica e a Provença exótica). Poderemos observar fenómenos comparáveis em maior escala: há países que visitamos pelas suas instituições políticas e outros, pelos seus pintores ou monumentos.

Talvez devêssemos reconhecer o papel relevante dos guias turísticos na transmissão das categorias de apreensão do território: depois das estatísticas

ix. A parte do texto que aborda a imagem da região não foi traduzida e incluída neste livro. [N.E.]

e a par dos manuais de Geografia (talvez até mais do que estes), contribuem para moldar a percepção do espaço nacional⁸⁸.

As alterações verificadas nas descrições e a evolução das características da região não se podem reduzir à mudança das paisagens reais. As paisagens descritas e propostas como grelhas de percepção nos guias são testemunho de uma evolução relativamente autónoma das categorias de percepção. Além da história da paisagem como história dos usos do solo, talvez devêssemos dar um lugar à história das formas paisagísticas como esquemas e estereótipos perceptivos⁸⁹. Esta exigiria certamente um estudo iconográfico das ilustrações mais correntes (gravuras, fotografias, postais) e uma confrontação dessas imagens com as descrições dos textos.

Talvez devêssemos especificar o estatuto das imagens estudadas: ainda que a esquematização e a estereotipização características das prescrições turísticas ou de determinadas descrições geográficas não possam conduzir a uma fenomenologia do olhar do viajante (esta deverá basear-se noutros documentos), as mesmas proporcionam os quadros que estruturam as percepções, devendo

88. Sobre a história da diversidade regional francesa nos manuais escolares, cf. M. Ozouf, *L'École de la France, essais sur la Révolution, l'utopie et l'enseignement*, Paris, Gallimard, 1984.

89. A história da paisagem é partilhada por várias tradições de investigação. *Sob o efeito das* problemáticas da história e da geografia rurais, foi definida principalmente como história da valorização agrícola e do ordenamento do território (divisão dos campos e sistema das práticas de cultivo e das formas de organização do espaço rural que lhe estão associadas), na linha dos trabalhos de Marc Bloch e Roger Dion (vide J.-R. Pitte, *Histoire du paysage français*, Paris, Tallandier, 1983, 2 vol., para uma apresentação sintética). A história da arte e a estética analisam teorias da paisagem como codificação das representações picturais e gráficas; a história do *ordenamento* paisagístico na arte dos parques e jardins situa-se, para estes espaços especiais que são os parques e os jardins, na intersecção da teoria estética e da descrição geográfica das paisagens. Mais recentemente, surgiu entre os geógrafos a preocupação de completar a leitura morfológica da paisagem com uma fenomenologia da percepção do espaço, frequentemente designado por "espaço vivido" (vide, para discussões e ensaios, diversos artigos, de R. Brunet, P. Claval, A. Frémont, R. Rochefort, em *L'Espace géographique*, n.º 2 e n.º 3, 1974). Para uma tentativa recente de estudo histórico da percepção das paisagens, cf. F. Walter, "Perception des paysages, action sur l'espace : la Suisse au XVIII^e siècle", *Annales, ESC*, 39^e année, n.º 1, Janeiro-Fevereiro de 1984, pp. 3-29. O que constitui a particularidade do caso das descrições de paisagens na literatura de viagem na Provença é a mudança rápida das descrições e a sua estereotipização, que leva a privilegiar a evolução dos modelos perceptivos em relação à transformação efectiva do uso e do ordenamento do solo. Certamente que, para ir além das conjecturas e para aprofundar a análise, conviria colocar as diversas descrições em paralelo com uma série de mapas da paisagem estratificada historicamente; seríamos aqui confrontados com a questão da adequação das categorias propostas pelos cadastros para esta espécie de arqueologia da paisagem. Aimé Perpillou apresentou séries históricas de mapas da utilização agrícola do espaço: elaborados com base nas indicações dos cadastros, foram constituídos de modo a evidenciar os deslocamentos de culturas (por exemplo, extensão das culturas em relação aos baldios e às florestas; progressão ou regressão de determinadas culturas, como a vinha, os cereais ou as pastagens) e não para proporcionar quadros sucessivos dos aspectos da paisagem (A. Perpillou, "L'évolution de l'utilisation du sol par l'agriculture dans huit départements du Midi de la France", Centre de documentation cartographique et géographique, *Mémoires et Documents*, t. 7, 1960, pp. 120-134).

ser consideradas como uma espécie de mnemónica do olhar que proporciona a experiência vulgar (no sentido em que falamos dos temas vulgares num teste projectivo) da percepção das paisagens. Por último, para passarmos da percepção e do olhar para as atitudes políticas, do estético para o ideológico, poderemos interrogar-nos sobre as funções das imagens da região produzidas na percepção turística. A naturalização da paisagem, nomeadamente porque apaga a imagem de usos produtivos enraizados, torna mais fáceis tanto a apropriação especulativa dos espaços de lazer como a museificação de determinadas zonas (reservas e parques). Não terá a transformação pré-capitalista do carácter local contribuído para ocultar os problemas dos intercâmbios entre o território nacional e a sua periferia⁹⁰? Não funcionará a imagem fatalista e bonacheirona dos nativos, na percepção dos visitantes e dos locais, como uma barreira em relação à memória das rebeliões culturais e políticas⁹¹?

Referências bibliográficas

Relatos de viagens – guias utilizados no estudo

ARDOUIN-DUMAZET, V.-E., *Voyage en France – La Provence maritime*, Paris, 1898, 55e série, *La Provence maritime*, II. La Côte d'Azur, Paris-Nancy, Berger-Levrault, 1909.

BEAUMONT, J.-F. A. de, *Travel through the Maritime Alps*, Londres, 1975.

CHAPELLE, LHUILLIER, C.-E., dit et Bachaumont Le Coigneux de, F., *Voyage curieux, historique et galant*, s. l., 1680.

FLAMENT, A., *Palaces et sleepings*, Paris, 1908.

GIREAULT DE SAINT-FARGEAU, E., *Guide pittoresque du voyageur en France*, Paris, Firmin-Didot, 1838.

GRÉBAUVAL, A., *Au pays bleu*, Paris, 1897.

Les Guides Bleus, sous la direction de M. Monmarché, *Provence*, Paris, Hachette, 1925.

GUIDE CONTY, *La Côte d'Azur – de Marseille à Gênes*, Paris, Paul Mellottée, 1926.

GUIDE JOANNE, É. Reclus, *Les Villes d'hiver de la Méditerranée*, Paris, Hachette, 1864.

90. O problema da protecção das produções agrícolas locais contra a concorrência dos produtos das agriculturas dos países mediterrânicos surgiu logo no Segundo Império francês (segunda metade do século XIX) e colocou-se com maior acuidade durante as revoltas dos *vinicultores* de 1907.

91. Para uma análise da despolitização da imagem do temperamento regional, cf. J.-C. Chamboredon, "*Maurin des Maures* de J. Aicard (1908): de 1851 a 1907. Mémoire historique républicaine, folklorisation régionaliste, dépolitisation", multigr., ENS, 1982, 114 p. Présentation résumée: "Le temps de la biographie et les temps de l'histoire", in P. Fritsch (dir.), *Le Sens de l'ordinaire*, Paris, CNRS, 1983, pp. 17-29 e pp. 212-213.

- GUIDE JOANNE, *Les Stations d'hiver de la Méditerranée*, Paris, 1875.
- GUIDE JOANNE, *Les Stations d'hiver de la Méditerranée, Provence-Corse*, Paris, Hachette, 1884.
- GUIDE JOANNE, *Les Stations d'hiver de la Méditerranée*, Paris, Hachette, 1903-1904.
- GUIDE JOANNE, *Marseille et l'exposition coloniale*, Paris, Hachette, 1906.
- HUGO, A., *France pittoresque ou description pittoresque, topographique et statistique des départements et colonies de la France*, Paris, Delloye, 1835.
- LIÉGARD, S., *La Côte d'Azur*, Paris, Maison Quantin, 1887.
- MAURON, M., *Traditions de Provence*, Verviers, Guides Marabout, 1977.
- MILLIN, A.-L., *Voyages dans les départements du Midi de la France*, Paris, 1807, 2 vols.
- MOSZINSKI, Comte Frederick Joseph de, *Voyage en Provence d'un gentilhomme polonais (1784-1789)*, Marseille, Institut historique de Provence, 1930.
- PAPON, abbé P. de l'Oratoire, *Voyage littéraire de Provence*, Paris, Barrois l'aîné, 1780.
- RECLUS, O., *À la France. Sites et monuments*, Paris, 1930.
- REICHARD, H. A. O., *Guides des voyageurs en France*, Paris, [1793] 1810.
- Riviera Bijou: Guide illustré des stations de la Côte d'Azur, de Marseille à Menton, Cannes*, 1910.
- RUAT, P., *Excursions en Provence*, Marseille, Paul Ruat, 1901.
- SAUSSURE, H. B. de, *Voyage dans les Alpes*, Neuchatel, 1796.
- SÜLZER, J. G., *Journal d'un voyage fait en 1775 et 1776 dans les pays méridionaux de l'Europe*, traduit de l'allemand par H. Reinfer, La Haye, C. Plaat, 1781.
- TOPFFER, R., *Nouveau voyage en zig-zag*, Paris, Lecou, 1854.
- YOUNG, A., *Voyage en France pendant les années 1787-1788-1789 et 1790*, Paris, 1793.

6. OBSERVAÇÕES A PROPÓSITO DA NOÇÃO DE TERRITORIALIDADE E DOS SEUS USOS ANALÓGICOS EM SOCIOLOGIA

CHAMBOREDON, Jean-Claude, 'Remarques à propos de la territorialité et des usages analogiques de la territorialité en sociologie', in *Territoires*, ed. por Marcel Roncayolo, Éditions Rue d'Ulm (Paris, 1985 [1983]), pp. 67-74.

ANOTAÇÕES DE LEITURA

João Pedro Silva Nunes*

Em poucas páginas, Jean-Claude Chamboredon estabelece um itinerário conceptual complexo para abordar os problemas da territorialidade enquanto objecto de estudo da sociologia. Para o autor, a compreensão e explicação de fenómenos de territorialização, frequentemente enunciados com prefixos – *des-*, *re-*, *multi-* –, passa pela crítica sociológica à noção de territorialidade. O seu ponto de partida é a relação entre “uma sociedade e o seu território” – objecto clássico da abordagem da morfologia social, teorizada por Durkheim, aprofundada por Mauss e amplificada e potenciada por Halbwachs. É justamente na obra de Halbwachs, e em particular no tratamento das questões referentes ao tempo e à memória bem como nos trabalhos sobre o espaço urbano, que Chamboredon encontra “princípios de interrogação” sobre o espaço e os grupos, tanto no que designa por “especialização social do espaço” como na “figuração simbólica das diferenças entre os grupos”. Revendo a elaboração teórica de Durkheim, o autor estabelece linhas de leitura que permitem, relativamente ao problema do território e da territorialidade, algumas interpelações críticas: integrativas ou neutralizantes a propósito de esquemas como infra-estrutura/superestrutura presentes no marxismo; extensivas e heurísticas, quando defende uma abordagem etnográfica e referenciando a heurística do interaccionismo simbólico e da etnometodologia.

Na sequência desta discussão teórica e metodológica, Jean-Claude Chamboredon avança neste texto duas grandes linhas da sua inquirição sociológica do território: em primeiro lugar, a intensificação da urbanização – e as transformações culturais e políticas que

.....
* CICS.NOVA,
NOVA FCSH.

engendra; em segundo lugar, as novas formas de oposição cidade-campo, de resto, aprofundadas em outros textos que integram este volume. É na relação entre as sociedades contemporâneas e os seus territórios que estas linhas oferecem maior alcance, pois evidenciam oposições, tensões e contradições entre “funções de produção” e “funções de reprodução”. Daqui resulta a possibilidade de interrogar sociológica e sistematicamente uma pluralidade de objectos territoriais – as políticas de ordenamento territorial, os problemas da política e das suas escalas territoriais de acção ou de participação cidadã, o fabrico da territorialidade por parte de diferentes classes sociais, em particular, sob a forma de “escolhas residenciais e estratégias de adaptação às condicionantes definidas pelo mercado de trabalho e o mercado imobiliário”. Para Chamboredon, a oposição entre funções sociais de produção e de reprodução apresenta uma variante altamente significativa nas actuais formas de oposição cidade-campo, objecto de capítulo próprio neste volume.

Assim, é relativamente à divisão social do espaço e aos seus usos sociais que estão atidas a noção de territorialidade e suas utilizações analógicas. É por intermédio desta concepção que o autor detecta e neutraliza a “armadilha do naturalismo” e escora o controlo crítico sobre o uso analógico da noção de territorialidade. Importada da etologia, esta noção pode, pelos seus métodos e técnicas, veicular de forma incontrolada, sob uma aparência sedutora, noções que necessariamente se devem submeter à vigilância epistemológica como “naturalismo, etnocentrismo, universalização da antropologia do homem capitalista” – como sublinha o autor.

Em estreita relação com a crítica, a sociologia do território de Chamboredon tem igualmente a marca de uma imaginativa construção dos objectos de análise. As questões relativas à identidade territorial são a esse nível exemplarmente tratadas. Várias são as linhas de discussão avançadas: da multiterritorialidade e das pertencas múltiplas aos diferentes usos sociais do território, ocorrendo em cenas sociais diversas, amplamente tratadas nos textos do autor que integram este volume. E todas elas convergem na observação com que Jean-Claude Chamboredon encerra o texto: o carácter moderno da valorização social do território.

OBSERVAÇÕES A PROPÓSITO DA NOÇÃO DE TERRITORIALIDADE E DOS SEUS USOS ANALÓGICOS EM SOCIOLOGIA

Morfologia social e territorialidade

A propósito da relação de uma sociedade com o seu território, talvez nos posamos interrogar sobre o contributo (em termos de perspectivas e, correlativamente, de negligências, esquecimentos ou ocultações) da tradição durkheimiana.

É claro que, conforme resulta das análises de Halbwachs sobre a memória colectiva, esta tradição pode proporcionar perspectivas de análise e ferramentas conceptuais para o estudo dos fenómenos de marcação simbólica do espaço; noutro sentido (misturando o económico e o simbólico), e sempre com base em trabalhos de Halbwachs, desta vez sobre o espaço urbano, pode encontrar-se o princípio de interrogações sobre a especialização social do espaço e a figuração simbólica das diferenças entre os grupos.

Perante tal facto, temos, porém, de colocar, na coluna das omissões, a ausência de uma reflexão sistemática em Durkheim sobre a urbanização, a oposição cidade/campo (não bastam algumas análises em *A Divisão do Trabalho Social* sobre as vias de circulação e a homogeneidade das sociedades rurais, pensadas na categoria demasiado genérica e demasiado moral e psicológica de “sociedades de solidariedade mecânica”). O peso que este autor dá às problemáticas e o efeito de imposição dos temas constituídos, dos objectos privilegiados devido aos interesses teóricos (sociologia moral, sociologia da família e sociologia religiosa) poderiam explicar essa negligência. Além destas interrogações sobre o lugar conferido ao objecto “espaço”, devemos questionar-nos sobre o que o tratamento lacunar destes temas na sociologia durkheimiana deve às resoluções teóricas sobre as quais foi construída. É sob a categoria geral da “morfologia” que, na sociologia durkheimiana, são classificados os fenómenos de ordem geográfica e de ordem demográfica. Vontade de anexação ou, pelo menos, de

controlo de áreas científicas a que os durkheimianos recusavam a autonomia de disciplinas independentes: *vide* as críticas a Ratzel no que toca à geografia (especialmente em Durkheim) e à demografia (especialmente em Durkheim e, de forma mais sistemática e precisa, em Halbwachs, na obra *Morfologia Social*). No entanto, esta distinção é ambígua: além de carrear analogias, nem sempre controladas, com a biologia e a medicina (os fenómenos de morfologia social são para o funcionamento social o mesmo que a anatomia para a fisiologia), abrange, sem apresentar explicitamente as alternativas, várias séries de hesitações. Por um lado, permite integrar (ou neutralizar) um esquema determinista de patamares da realidade social, cujo arquétipo é o esquema marxista da infra-estrutura e da superestrutura (conforme resulta da recensão de Durkheim sobre Labriola, um dos textos em que este se refere explicitamente ao marxismo; na tradição crítica recente, este texto serve de ponto de partida para exegeses que tentam encontrar em Durkheim a estrutura arquitectónica gurvitchiana dos patamares da realidade social¹). Por outro, e contra o naturalismo que pretende deduzir a ordem social da natureza física do quadro social (objecto de uma geografia) ou da natureza biológica do substrato humano da sociedade (a população, objecto da demografia), permite colocar o primado da codificação social e das regras sociais. É de salientar que esta intenção também levou a esforços interessantes de “sociologização” de fenómenos que a demografia (sobretudo) ou a geografia consideravam como um *datum* natural, aquém de qualquer regulação ou determinação social. Talvez ainda encontrássemos aí o ponto de partida de críticas pertinentes do simplismo de certas abordagens do social que se reivindicam da biologia. Por fim, permite ordenar os fenómenos sociais de acordo com a distinção da forma e da função: os factos de morfologia, como fenómenos de forma, são separados dos factos de funcionamento, sendo a relação pensada sob o modo da tradução, sob o da oposição (inércia da morfologia em relação ao funcionamento) ou sob o da determinação (dos factos de funcionamento pelos factos de forma, mas também factos de forma pelos factos de funcionamento: inscrição dos fenómenos sociais em traços de estrutura). Note-se que é nesta última relação que, em teoria, assenta o preceito metodológico da identificação e do estudo dos fenómenos sociais com base em indicadores objectivos externos: se as *Regras* recomendam definir e estudar os fenómenos sociais através dos índices exteriores que as simbolizam, é em nome

1. Vide J.-C. Filloux, *Durkheim et le socialisme*, Genève, Droz, 1977.

da convicção teórica de que as “maneiras de fazer” se inserem nas “maneiras de ser” (terminologia utilizada em *A Divisão do Trabalho Social* e nas *Regras*).

O território urbano e o zonamento² e a oposição cidade/campo

As transformações do espaço (nomeadamente urbano) e, conseqüentemente, da gestão do seu ordenamento (e a retradução dessas transformações nas criações simbólicas, especialmente nas imagens literárias) poderiam ser estudadas a partir da oposição entre funções de produção e funções de reprodução. Não poderão as políticas de ordenamento urbano e espacial ser questionadas com base nesta contradição: a dissociação espacial das funções de produção e de reprodução (que é um dos sentidos do “zonamento”) e os esforços para a evitar ou ultrapassar? Esta dissociação tem formas e intensidades diferentes consoante as classes sociais (escolhas residenciais, estratégias de adaptação às condicionantes definidas pelo mercado de trabalho e pelo mercado imobiliário, etc.). Também poderíamos questionar a política sob este aspecto: sendo os locais de inserção económica cada vez mais dissociados dos locais de residência e de reprodução, frequentemente também locais do exercício político (ou, pelo menos, de um certo exercício político: política municipal, vida associativa), não haverá conseqüências (na relação com a política) desta multiplicação e desta dissociação das “cenas” sociais?

As utopias urbanas e os projectos reformadores foram amplamente estudados como negações ou inversões das características da urbanização (cidades-jardins, etc.). Neste ponto, poderíamos encontrar uma clara conformidade profunda entre uma certa direcção de evolução (o zonamento e a especialização das áreas) e uma certa linha das especulações ou das fantasias a propósito da cidade. Assim, a intenção de dissociar fortemente os locais de produção económica dos locais de reprodução parece característica dos projectos de Le Corbusier. Será que, anteriormente, a vontade reformadora e purificadora do higienismo não tinha subjacente a intenção de dissociar a cidade da fábrica? É o que podemos ver nos devaneios urbanos de Júlio Verne em *Os 500 Milhões da Begum*: o autor descreve, no espaço americano, duas cidades novas – uma cidade-fábrica (a cidade, da vontade de poder alemã, arregimentada de acordo com as exigências da produção industrial-minas de armamento) oposta a uma cidade-jardim (a cidade da vontade de ordem, de harmonia, de higiene, fundada por um francês).

2. Cf. observações *passim* no texto de Marcel Roncayolo e passagem sobre o higienismo.

Poderíamos encontrar uma variante desta estrutura de oposição na forma actual da oposição cidade/campo. A divisão do espaço rural entre um espaço produtivo objecto de uma exploração intensiva e racionalizada e um espaço deixado a uma agricultura obsoleta, ao lento desaparecimento de formas produtivas desclassificadas ou “secundarizadas” (exercidas como actividades complementares ou de substituição) não poderá conduzir a uma oposição entre um espaço urbano e industrial, local da produção, e um espaço rural, campo “naturalizado” e “arcaizado” votado às funções de reposição da força de trabalho (através do passeio, dos tempos livres, da reforma, do retiro, da residência secundária, etc.: vejam-se as diversas funções que a denominação de “pulmão verde” abarca no discurso dos promotores imobiliários; para exemplos regionais, a relação zona urbana marselhesa/Lubéron ou a zona industrial de Fos/Camargue ou Lubéron)? A utopia do regresso à natureza pode fixar-se no espaço rural quando este perdeu as suas funções de produção; insere-se, sob a forma miniaturizada e ordenada do regresso temporário à natureza (ao fim-de-semana), nos projectos dos promotores e planificadores. Poderíamos aqui analisar os relatórios das comissões do Plano (nomeadamente sobre as questões urbanas, do quadro de vida e do espaço rural).

As armadilhas do naturalismo associadas ao uso da noção de territorialidade³

Não será necessário, contra uma transferência sem controlo da noção etológica da territorialidade, reafirmar o primado da divisão social do espaço e da definição social dos usos do espaço? Encontraríamos um exemplo tópico ao estudarmos as estratégias de utilização do espaço (e de eventual desvio dos usos) nos contextos em que este uso pode parecer fortemente predeterminado pelas opções urbanísticas e arquitectónicas, quer no caso dos grandes conjuntos habitacionais, quer das novas aldeias de moradias, quer das cidades novas (atente-se, em especial, na forma como essas urbanizações são aproveitadas pelos adolescentes; nas alterações da definição dos espaços masculino/feminino – o caso das “moradias” – e da definição do espaço público e do espaço privado, etc.). Uma etnografia alimentada por perspectivas teóricas do interacционismo e da etnometodologia seria certamente aqui um método de estudo rentável. Na verdade, a etologia pode ser enganadora, sobretudo no que transmite sob a capa, sedutora, dos méritos do método e da técnica (observação *in vivo*,

3. Vide início do texto de Marcel Roncayolo [*supra*, p. 19].

técnicas de objectivação, etc.), uma mercadoria teórica suspeita (naturalismo, etnocentrismo, universalização da antropologia do homem capitalista), por vezes fundada na simples reutilização, sob forma de psicologia animal dada como uma espécie de psicologia ou de antropologia fundamental e natural, de uma psicologia antropomórfica outrora projectada no mundo animal.

Relação com o território: etologia e história social

A par do que sugerem as analogias com os conceitos da etologia para pensar a relação com o espaço, não deveríamos reservar um lugar para as analogias provenientes de temáticas ideológicas como as do desenraizamento e do enraizamento? O privilégio concedido a certos aspectos da territorialidade não deverá algo à inquietação surda (passada nas problemáticas das ciências sociais, através dos discursos dos reformadores sociais, higienistas, etc.) sobre os efeitos desorganizadores da ruptura da ligação com o território de origem? Sob este aspecto, também poderíamos ver a importância da literatura (romance rural, romance regionalista)⁴.

Etologia erudita, etologia popular

Estamos atentos às analogias estabelecidas entre a etologia como disciplina científica e as ciências sociais (especialmente geografia e sociologia): circulação de conceitos e de modelos. Poderíamos estabelecer duas outras séries de relações; uma, vertical, que ligaria a etologia erudita a uma “etologia popular” (intercâmbio de modelos, circulação de esquemas de uma para a outra), e outra, horizontal e paralela à relação estabelecida entre etologia erudita e ciências sociais, que ligaria uma “etologia popular” a uma sociologia ou uma geografia “espontâneas”. Não haverá, na verdade, uma “etologia popular” como conhecimento leigo sobre a psicologia e os comportamentos animais? Para esclarecer as suas condições de constituição, poderíamos interrogar-nos sobre os usos sociais dos animais, sobre as condições da relação com os animais (usos produtivos e domésticos; caça e observação dos animais selvagens). Um domínio particular de estudo poderá ser o do vocabulário da caça e do seu lugar na língua (o qual acarreta, por exemplo, uma linguagem e representações da territorialidade).

4. Vide pesquisas de Rémy Ponton e de Anne-Marie Thiesse.

“Desterritorialização”, “multiterritorialização” e reivindicação de uma identidade regional

Não poderíamos situar as reivindicações de uma identidade regional⁵ nas transformações recentes da relação com o território? Mais do que pela oposição dicotômica da inserção territorial e da inserção num espaço neutralizado (abstracção das posições sociais em relação ao espaço, “cosmopolitismo”, para usar um termo de Simmel), não deveríamos considerar um *continuum* de graus de pertença (e, correlativamente, de distância) a um território e uma multiplicidade de locais de pertença (cenas diferentes para actividades diferentes)? Certamente que esta situação não é radicalmente nova, mas é simultaneamente mais nítida e mais divulgada (experimentada por um maior número de grupos) no período actual. As causas são múltiplas (urbanização e êxodo rural; modos de desruralização e de transmissão da herança; variação dos locais de residência ao longo do ciclo de vida, etc.) e as formas extremamente diversas (estudámos algumas e apreendemos alguns efeitos no inquérito “caça”). Sucede que existe uma história social da relação com o território e especialmente com o território de origem (contra as sugestões naturalistas ligadas à definição etológica da territorialidade). Poderíamos interrogar-nos sistematicamente sobre a “multiterritorialidade”, isto é, por exemplo, descrever, para um indivíduo e em momentos diferentes do seu ciclo de vida, os vários locais de pertença e de exercício de diversas competências sociais (local de trabalho, de residência, de voto, de posse, de convívio, etc.), o que talvez fosse uma maneira de generalizar e de relativizar a problemática que decorre por simples cruzamento da mobilidade geográfica e da mobilidade social, entendidas de forma excessivamente global. É com esta situação em pano de fundo que as reivindicações de identidade regional poderão fazer sentido: formação reactiva da imagem de uma origem, constituição simbólica de raízes, no momento em que, menos que nunca certamente, um indivíduo não se pode definir pela pertença a um território, mas, muito mais, por uma série de pertenças territoriais⁶. Nesta perspectiva, seria necessário comparar o sentido diferente das migrações no interior do território francês: variação no tempo, séculos XIX-XX (migrações de ruptura/migrações com possibilidade, vontade, ilusão de regresso?), e variação no espaço (consoante a região, o sistema social e, nomeadamente, o sistema de transmissão da herança)

5. Vide os numerosos índices de desenvolvimento da função de referência de identidade, de marcação, do território de origem, de “região” ou de “país”.

6. Vide exemplo extremo das situações de migração: o trabalho em Paris, o voto, a propriedade, etc., em Bragança.

– para analogias, consultar as análises de Habbakuk sobre a relação entre as formas de migração e os sistemas de herança na Europa moderna⁷. O trabalho de Jean-Pierre Mathy (sobre as migrações e a transformação das pertenças) e o de Florence Weber (sobre as multipertenças e as relações cidade industrial/campo) proporcionariam aqui exemplos e modelos de análise.

A construção social dos esquemas de percepção do território e o problema da identidade regional

Na perspectiva de uma sociologia do regionalismo, dos estereótipos regionais, da imagem das regiões e da percepção das paisagens⁸, poderíamos prolongar as observações acima propondo o estudo de como são constituídas as categorias de percepção do território regional, como evoluem os sinais da personalidade regional que funcionam como insígnias. Não haverá uma história social dos símbolos do território a que o estudo da territorialidade deva dar espaço⁹?

Complemento sobre Durkheim e o território

É de destacar que, em *Lições de Sociologia*, a propósito do exame de diversas definições do Estado, encontramos uma interessante discussão sobre a relação do Estado com o território, porque Durkheim (teorizando a partir das experiências recentes de amputação territorial e com certeza também, implicitamente, a partir da filosofia territorial de Ratzel) propõe que se veja na valorização da relação com o território um fenómeno especificamente moderno, sendo os lugares de territorialidade um substituto funcional das ligações religiosas ou políticas:

Actualmente, a França já não é apenas uma massa, principalmente de indivíduos que falam uma língua, que observam um direito, etc., é essencialmente uma porção determinada da Europa. Mesmo que, em 1870, todos os alsacianos tivessem optado pela nacionalidade francesa, a França poderia ter sido considerada como mutilada ou diminuída, pelo simples facto de ter abandonado a uma potência estrangeira uma determinada parte do seu solo. Contudo, esta identificação da sociedade com o seu território só ocorreu nas sociedades mais avançadas. Tal deve-se certamente a inúmeras causas: ao valor social mais elevado que o solo adquiriu e, possivelmente, também à importância relativamente

7. "Family Structure and Economic Change in Nineteenth Century Europe", *The Journal of Economic History*, n.º 1, 1995.

8. Vide pesquisa sobre as imagens da Provença [e texto *infra*, pp. 103-191].

9. Vide projecto de Jean-Claude Chamboredon, Anni Méjean, Jean-Louis Fabiani e Jean-Pierre Mathy sobre a construção social da identidade regional.

maior que o local geográfico foi conquistando, ao passo que outros vínculos sociais, de natureza mais moral, perderam a sua força. Para nós, a sociedade de que somos membros é mais um território definido, desde que deixou de ser essencialmente uma religião, um acervo de tradições que lhe são próprias ou o culto de uma determinada dinastia¹⁰.

10. É. Durkheim, *Leçons de sociologie*, Publications de l'Université d'Istanbul, 1950, p. 54.

**NOTA DE HOMENAGEM A
JEAN-CLAUDE CHAMBOREDON
(1938-2020)**

Luís Baptista

**JEAN-CLAUDE CHAMBOREDON
EM MARSELHA**

Sylvie Mazzella

NOTA DE HOMENAGEM A JEAN-CLAUDE CHAMBOREDON (1938-2020)

Luís Baptista*

Jean-Claude Chamboredon faleceu no passado dia 30 de Março, aos 81 anos. Este discreto sociólogo francês teve paradoxalmente um enorme impacto na comunidade sociológica francófona. Praticamente desconhecido fora deste circuito linguístico, o que deriva em grande medida de não ter uma obra vasta e de não estar traduzida em inglês, o seu trabalho merece ser descoberto.

Há que situá-lo nos anos 1960, época áurea da Sociologia francesa, e lembrar a consistência e a originalidade do trabalho da equipa a que pertenceu, constituída em torno da figura de Pierre Bourdieu. Em co-autoria com Bourdieu e Jean-Claude Passeron, publicou um livro de referência para sociólogos e outros cientistas sociais de várias gerações – *Le Métier de sociologue* (Mouton/Bordas, 1967). Mas J.-C. C. é também autor de alguns dos artigos mais significativos dos anos 70 e 80 nas revistas *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (ARSS) e *Revue Française de Sociologie* (RFS). O seu contributo disperso e eclético, de vocação claramente interdisciplinar, com semelhanças à abordagem englobante que encontramos na obra de Georg Simmel, é de uma enorme riqueza no que toca quer aos temas, quer às perspectivas de análise que desenvolve. Dessa fase destacamos o seu artigo, publicado em 1970, com Madeleine Lemaire, na RFS “Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement”, em que aborda a questão da coexistência social de populações nos grandes conjuntos habitacionais (“grands ensembles”) construídos no pós-Segunda Grande Guerra e que têm importante incidência em França e em particular na região de Paris. O inovador caminho de explicação que desenvolveu nesse trabalho permite compreender porque é este hoje um dos trabalhos mais citados na área da Sociologia Urbana. Essa sua forma independente de pensar

* CICS.NOVA, NOVA FCSH.

sociologicamente, heterodoxa e atenta às transformações do mundo social, fica plasmada, na sequência desta anterior pesquisa, em dois brilhantes textos de síntese publicados em 1985 no livro *Histoire la France urbaine* (volume 5). São eles “Construction sociale des populations” e “Nouvelles formes de l’opposition ville-campagnes”. Neles analisa a Transformação Urbana na França de então, centrando-se, no primeiro, nos processos de Suburbanização e nas lógicas habitacionais que lhe estão associadas e, no segundo, na Transformação dos Campos e na sua relação com a Cidade, numa fina perscrutação do emaranhado de relações resultantes da mobilidade das populações e do uso dado aos territórios.

Por fim, merece ainda uma referência a memória revelada por aqueles que com ele trabalharam acerca da sua isenção, rigor e afabilidade. Também o modo como estimulou os investigadores mais jovens a desenvolverem uma leitura da “realidade social” desvinculada dos cânones dominantes no campo da Sociologia em que pontuam as vinculações ideológicas e os seguidismos próprios das chamadas “escolas de pensamento” é aqui lembrado.

Essas suas características ficaram particularmente patentes aquando da sua instalação em Marselha nos anos 90 (J.-C. C. nasceu em Bandol, na região do Var, não longe da cidade de Marselha), no desenvolvimento do projecto inovador do Pólo de Marselha da EHESS (École des Hautes Études en Sciences Sociales). Chamboredon ganha um novo fôlego investigativo focado na inquirição da cidade de Marselha e nas suas transformações e forma uma equipa de novos pesquisadores que hoje brilham no universo das Ciências Sociais francesas. De entre os trabalhos então realizados destacam-se duas obras maiores: *Grandes familles de Marseille au XXe siècle*, de Pierre Paul Zalió, publicado nas Éditions Belin, em 1999, e *Marseille entre ville et port, Les destins de la rue de la République*, de Pierre Fournier e Sylvie Mazzella (co-organizadores) (La Découverte, 2004).

Para uma informação mais detalhada sobre o autor, sugerimos a consulta da homenagem que lhe é prestada pela EHESS em <https://www.ehess.fr/fr/hommage/hommage-jean-claude-chamboredon>. Em particular assinalamos o texto publicado pelo Centre Norbert Elias, unidade de investigação mista CNRS e EHESS, herdeira da equipa e do projecto interdisciplinar pioneiro, iniciado por Chamboredon e Passeron, entre outros, e designado SHADYC (*Sociologie, Histoire, Anthropologie des dynamiques culturelles*). Nesse testemunho os autores destacam o lugar de excepção que Jean-Claude Chamboredon ocupa como sociólogo de terreno e citam-no: “Apprendre à faire du terrain, c’est aller sur le terrain, observer, écouter, sentir”. A descobrir.

JEAN-CLAUDE CHAMBOREDON EM MARSELHA

Sylvie Mazzella*

Ad memoriam

Não lhe parece que os muros da cidade velha têm um brilho especial à noite?, pergunta Jean-Claude Chamboredon com um brilho nos olhos. Palmilhamos as ruas do bairro do Panier, numa noite de Verão, parando em frente ao brasão de uma antiga companhia marítima. Ele conhece bem esta parte da cidade. Diversos objectos, testemunhos da vida diurna e nocturna do Panier, invadem desordenadamente o gabinete do meu orientador de tese: um isqueiro musical oferecido numa noite por um marinheiro americano, um copo de saqué, um abre-cápsulas com a efígie de Tutankhamon, o cartãodevisita de um curandeiro espetado numa viga do gabinete ao lado de um pedaço de cartaz, de um lenço colorido e de um crucifixo. No seu gabinete no terceiro andar da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), todos os convidados ficam surpreendidos. É como se a vida da rua tivesse atravessado as paredes e retomado os seus direitos.

Estamos em Marselha, na década de 1990. Correndo o risco de uma reinterpretação da memória pessoal, eis o relato de uma história ainda desconhecida.

***Vieille Charité* – observatório do meio urbano envolvente**

Desde a sua chegada a Marselha, em 1988, que o projecto científico de Jean-Claude Chamboredon é claro: a *Vieille Charité*¹ não será uma espécie de fortaleza do saber, mas, pelo contrário, um observatório urbano. No início da

* AMU, CNRS, LAMES, SoMuM.

1. O pólo da EHESS em Marselha foi criado em 1990 na *Vieille Charité*, antigo hospício do século XVII, no coração do centro histórico de Marselha.

década de 1990, Jean-Claude Chamboredon promove a realização de estudos urbanos através da orientação de teses e do lançamento, em 1993, do primeiro seminário mensal de investigação sobre as “Urbanidades marselesas”. Um dos primeiros trabalhos do pequeno colectivo constituído em seu redor será elaborar um estado da arte da investigação urbana em Marselha desde a Segunda Guerra Mundial. Jean-Claude Chamboredon constitui assim um grupo de doutorandos alimentados nestes estudos e informados através da leitura dos seus artigos sobre a questão territorial, para acabar com as noções de *território de origem* e de *autoctonia*. Os seus trabalhos nesta área incidem sobre quatro eixos: a dinâmica de povoamento nos bairros populares; o esbatimento da dicotomia cidade/campo e o fenómeno de “rurbanização” numa crítica à etologia; a construção social dos quadros de percepção do território; e a pertença territorial como princípio de classificação e de identificação (“multipertença” ou “multiterritorialidade”). Este grupo de doutorandos contribui de facto para a implementação de uma “sociologia crítica do espaço”, a qual constitui *a posteriori* o fio de Ariadne da obra do seu orientador e mentor².

Jean-Claude Chamboredon, agregador

A década de 1990 é um período em que a história urbana em França se inclina mais para a história da apropriação social do espaço e das redes sociais³.

Sob o estímulo duplo de Jean-Claude Chamboredon e do historiador Bernard Lepetit, que intervém regularmente na Vieille Charité, a obra de Maurice Halbwachs vai aí ser promovida. Chamboredon, cuja abordagem construtivista se ancora na herança teórica de autores clássicos franceses sobre a morfologia social (Durkheim, Mauss, Halbwachs), incitame a seguir uma abordagem de recolha da memória colectiva urbana, a qual permite reinterpretar a história de um lugar – neste caso, o bairro de Belsunce – através da narrativa dos vários grupos sociais existentes, ameaçados ou dominantes⁴.

2. Como Florence Weber e Gilles Laferté realçam, os seus textos encontram *in fine* uma coerência num projecto de conjunto que se poderia qualificar como “sociologia crítica do espaço”. Laferté, Giles, e Florence Weber, eds., *Jean-Claude Chamboredon. Territoires, culture et classes sociales* (Paris: Éditions Rue d’Ulm, 2019).

3. Lemas, Nicolas, ‘Pour une épistémologie de l’histoire urbaine française des époques modernes et contemporaines comme histoire-problème’, *Histoire@Politique*, 9, 2009, 101-101.

4. Mazzella, Sylvie, ‘La ville-mémoire. Quelques usages de La Mémoire collective de Maurice Halbwachs’, *Enquête. Anthropologie, Histoire, Sociologie*, 4, 1996, 177-189; <https://doi.org/10.4000/enquete.883>.

Esta abordagem insere-se num questionamento global da tese sobre a pertença territorial do estrangeiro e os princípios de classificação e de identificação. Analiso então o bairro de Belsunce como um lugar em transformação, socialmente heterogéneo, e como um lugar de distinção e de reclassificação social no seio das populações imigrantes, maioritariamente argelinas. O que ressalta do inquérito de terreno é que uma fracção das famílias magrebinas do centro da cidade (pequenos comerciantes, empregados e operários precários) vivem nestes bairros centrais, mais por esperarem uma possível promoção social, aquando de uma reabilitação da zona, do que por vontade de adesão comunitária ou necessidade. Estes bairros antigos, perto da estação de caminhos-de-ferro e do porto, que foram mudando lentamente ao longo do tempo sob a influência de políticas urbanas sucessivas desde a década de 1970, oferecem um parque habitacional suficientemente diversificado para atrair e manter uma classe média. Uma análise atenta dos discursos de famílias magrebinas de meio popular revela, contra todas as expectativas, não só a sua adesão às transformações do bairro, consideradas valorizadoras, ainda que, na maior parte dos casos, destinadas a torná-los invisíveis, mas também uma reivindicação para si próprios do passado burguês do bairro, composto por apartamentos burgueses do século XVIII, alguns classificados como monumentos históricos, como os que albergam a mesquita principal de Marselha. Neste sentido, observo que algumas famílias magrebinas, as que aí residem há mais tempo, recorrem a estratégias de distanciamento do “vizinho-bandido” (o jovem imigrante delinquente) ou do “mau árabe” (o recémchegado, desclassificado, sem afiliação nem vínculo), de modo a reivindicarem para si próprias uma ocupação duradoura e honrada do lugar.

A escola na cidade

Os capítulos da tese em que analiso as estratégias educativas locais serão alvo de especial interesse para Jean-Claude Chamboredon. Mostram como as estratégias educativas de famílias imigradas do centro da cidade de Marselha vêm em resposta a uma vontade de territorialização da escola no centro de recentes políticas públicas: Zona de Educação Prioritária e Desenvolvimento Social do Bairro. É analisada a opção dessas famílias de matricularem os filhos no colégio católico do bairro de Belsunce e não na escola pública, apesar de esta ser favorecida pelas políticas públicas de Educação nacional

e da Política da Cidade, tornando-se, desde meados da década de 1980, o seu principal terreno para experimentações. Verifica-se que foi confiado um papel político à escola pública do bairro de Belsunce, que especializou a sua missão e o seu recrutamento. Ao levar ao extremo a lógica de educação prioritária, esta escola não se limitou a realçar a estigmatização do lugar, tendendo envolvido também na missão social de integração dos habitantes carenciados do bairro. Por seu lado, o colégio católico, ao pregar uma neutralidade quase laica e uma pedagogia tradicional, acumula então a imagem e os valores da Escola privada (elite local, contrato, educação moral) com os valores abandonados pela escola pública (miscigenação social, currículo comum, continuidade escola/colégio). Assim, a escolha do colégio privado por parte das famílias imigradas de uma pequena classe média e operária do bairro resulta mais da recusa de serem rotuladas localmente pelas políticas públicas como população estrangeira pobre a integrar do que de uma estratégia educativa a longo prazo*.

* Mazzella, Sylvie, 'Belsunce : des élèves musulmans à l'abri de l'école catholique. L'école publique en butte aux stigmates et aux procédures', *Les Annales de la Recherche Urbaine*, 75 (1997), 79-87; <https://doi.org/10.3406/aru.1997.2095>.

Mais amplamente, em meados da década de 1990, em França e não só, assiste-se a uma renovação do questionamento sobre a cidade em ciências sociais⁵. A introdução do historiador Bernard Lepetit e do antropólogo Michel Agier ao número "La ville des sciences sociales" da revista *Enquête*⁶, publicada em 1996, traça as grandes linhas e perspectivas dessa renovação (introdução publicada a título póstumo em homenagem a Bernard Lepetit, falecido acidentalmente em Março de 1996). Este número, para o qual Jean-Claude Chamboredon contribuiu,

5. Um importante colóquio será organizado pelo PIR-Villes, e *Le Courrier du CNRS* publica em 1994 um número especial sobre "A cidade". Em 1993 e 1994, *La Documentation française* publica três números sobre as cidades nas suas revistas regionais ('Villes, pouvoir et société', *Monde arabe, Maghreb-Machrek*, 143 (1993); 'Villes d'Afrique', *Afrique contemporaine*, 168 (1993); 'La ville et l'Amérique latine', *Problèmes d'Amérique latine*, 14 (1994)). Durante este período, Bernard Lepetit e Christian Topalov organizam um seminário sobre a cidade, em 1995-1997, que será publicado em 2001 em homenagem a Bernard Lepetit (Lepetit, Bernard, e Christian Topalov, *La Ville des sciences sociales* (Paris: Belin, 2001)). Consultar também a homenagem de Christian Topalov a Bernard Lepetit na revista *Genèses* (Topalov, Christian, 'Bernard Lepetit in memoriam', *Genèses. Sciences sociales et histoire*, 23 (1996), 2-3).

6. De 1985 a 1999, esta revista de ciências sociais, criada por iniciativa de Jean-Claude Passeron no pólo de Marselha da EHESS, publica 15 números.

evidencia as investigações multiformes realizadas sobre a cidade, as quais dão conta de uma renovação das escalas de observação, das ferramentas e das categorias analíticas, iniciando várias frentes de trabalho sobre o sentido temporal das formas urbanas, a diferenciação dos espaços de acordo com os seus graus de urbanização, a identificação das linguagens urbanas, autóctones e eruditas, ou, ainda, a topologia complexa das redes sociais. O texto de Jean-Claude Chamboredon revisita a história iconográfica dos campos de Marselha, o espaço das quintas provençais (as *bastides* e os *cabanons*), que ocuparam um lugar central na identidade de Marselha até que as obras do porto desviassem a atenção para o mar, a partir de meados do século XIX. No mesmo texto, encontramos o interesse do autor pelas relações sociais no espaço contínuo cidade/campo. As *bastides*, diz-nos, “– espécie de cidade no campo – são em Marselha indissociáveis de um modo de vida urbano, tanto burguês como popular”⁷.

Assim, durante a década de 1990, neste contexto intelectual e com o entusiasmo e o dinamismo de uma equipa local jovem, acalentávamos a ilusão de fundar um laboratório urbano, à semelhança dos primeiros investigadores da Escola de Chicago – uma Escola de Marselha.

O gosto pelo inquérito colectivo

Um dos momentos altos será o lançamento, em 1996, do seminário “Atelier Marseille”, que se realizará até 2004. A equipa do seminário é composta por jovens doutores e liga estreitamente este seminário a uma investigação colectiva e pluridisciplinar (1996-2004) sobre a haussmanniana rue de la République, em Marselha, patrocinada por Jean-Claude Chamboredon e que então coordeno com Pierre Fournier⁸. Na Vieille Charité, os colegas sociólogos, antropólogos, historiadores e economistas estabelecem relação connosco no âmbito do seminário ou, muito simplesmente, nos corredores (parecem reunidas as condições para nos lançarmos numa aventura colectiva de uma dezena de colegas e doutorandos). Quanto ao “apadrinhamento” de Jean-Claude Chamboredon, este decorrerá à sua maneira, deixando-nos completamente livres nas nossas escolhas, colocando-se quase como observador participante, certamente divertido

7. Chamboredon, Jean-Claude, ‘Bastides et cabanons’, *Enquête. Anthropologie, Histoire, Sociologie*, 4, 1996, 153-158; <https://doi.org/10.4000/enquete.843>.

8. Fournier, Pierre, e Sylvie Mazzella, eds., *Marseille, entre ville et ports. Les Destins de la rue de la République* (Paris: La Découverte, 2004). Contributos de: Anne-Marie Arborio, Florence Bouillon, Sylvie Bredeloup, Jean-Claude Chamboredon, Jérôme Dubois, Catherine Faure-Guichard, Alain Guillemin, Cesare Mattina, Maurice Olive, Marion Pierre, Michel Peraldi, Francesca Sirna.

ao ver dois jovens investigadores sem experiência dedicarem-se à coordenação de pesquisas. Nos momentos em que a doença lhe dá tréguas, parece visivelmente satisfeito por poder contribuir para esta nova dinâmica colectiva de investigação empírica e por partilhar momentos de dúvida e de convívio num dos cafés da rue de la République transformado em quartel-general. Na altura, não sabemos exactamente onde nos levará esta investigação, nem a sua duração (durará seis anos), nem sequer as modalidades da sua abordagem e da sua orientação, inventadas passo a passo e deixando espaço para os acasos felizes de descobertas inesperadas. Em resumo, um protocolo de investigação e de gestão bastante distante dos critérios preconizados pelos actuais concursos para submissão de projectos.

No início da década de 1990, quando o paradigma da globalização vai incontestavelmente de vento em popa nos estudos urbanos em ciências sociais, o objecto de investigação – uma rua – está em contra-corrente... Situada perto da Vieille Charité e entre dois portos (Vieux-Port e port de la Joliette), a rue de la République tem um passado carregado de história. Por duas vezes foi objecto de um grande projecto urbano estatal: quando foi criada, no século XIX, e no século XX. Em 1996, a rua vai provavelmente entrar num vasto plano de renovação urbana e económica apoiado pelo Estado – o projecto *Euroméditerranée* –, que se estende por mais de 300 hectares. A incerteza da acção política, em relação à opção de inclusão da rua no perímetro do projecto urbano e em relação ao seu futuro, é colocada no centro do nosso objecto de investigação. O subtítulo do livro – *Les Destins de la rue de la République* – destaca esse facto. Se escrevemos sobre uma operação de ordenamento urbano, é sobretudo para descrever o seu horizonte de incerteza, as suas dificuldades e uma forma de impotência da acção pública. Ainda que claramente delimitada por dois projectos de ordenamento, objecto de uma dupla vontade de gentrificação com um século de intervalo, a rua permanece um objecto politicamente indefinido.

Dois grandes terrenos resultarão deste inquérito colectivo: um centrado no povoamento da rua, comercial e residencial, nomeadamente a partir dos ficheiros administrativos de uma imobiliária, único senhorio desde a criação da rua; e o outro sobre o estudo das duas grandes operações de reabilitação utilizando a rua como perímetro, a primeira aquando da sua criação, em 1862, e a segunda no fim da década de 1990.

Os doutorandos do seminário, intimamente ligados a este programa, produzem em cada ano “entradas” de investigação, mais do que temas, escolhidas num “cabaz” não limitado: os snack-bares da rua, os habitantes de um prédio,

um joalheiro, os trabalhadores precários da rua, a história de uma antiga prostituta, etc. A formação articula dois seminários: um seminário-projecto sob a forma de *workshop*, que reúne a equipa do inquérito colectivo, constituída por doutorandos e investigadores mais experientes, a qual reporta o avanço do inquérito colectivo, as suas opções metodológicas e as dificuldades encontradas; e um seminário de convite de investigadores, aberto aos investigadores e doutorandos, bem como aos actores institucionais locais.

A par do inquérito de terreno, a leitura comentada e partilhada dos historiadores da microhistória italiana e de obras colectivas publicadas, respectivamente, sob a direcção de Jacques Revel (em *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*) e de Bernard Lepetit (em *Les Formes de l'expérience: une autre histoire sociale*), incentivam a jovem equipa de sociólogos a, de alguma forma, “testarem” estas propostas estimulantes no âmbito de uma sociologia histórica e empírica. Da nossa abordagem de investigação colectiva inventada “fazendo caminho” surge, de entre outros, um questionamento sobre o processo de desclassificação/reclassificação no longo prazo, apreendido à escala da rua, foco de observação de uma “realidade por camadas” que mistura o micro e o macro, como destaca JeanClaude Chamboredon no posfácio da obra. O interesse heurístico na exploração de uma monografia de rua, encorajado por Jean-Claude Chamboredon, está centrado nestas comparações de escalas espaciais e temporais e na apreensão de microprocessos que as médias têm tendência a diluir ou neutralizar.

A nível mais pessoal, Jean-Claude Chamboredon prosseguirá um questionamento crítico sobre a pertença territorial, dando especial atenção aos trajectos diários dos residentes da rua, invariavelmente reiterados ao longo dos dias e dos anos, e que talham, no espaço público de uma rua central, um território doméstico seguro.

Pelo meu lado, esta experiência na orientação de uma investigação associada a um seminário curricular constituiu uma etapa fundadora. Inspiro-me amplamente nela quando, mais tarde, coordeno equipas internacionais a partir da Tunísia. Esta investigação colectiva permite-me prosseguir uma reflexão desenvolvida na tese sobre o alcance heurístico da variação de escalas e reforça a convicção na minha profissão de socióloga de conciliar a abordagem etnográfica e a profundidade histórica, ao mesmo tempo que me autoriza o prolongamento de uma análise sobre a mobilidade social e residencial das famílias de imigrantes no centro da cidade: a passagem do bairro popular de primeira morada à rua haussmanniana. Outrora, marinheiros corsos, italianos ou gregos,

actualmente, operários e comerciantes magrebinos querem beneficiar da prestigiada reputação da rua através da residência ou do comércio, depois de terem desenvolvido a sua actividade de trânsito e de comércio de retalho nos bairros populares circundantes, do Panier ou de Belsunce. Através da instalação nesta rua central, demarcam-se dos estigmas associados aos primeiros bairros de implantação que com ela confinam e contribuem, assim, para a formação de uma elite local de segunda ordem.

Além da finalidade desta obra, a inventividade a reter, em minha opinião, reside no próprio processo da dinâmica de investigação colectiva, que ultrapassa os que contribuíram para a obra. Este processo seguirá dois grandes princípios comprovados na prática: um princípio simultaneamente de selecção e de cumulatividade, com inúmeras pesquisas de alunos ao longo dos seis anos de inquérito, permitindo novas vias de interrogação, mesmo quando estas não são objecto de um artigo específico; e um princípio de ajuste constante, cada pesquisa inflectindo a visão do conjunto no momento em que é realizada.

Em 2004, aquando da publicação da obra, a rua é tema de uma notícia escaldante na cidade, cujas peripécias podem ser acompanhadas regularmente na imprensa local ou nacional (volta a ser manchete do jornal *La Provence* de 27 de Abril de 2005). O rumor aumenta: “a rua foi comprada por um banco americano!”. Tal parece pôr radicalmente em causa a tese do livro. De facto, o nosso estudo abordou amplamente a lentidão dos mecanismos e as resistências de formas sociais presentes e herdadas, em linha directa com a *Mémoire collective* de Halbwachs, além de destacar a interdependência de intencionalidades plurais, públicas e privadas, colectivas e individuais, por vezes contraditórias, que mostram que as transformações urbanas não dependem de uma única vontade decisória, sendo antes resultado de forças divergentes múltiplas. Em 2008, a crise económica mundial dos *subprimes* acabará por afastar este cenário de aquisição.

Quando a obra é publicada, há também outro episódio marcante para o nosso grupo, que decorre na Feira do Livro, num grande pavilhão aberto do Parc Chanot, em Marselha. Para a ocasião, o historiador Emile Temime aceita ser mais um “regulador” do que um moderador, qual maestro hábil, face às perguntas legítimas de um público heteróclito, composto por associações de defesa dos moradores ameaçados de expropriação, do futuro promotor privado mandatado pela empresa americana, de habitantes da cidade, de curiosos, de escritores, de livreiros e de jornalistas; todos numa espera vã de propostas concretas da nossa parte e de um cenário científico tranquilizador num contexto

conturbado e incerto de reabilitação urbana. A sua decepção reflecte-se nas palavras do historiador Paul Veyne: nunca vaticinando nada, os historiadores e os sociólogos nunca se enganam!

Prolongamentos de obra

Sem dúvida que o nome de Chamboredon facilita a divulgação e o reconhecimento académico da obra colectiva. E é certo que haverá prolongamentos retirados desta experiência de inquérito noutros seminários franceses e estrangeiros. Em 2011, num congresso da Associação Europeia de Sociologia, em Genebra, num *workshop* sobre as migrações, um sociólogo português especialista em sociologia urbana [...] revela-me que a obra de Jean-Claude Chamboredon o acompanha desde a década de 1980, tanto no seu trabalho de investigação, desde a sua dissertação de mestrado, como nas suas aulas. Directamente inspirados nos trabalhos de Chamboredon, são ministrados cursos de estudos urbanos e desenvolvidas investigações colectivas [...]. Assim, não é de todo surpreendente a homenagem que lhe dirige [...]. Sociólogos portugueses, investigadores e alunos estão agora a iniciar uma reflexão crítica sobre a pertença territorial, através da análise dos modos de vizinhança e de coexistência nos grandes conjuntos habitacionais da periferia de Lisboa ou das formas de protesto de colectivos de moradores pobres, actualmente ameaçados de expropriação nos bairros antigos de Lisboa.

Em 2018, é criado entre Lisboa e Marselha um programa de investigação associado a um seminário doutoral⁹, bem como um projecto editorial, no prelo, de uma compilação de artigos de Jean-Claude Chamboredon traduzidos e comentados em português, provisoriamente intitulado *Inquirir o território: uma sociologia de Jean-Claude Chamboredon*. O programa de investigação possibilitou o diálogo sobre as modalidades e as condições de um estudo comparativo entre a rue de la République, em Marselha, e a avenida Almirante Reis, uma avenida histórica do centro de Lisboa com mais de dois quilómetros, que tem a particularidade de atravessar os bairros mais abastados da cidade e os bairros mais pobres junto ao rio. Mais amplamente, esta colaboração possibilitou a visita de terreno comentada no centro histórico das duas cidades, o debate

9. Projecto *Transformações urbanas, gentrificação e mistura social: os casos dos centros históricos de Lisboa e Marselha* (CICS.NOVA – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e LAMES, CNRS, Universidade de Aix-Marseille), financiado pelo Programa Pessoa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia e Programa Herbert Curien, Campus France, 2016-2018.

sobre textos de Jean-Claude Chamboredon e a apresentação de teses em curso em sociologia urbana. Tanto em Portugal como em França, uma geração de estudantes e de jovens investigadores continua a apropriar-se das suas propostas de investigação e procura pôr em prática alguns dos seus princípios: o rigor do inquérito de terreno, a importância da transposição da fronteira disciplinar, o gosto pelo estudo dos textos e pela investigação colectiva.

Assim, a transmissão da obra de Jean-Claude Chamboredon não só se perpetua para lá da sua presença benevolente, mas também prossegue além dos limites disciplinares e das barreiras linguísticas ou geracionais, como testemunham ainda os leitores desta obra.

No entanto, no dia 30 de Março de 2020, um estranho rumor espalha-se pelas ruas de Marselha... As pedras da cúpula da Vieille Charité terão subitamente perdido o seu brilho.

Jean-Claude Chamboredon (1938-2020), figura proeminente da Sociologia francesa, ensinou Sociologia na École Normale Supérieure (ENS) em Paris antes de se juntar ao corpo docente da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Marselha, no final dos anos 1980. Contribuiu para criar uma formação em ciências sociais, comum a estas duas escolas, que constituiu um espaço de efervescência interdisciplinar.

Em 1967, escreveu com Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron o livro que marcou o renascimento da Sociologia em França: *A Profissão de Sociólogo (Métier de sociologue)*. As suas publicações, muitas delas fundamentais para a Sociologia contemporânea, exploram temas diversos: os grandes conjuntos habitacionais populares, os mundos rurais e neo-rurais, a cultura adolescente, a delinquência juvenil, os sistemas escolares, a infância, ou ainda a vida e obra de Émile Durkheim.

Jean-Claude Chamboredon (1938-2020) é uma figura emblemática da Sociologia francesa contemporânea.

Defensor de uma abordagem construtivista e reflexiva, Chamboredon é um dos autores que deram uma contribuição decisiva para a Sociologia do Território. A sua obra aborda de forma muito consistente os processos de socialização dos indivíduos e a construção dos grupos sociais na sua relação com o lugar.

Este livro reúne textos publicados entre 1982 e 2004, entre os quais “Construção social das populações”, um capítulo do livro *Histoire de la France Urbaine* (1985) em que o autor actualiza o artigo “Proximidade espacial e distância social. Os grandes conjuntos e sua população”, escrito em 1970 com Madeleine Lemaire e um dos textos mais citados em Estudos Urbanos.

Os textos aqui compilados examinam sob diferentes ângulos os mecanismos que concorrem para a formação do sentimento de pertença ao território, em contraponto à deriva essencialista e à crispação nacionalista. São textos de grande actualidade na sua capacidade de analisar as fronteiras pouco definidas entre cidade e campo, de explorar os desvios de um pensamento reificador e de estudar de forma minuciosa as formas de co-presença de diferentes grupos num mesmo território.

ISBN 978-989-755-561-9

